

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
MESTRADO E DOUTORADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

ROBERTO LUIZ CHAMIÇO NETTO

**DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA FORMAÇÃO E PRÁTICA
DOCENTE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES COM A PRÁTICA
CINECLUBISTA**

**CURITIBA
2022**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

ROBERTO LUIZ CHAMIÇO NETTO

**DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES COM A PRÁTICA CINECLUBISTA**

CURITIBA

2022

ROBERTO LUIZ CHAMIÇO NETTO

**DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNRO NA FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES COM A PRÁTICA CINECLUBISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Educação e Novas Tecnologias.

Área de Concentração: Educação

Orientador: Prof. Dr. Luís Fernando Lopes

**CURITIBA
2022**

C448d Chamiço Netto, Roberto Luiz
Diversidade sexual e de gênero na formação e
prática docente: desafios e possibilidades com a prática
cineclubista / Roberto Luiz Chamiço Netto. - Curitiba,
2022.

168 f. : il. (algumas color.)

Orientador: Prof. Dr. Luís Fernando Lopes
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e
Novas Tecnologias) – Centro Universitário Internacional
UNINTER.

1. Identidade de gênero. 2. Professores - Formação. 3.
Cineclubes. 4. Homossexualidade e educação. I. Título.

CDD 371.334

Catálogo na fonte: Vanda Fattori Dias - CRB-9/547

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM
EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS**

Aos onze dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois (11/11/2022), às 10h, reuniu-se via web conferência a Banca Examinadora designada pelo Programa de Mestrado e Doutorado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, composta pelos professores doutores: Luís Fernando Lopes (Presidente-Orientador-PPGENT/UNINTER), Glaucia da Silva Brito (Integrante Externo/ UFPR), Siderly do Carmo Dahle de Almeida (Integrante Interno Titular - PPGENT/UNINTER), André Luiz Moscaleski Cavazzani (Integrante Interno Suplente - PPGENT/UNINTER), para julgamento da dissertação: “DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES COM A PRÁTICA CINECLUBISTA.”, do mestrando Roberto Luiz Chamiço Netto. O presidente abriu a sessão apresentando os professores membros da banca, passando a palavra em seguida ao mestrando, lembrando-lhe de que teria até vinte minutos para expor oralmente o seu trabalho. Concluída a exposição, o candidato foi arguido oralmente pelos membros da banca.

Concluída a arguição, a Banca Examinadora reuniu-se e comunicou o Parecer Final de que o mestrando foi:

- (x) APROVADO, devendo o candidato entregar a versão final no prazo máximo de 60 dias.
- () APROVADO somente após satisfazer as exigências e, ou, recomendações propostas pela banca, no prazo fixado de 60 dias.
- () REPROVADO.

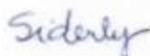
O Presidente da Banca Examinadora declarou que o candidato foi aprovado e cumpriu todos os requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação e Novas Tecnologias, devendo encaminhar à Coordenação, em até 60 dias, a contar desta data, a versão final da dissertação devidamente aprovada pelo professor orientador, no formato impresso e PDF, conforme procedimentos que serão encaminhados pela secretaria do Programa. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata que vai assinada pela Banca Examinadora. Recomendações: A banca recomenda atender às sugestões e divulgar o trabalho por meio de publicações.



Dr. Luís Fernando Lopes
Presidente da Banca



Dra. Glaucia da Silva Brito
Integrante Externo



Dra. Siderly do Carmo Dahle de Almeida
Integrante Interno Titular

Dr. André Luiz Moscaleski Cavazzani
Integrante Interno Suplente



Roberto Luiz Chamiço Neto
Mestrando

Dedico este trabalho a cada estudante LGBTQIAP+ que busca na educação uma ferramenta para vencer os obstáculos que viver no Brasil nos impõe. Em especial, o dedico à memória de todas as pessoas mortas no Brasil em razão de sua orientação sexual, expressão ou identidade de gênero. E em particular, ao meu Marido Renan, que mesmo diante das inúmeras adversidades que a nossa população enfrenta quis junto comigo formar uma família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe e vó Vera, por terem me apoiado durante todos esses anos, por nunca terem deixado de acreditar em mim e nem me abandonado. Por terem sido o melhor exemplo de pessoa que eu pude ter, agradeço por terem me ensinado aquilo que em nenhum lugar poderia ter aprendido, agradeço a ajuda e a Deus que cruzou nossos caminhos.

Agradeço aos amigos que encontrei e com quem estreitei laços no Mestrado. Agradeço por toda a parceria nos trabalhos, grupos e em outros momentos que estivemos juntos presencialmente ou virtualmente. Agradecimentos especiais a Sonia Caranhato Rodrigues e Edson da Silva R. Lisboa.

Agradeço a minha primeira Orientadora Marcia Maria Fernandes de Oliveira, pois sem nossas aulas de Direitos Humanos e nossas conversas, não estaria hoje onde estou. Desde seu incentivo para que eu entrasse no mestrado, até toda a sua ajuda com o meu “Sair do Armário Acadêmico/Profissional” para que pudesse ser o que sou, suas palavras foram decisivas para que eu chegasse até aqui. Obrigada por me incentivar a sonhar e, ao mesmo tempo, por me mostrar do que sou capaz.

Agradeço ao meu orientador final, Luís Fernando Lopes, o qual chegou quando o trem já havia partido e mesmo assim sentou comigo na janela. Agradeço por me ajudar a expressar meus sentimentos e a colocar no papel. Agradeço sua paciência e persistência muito me ajudaram a concretizar esse sonho. E por, principalmente, não largar a minha mão como ele mesmo disse que faria.

Agradeço a todos os amigos(as) da vida. Aos de longa data, aos mais recentes, a todas e todos aqueles e aquelas que, com mais ou menos frequência, me fazem sorrir ou secam minhas lágrimas, que estiveram presentes comigo desde o início demonstrando o orgulho de ter um amigo de 38 anos, homem, cis, gay e professor. Por todo o apoio e pelo ombro amigo em todas as fases difíceis nesses últimos tempos, obrigado: Raquel Deconti, Sandra Deconti, Silvia Maria Ferreira, Thiago Pope, Isadora Presendo Bet, Raul Schefer e Liziane Hobmeir.

Agradeço às minhas filhas lindas de 4 patas, Zahra e Lana, que sempre me recebiam com carinho e amor, as quais me ensinaram muito mais do que eu poderia imaginar aprender. Obrigado pelos seus 16 e 13 anos de companheirismo e cumplicidade, pelas histórias e segredos compartilhados. Lembrarei para sempre de vocês e sei que estarão sempre comigo de alguma forma.

Um super agradecimento ao Renan Guilherme Cararo Saad, meu companheiro de vida, marido nota 10, a quem dedico este trabalho. Obrigado por todas as vezes que me acolheu, me deu forças e, principalmente, por toda a felicidade que temos construído juntos. Somos o maior exemplo de que amores homoafetivos são possíveis, famílias homoafetivas são possíveis, você é a melhor parte de mim e com a qual quero aprender todos os dias, pois cada dia você me ensina algo que me torna uma pessoa melhor.

Por todos vocês um muito obrigado!

*“Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem;
lutar pelas diferenças sempre que a igualdade nos descaracterize.”*

(Boaventura de Souza Santos)

RESUMO

Em todo o mundo, até meados do século XX, a prática homossexual era vista como uma afronta à religião e aos bons costumes da sociedade, bem como era resolvida na ordem médica com tratamentos psiquiátricos e na esfera criminal com perseguições e detenção. Essas ações acabaram por munir a população homossexual na busca por respeito e igualdade, de combate aos abusos e a construção de uma identidade LGBT no Brasil. Desse desejo temos o surgimento dos movimentos LGBTI+, como hoje são chamados, que lutam por reconhecimento civil, direitos fundamentais, discriminação e combate a homofobia. Grandes foram as conquistas dos diversos movimentos pelo mundo sendo *Stonewall Inn*, um marco importante para a história do movimento e toda a população LGBTQIAP+. Temas como diversidade sexual e gênero precisam fazer parte cada vez mais das discussões no ambiente escolar e principalmente em cursos de formação continuada. Hoje existem políticas públicas e programas sociais que inserem a temática no ambiente de ensino, mas muitos professores desconhecem a legislação ou por questões morais invisibilizam a temática em sala de aula, restringindo a temática apenas a questões de ciências ou biologia. Nesse sentido, a problemática que guia o desenvolvimento desta pesquisa interroga os desafios e possibilidades de se abordar a temática diversidade sexual e de gênero na formação docente e suas implicações no ambiente educativo. Diante desse problema, esta pesquisa tem como objetivo geral: analisar os desafios e possibilidades na abordagem da temática: diversidade sexual e de gênero na formação e prática docente. Por ser efetivada no âmbito de um mestrado profissional apresenta como plano de ação a realização de um cineclube a respeito da temática diversidade sexual e de gênero na formação e prática docente. No que diz respeito aos aspectos metodológicos esta pesquisa é qualitativa e de caráter exploratório, realizada por meio de revisão bibliográfica e análise documental realizada em fontes, tais como: jornais, revistas e relatórios militares da época da Ditadura. Os resultados apontam que o distanciamento e a vergonha dos debates escolares favorecem a continuação de atitudes preconceituosas, discriminatórias e a manutenção do padrão heteronormativo masculinizado. Os professores esperam dos alunos um comportamento sexual e social correspondente ao sexo biológico e taxam tudo que não se molda nesse padrão como algo “inadequado”, como a bissexualidade, por exemplo. Além disso, a formação docente tem sofrido com um forte conservadorismo, que por vezes desrespeita os direitos humanos e a educação inclusiva, significando um gigantesco retrocesso na abordagem dos temas tanto para a formação docente como para o ambiente escolar. Diante desse cenário, a prática cineclubista aqui apresentada na forma de produto tecnológico educacional, oferece possibilidades diferenciadas na abordagem da temática diversidade sexual e de gênero. Reconsiderar a atual formação dos professores é uma necessidade e um avanço importante na eliminação do preconceito e da discriminação.

Palavras-chave: Diversidade Sexual; Gênero; Formação Docente; Cineclube.

ABSTRACT

Around the world, until the mid-twentieth century, homosexual practice was seen as an affront to religion and the good customs of society, which was resolved in the medical field with psychiatric treatment and in the criminal sphere with persecution and arrest. And these actions ended up equipping the homosexual population in the search for respect and equality, the fight against abuse and the construction of an LGBT identity in Brazil. From this desire we have the emergence of the LGBTI+ movements, as they are called today, which fight for civil recognition, fundamental rights, discrimination and the fight against homophobia. Great were the achievements of the various movements around the world, with Stonewall Inn, an important milestone for the history of the movement and the entire LGBTQIAP+ population. Topics such as sexual diversity and gender need to be increasingly part of discussions in the school environment and especially in continuing education courses. Today there are public policies and social programs that include the theme in the teaching environment, but many teachers are unaware of the legislation or, for moral reasons, make the theme invisible in the classroom, restricting the theme only to science or biology issues. In this sense, the issue that guides the development of this research questions the challenges and possibilities of approaching the theme of sexual and gender diversity in teacher training and its implications in the educational environment. Faced with this problem, this research has the general objective: to analyze the challenges and possibilities in approaching the theme: sexual and gender diversity in teaching training and practice. As it is carried out within the scope of a professional master's degree, it presents as an action plan the creation of a film club on the theme of sexual and gender diversity in teaching training and practice. With regard to methodological aspects, this research is qualitative and exploratory in nature, carried out through a bibliographic review and document analysis carried out in sources such as: newspapers, magazines and military reports from the time of the Dictatorship. The results indicate that distance and shame in school debates favor the continuation of prejudiced, discriminatory attitudes and the maintenance of a masculinized heteronormative pattern. Teachers expect from students a sexual and social behavior that corresponds to their biological sex and label everything that does not conform to this pattern as something "inappropriate", such as bisexuality, for example. In addition, teacher education has suffered from a strong conservatism, which sometimes disrespects human rights and inclusive education, meaning a huge setback in addressing issues both for teacher training and for the school environment. Given this scenario, the film club practice presented here in the form of an educational technological product offers different possibilities in approaching the theme of sexual and gender diversity. Reconsidering the current education of teachers is a necessity and an important step forward in eliminating prejudice and discrimination.

Keywords: Sexual Diversity; Genre; Teacher Education; Film Club.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Uniforme usado por Prisioneiros Gays durante o Holocausto, com o Triângulo Rosa que os Identificava.

FIGURA 2 – Uniforme usado por Prisioneiros Gays e Judeus no campo de concentração de Sachsenhausen

FIGURA 3 – Fachada do campo de concentração de Sachsenhausen

FIGURA 4 – Portão de Sachsenhausen, com a frase “*Arbeit Macht Frei*” (O trabalho Liberta)

FIGURA 5 – Alojamento de Sachsenhausen

FIGURA 6 – Laboratórios Médicos do campo de concentração de Sachsenhausen, onde aconteciam experimentos “científicos”

FIGURA 7 – Paredão de Fuzilamento de Sachsenhausen

FIGURA 8 – Entrada da Câmara de Gás de Sachsenhausen

FIGURA 9 – Maquete do campo de concentração de Sachsenhausen

FIGURA 10 – Os Triângulos do Holocausto Constituídos por Cores e Grupos

FIGURA 11 – Capa do jornal “Última Hora”, noticiando novo Ato Institucional nº 5, Dezembro de 1968

FIGURA 12 – Capa do jornal “Lampião da Esquina” com o costureiro Clodovil Hernandes, Edição Agosto/Setembro 1978

FIGURA 13 – A “Operação Sapatão” aconteceu no dia 15 de novembro de 1980, em São Paulo

FIGURA 14 – Trans e Travestis foram perseguidas e torturadas durante a Ditadura Militar no Brasil

FIGURA 15 – Capa do Jornal “Lampião da Esquina”, primeira publicação de temática gay do Brasil, Edição 0, Abril de 1978

FIGURA 16 – Relação de Colaboradores da Edição 0 do jornal “Lampião da Esquina - A matança dos homossexuais”, Abril de 1978

FIGURA 17 – Manchete do jornal “Lampião da Esquina - A matança dos homossexuais”, Junho de 1979

FIGURA 18 – Capa do Jornal “Chana com Chana”, publicação de temática lésbica

FIGURA 19 – Levante de lésbicas no Ferro's Bar, em 1983, que deu origem ao Dia do Orgulho Lésbico

FIGURA 20 – Edição da Chana com Chana após mobilização no Ferro's Bar em São Paulo

FIGURA 21 – “Peste Gay é a epidemia do Século” e “Pânico entre os Homossexuais” – Jornal Luta Democrática, outubro de 1983

FIGURA 22 – Capa da revista VEJA com um Cazuza magro e debilitado, 1989

FIGURA 23 – Campanha de Combate a Aids, do Ministério da Saúde (1993)

FIGURA 24 – Número de Mortes Violentas de LGBTI no Brasil entre os anos de 2000 e 2021

FIGURA 25 – Tipificação das Mortes Violentas de LGBTI no Brasil em 2021

FIGURA 26 – Propaganda de “Cura Gay”, no Jornal O Globo em 13/02/1987

FIGURA 27 – Charge no Lâmpião da Esquina, na ed. nº. 35 de abril, 1981. Evidencia o preconceito contra a Transexualidade e a cirurgia de Redesignação Sexual

FIGURA 28 – Reportagens do Lâmpião da Esquina, na ed. nº. 35 de abril, 1981, ironizando e questionando a Cirurgia de Redesignação Sexual

FIGURA 29 – LGBTFOBIA na Escola

FIGURA 30 – Trecho Do Livro “*Daddy’s Roommate*” (Parte I)

FIGURA 31 – Trecho Do Livro “*Daddy’s Roommate*” (Parte II)

FIGURA 32 – Trecho Do Livro “*Daddy’s Roommate*” (Parte III)

FIGURA 33 – Trecho Do Livro “*Daddy’s Roommate*” (Parte IV)

FIGURA 34 – Perguntas Da Prova De Língua Portuguesa

FIGURA 35 – Ciclo de Exclusão

FIGURA 36 – QRcode do Produto

FIGURA 37 – Modelo FIPELD

FIGURA 38 – Filme Luca

FIGURA 39 – Filme Orações Para Bobby

FIGURA 40 – Filme Transamérica

FIGURA 41 – Filme Depois da Tempestade

FIGURA 42 – Filme Hoje Eu Não Quero Voltar Sozinho

FIGURA 43 – Filme Laços de Afeto

FIGURA 44 – Filme Filadélfia

FIGURA 45 – Filme Milk: A Voz Da Igualdade

FIGURA 46 – Dimensões Prático-Formativas do Cinema e os Indicadores da Integração Sociocultural

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Classificação do Percurso Metodológico

QUADRO 2 – Competências digitais específicas do educador

QUADRO 3 – Ficha Técnica para Filmes

QUADRO 4 – Ficha Técnica Preenchida

QUADRO 5 – Roteiro Para Debate

LISTA DE ABREVIações

- ONU** – Organizações das Nações Unidas
- DUDH** – Declaração Universal dos Direitos Humanos
- PNAS** – Política Nacional de Assistência Social
- PNAES** – Programa Nacional de Assistência Estudantil
- OMS** – Organização Mundial da Saúde
- UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura
- CF** – Constituição Federativa do Brasil
- PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
- LDBEN** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- FUNDEB** – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
- CFESS** – Conselho Federal de Serviço Social
- SETEC** – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
- MEC** – Ministério da Educação
- PNP** – Plataforma Nilo Peçanha
- TIC** – Tecnologia da Informação e Comunicação
- COC** – *Cultureel Ontspannings Centrum*
- USP** – Universidade de São Paulo
- AI-5** – Ato Institucional nº 5
- CNV** – Comissão Nacional da Verdade
- DOPS** – Departamento de Ordem Política e Social
- GAI** – Grupo Arco-Íris
- DSM** – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
- CID** – Código Internacional de Doenças
- SUS** – Sistema Único de Saúde
- INSS** – Instituto Nacional do Seguro Social
- CFP** – Conselho Federal de Psicologia
- CFM** – Conselho Federal de Medicina
- FTM** – Female To Male
- MTF** – Male To Female
- CNJ** – Conselho Nacional de Justiça
- STF** – Supremo Tribunal Federal
- ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
PNE – Plano Nacional de Educação
BNCC – Bases Nacionais Comum Curricular
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
DST – Doença Sexualmente Transmissível
GDE – Gênero e Diversidade na Escola
AIDS – Síndrome da imunodeficiência adquirida
HIV – Síndrome da Imunodeficiência Humana
PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DCNEB – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica
TDIC – Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
FIPELD – Formação Integrada, Permanente e Integrada para a Literacia Digital
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 O MOVIMENTO LGBTQIAP+ E SUA HISTÓRIA	26
1.1 A HOMOSEXUALIDADE AO LONGO DA HISTÓRIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES .	26
1.2 O MOVIMENTO LGBTI+ NO BRASIL	39
2 AS CONQUISTAS LGBTQIA+ E OS DIREITOS HUMANOS	64
3 A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE ...	82
3.1 A DIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE	96
3.2 O PRECONCEITO, A HOMOFOBIA E O AMBIENTE ESCOLAR	106
4 PRODUTO: CINECLUBE DA DIVERSIDADE	118
4.1 CINECLUBE DA DIVERSIDADE NA PRÁTICA	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
REFERÊNCIAS	153

INTRODUÇÃO

Fui entender no mestrado, com 36 anos, como a discriminação e o bullying, ocorridos na escola e por parte da escola (professores, coordenadores e outros) na maioria das vezes, deixou marcas e traumas que só agora explicam quem fui ou que sou. Eu estudava em uma escola particular de Curitiba e, certo dia, a Coordenadora Pedagógica chamou a minha mãe na escola para conversar sobre o meu comportamento. Lembro de minha mãe me questionar se havia “aprontado” algo na escola, em sala de aula ou com algum colega, pois estava sendo chamada na escola. Lembro de dizer que não e como dessa vez não havia feito nada, não dei importância. Anos depois minha mãe me contou que naquele dia em que foi chamada a escola, a Pedagoga disse a ela que eu tinha um problema e que ela deveria me levar ao médico para o meu bem, pois com o passar dos anos isso poderia piorar e que eu ter maiores problemas e dificuldades na vida adulta.

A pedagoga disse, ainda, que eu agia de forma estranha, tinha muita “aproximação” com os meus colegas (meninos e meninas) e isso não era correto e/ou certo. Em momento algum ela declarou que era uma criança gay, mas sabia insinuar tal “desvio” de conduta. Minha mãe sem saber o que falar ou como agir perguntou o que seria esse problema, mas ela não falou. Em outro momento chegou a ligar para a minha mãe para dizer que eu ficava no entorno da escola com homens mais velhos e que certa vez tinha me visto até abraçado com um. Algo que mesmo que fosse verdadeiro não cabia a ela se envolver, afinal eu estava fora das dependências da escola, não deveria jamais ligar e falar dessa forma e pior, esses fatos nunca aconteceram, ela mentiu por ver que nada foi feito comigo depois das “orientações” dadas à minha mãe. Na época, eu uma criança quase adolescente cheia de medos e inseguranças, temia não me encaixar nos padrões impostos a mim e que pela pedagoga cobrados como correto e moral, ou ainda nem entendia ao certo quem eu era ou o que minha sexualidade me faria ser.

Esses e outros episódios vividos por toda criança gay, lésbica, trans ou LGBTQIAP+ serviu para a construção de uma pessoa que por diversas vezes foi e ainda é insegura, cheia de medos e que viu nas tentativas de tirar a própria vida a única saída para o fim de um tormento, um sofrimento que em muitas vezes o ambiente escolar não ajudou ou acolheu como precisava, pelo contrário, foi

segregador, opressor e violento. Hoje sou um professor de 38 anos, homem cis, gay, casado há 3 anos com o Renan e juntos há 10 anos, formado em Direito com a ideia de mudar o Mundo. Estudei Pedagogia para dar aula e transformar as pessoas com a educação, na Psicologia busquei entender melhor o homem (mesmo não me entendendo) e assim, por muito tempo, achei que dar aula fosse meu papel como pessoa e ao mesmo tempo que amava ser um professor, nunca me senti um indivíduo completo ou verdadeiro, pois me escondia atrás de uma figura, uma personagem que eu criei para ocultar que era gay. Fui criado pela pessoa que mais me amou e apoiou desde que nasci, minha avó, a quem chamo merecidamente de mãe e que nunca me julgou, pelo contrário, digo sempre que ela me salvou diversas vezes e da forma mais bela que um LGBTQIAP+ precisa, com amor.

Mesmo com todas as dúvidas e medos que ela tinha, minha avó nunca me abandonou, sempre disse e, ainda, diz que me ama como sou. Em todas as vezes que quis desistir foi nela que pensei ou a quem recorri. Mesmo casado por anos, omiti essa parte linda da minha vida, sendo somente no mestrado, nas aulas de Direitos Humanos, ao discutir sobre o tema, que percebi como eu poderia ser mais feliz e até ajudar meus alunos se todos soubessem quem eu realmente era e que talvez eu pudesse ser “exemplo” de que se um menino gay pode lutar eles também podem e não estarão sozinhos, pois vou estar com eles. Depois que compreendi como certos episódios na escola e na infância me marcaram soube transformar isso em força e desejo de mudar essa realidade de muitos LGBTQIAP+ e até de outros professores que passam pelo que passei e não encontram uma forma de aprender ou trabalhar a temática. Nesse sentido, este estudo se justifica por procurar combater o desrespeito e a homofobia que percorre os corredores das escolas e pelo qual o pesquisador viveu enquanto criança na escola. E para indignação ou perplexidade essa homofobia não vem dos colegas, crianças ingênuas ou sem conhecimento de suas ações, vem daqueles que deveriam me proteger e cuidar de mim.

Quando se é uma criança gay, poucas são as opções assim que ela descobre que não é como todas as crianças. Geralmente aceitamos e escondemos isso por medo ou rejeitamos e por receio nos omitimos cada vez mais, camuflamos quem somos e o que queremos, sempre temendo que a qualquer momento alguém possa descobrir quem realmente somos e sermos rejeitados pelos colegas, professores, pais

e familiares. Hoje sei que o que aquela pedagoga fez chamamos de “*Outing*”¹, uma saída forçada do armário, mas naquele momento tudo que eu precisava era de apoio e segurança, mesmo que dentro do armário.

Talvez por isso tenha demorado para me assumir e ser responsável por quem eu realmente era, ter tido a coragem de me assumir perante estranhos, para meus alunos e outros sem medo de julgamento. Certa vez, ouvi de um professor que ser gay não fazia de mim uma pessoa melhor ou pior que qualquer outra pessoa, mas quem eu realmente era, quem meu caráter dizia ser... esse sim era a pessoa que eu representava (o Roberto), que seria ou poderia agradar ou não, não com quem eu durmo ou de quem eu gosto, isso era a minha sexualidade, minha e somente minha. Pena ter ouvido isso apenas aos 36 anos de idade, se tivesse ouvido isso quando adolescente, teria evitado muitos riscos aos quais me expus, não teria feito terapia para deixar de ser gay, nem teria tentado outras formas de acabar com o meu sofrimento e vergonha.

Analisar a questão da sexualidade no espaço escolar, abordar a questão da sexualidade e gênero nesse ambiente se faz necessário a fim de compreender como gênero e diversidade sexual são abordadas na docência e sua prática em sala de aula. Desse modo, identificar quais conhecimentos os docentes apresentam a respeito da temática é fundamental para fazer o enfrentamento da questão e oferecer propostas de abordagem, considerando sua importância e relevância para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

No ambiente escolar, a homofobia se expressa por meio de agressões verbais e/ou físicas a que estão sujeitos estudantes que resistem a se enquadrar à heteronormatividade. No contexto educacional, o termo *bullying* tem sido utilizado para se referir à violência sofrida por estudantes no ambiente escolar já e o termo *bullying* homofóbico tem sido utilizado para nomear especificamente a violência sofrida por estudantes gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (MIRANDA, 2017).

O ambiente escolar conta com diversas políticas públicas voltadas para a abordagem da sexualidade em sala de aula, visando tanto à prevenção de doenças e

¹ A palavra *outing* (vêm do inglês) e significa nesse contexto tirar do armário, ou seja, é o ato de revelar a orientação sexual ou identidade de gênero de uma pessoa LGBTI+ sem a anuência daquela pessoa. A Constituição Federal garante o sigilo e a privacidade da vida das pessoas. A publicação ou divulgação sem autorização pode render uma ação de vilipêndio (desrespeito) ou danos morais à imagem da pessoa e família (ABGLT, 2010).

promoção de saúde como também à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos (NARDI & QUARTIERO, 2012). Mas, na realidade, mesmo com os programas governamentais as questões que envolvem a sexualidade e gênero ainda enfrentam barreiras ou omissões por parte das escolas e professores.

Qualquer tentativa de negar as temáticas de gênero e diversidade sexual, as transformações sociais, discriminação e exclusão viventes no ambiente escolar só impossibilitará um desenvolvimento psicológico, cultural, social de autoconfiança e autoestima adequados e dignos para a vida em sociedade.

A sexualidade, quando abordada na escola, tem como início o aspecto biológico do ser, com foco nos sistemas reprodutores masculino e feminino, porém a sexualidade vai muito além disso, ela trabalha aspectos da subjetividade humana. Não se pode esquecer que a escola e o professor têm um papel importante na formação da subjetividade do indivíduo. Entretanto, a dificuldade de os professores em trabalhar com a temática da sexualidade envolve questões como o desconhecimento das políticas governamentais sobre o tema, as suas crenças religiosas pessoais e por que não dizer no próprio desconhecimento sobre a sua própria sexualidade.

Outra dificuldade para os professores, de acordo com Furlani (2007) é o fato de que a sexualidade, o sexo e o gênero ainda são pensados como “monstros” curriculares, marcados pela polêmica, pela provisoriade e normalização nos currículos escolares. Neste sentido, Silva (2011) aponta que a questão da diversidade ainda é um tema periférico ou mesmo relegado no ambiente escolar, apesar de sua enorme importância para a sociedade como um todo. A simples ideia de ter a sua sexualidade negada e inviabilizada por quem deveria torná-la uma questão de debate é um ato de preconceito e discriminação em pleno ambiente escolar.

O cumprimento dos direitos e a necessidade de proteção contra quaisquer formas de discriminação estão previstos na Constituição Federal, e em diversas legislações brasileiras, porém a realidade é bem diferente do esperado no âmbito legal. A realidade se mostra cercada de inúmeras violações aos direitos humanos por questões que envolvem orientação sexual ou identidade de gênero, sem falar nas agressões sexuais, violência física e/ou emocional, discriminação e preconceito, negação de oportunidades de emprego e educação, entre outras. Mostrando assim o abismo existente entre os princípios fundamentais da legislação brasileira e educacional com a realidade desses sujeitos.

A sexualidade ganhou destaque nos últimos tempos, e desde então o

preconceito e a discriminação proliferaram. Além do tema sexualidade e gênero, outros assuntos, como grupos sociais (negros, mulheres e homossexuais), também têm gerado efeitos contraditórios visto que alguns setores passam a demonstrar aceitação enquanto outros reprovam e disparam ataques de ódio e preconceito.

Estamos “acostumados” e cientes que agressões verbais, físicas, discriminação e até o “*bullyng*” acontecem nas escolas e isso é o resultado de uma sociedade machista que ainda estabelece como padrão: o aluno branco, heterossexual, de classe média e de religião católica. Sendo o “correto” e aceito por nossa sociedade (MIRANDA, 2017).

Pesquisas na área da educação e nas escolas revelam que é nesses ambientes que mais ocorre desrespeito aos direitos das pessoas LGBTI+ (PERES, 2009). Por isso se faz necessário que professores e demais membros da comunidade escolar estejam preparados para exterminar esse cenário de violência e não cumprimento dos direitos humanos. Assim sendo, na escola é importante falar sobre os múltiplos tipos de violência, para saber como reconhecer quem são os agentes que promovem tais atos, com que frequência e como denunciar. É necessário conversar sobre como desenvolver ações ou campanhas para problematizar e desconstruir tais violências. Diante desses desafios, ressalta-se a necessidade de uma formação docente (inicial e continuada) que possibilite a abordagem de tais temáticas e o enfrentamento desses desafios de forma adequada e coerente com uma compreensão de educação enquanto processo humanizador.

A formação de professores tem passado diversas alterações ao longo das últimas décadas, sobretudo nos aspectos relacionados à sua estrutura curricular, características das disciplinas, estágios supervisionados, dentre outras. Porém, tal formação apresenta-se como um desafio permanente para as políticas governamentais. A grande questão aqui é que as instituições formadoras necessitam de avanços no desenvolvimento de uma base articulada de conhecimentos disciplinares, práticos, técnicos e de contextos socioeducacionais para que o licenciando possa lidar com o início da carreira docente (GATTI, 2016).

As novas tecnologias podem ter um expressivo impacto sobre a formação docente e principalmente no papel dos professores, em termos de conteúdo, métodos e uso da tecnologia, permitindo assim um ensino que encara os estudantes como participantes ativos do processo de aprendizagem e não como receptores passivos de informações ou conhecimento, incentivando os professores a utilizar redes e a

reformularem suas aulas, bem como encorajar seus alunos a participar de novas experiências.

A realidade brasileira é caracterizada pela desvalorização e descaso com a educação e, conseqüentemente, com a formação docente. Mas a mudança desse cenário requer um compromisso que exige atitudes com foco principal nos docentes, permitindo a eles ferramentas para o exercer da função no ambiente escolar, bem como uma formação ligada diretamente aos fins da educação.

Nesse contexto, a problemática que guia o desenvolvimento desta pesquisa interroga quais os desafios e as possibilidades para se abordar a temática diversidade sexual e de gênero na formação e prática docente e suas implicações no ambiente educativo por meio de um cineclubes?

Diante dessa problemática, esta pesquisa tem como **objetivo geral**: analisar os desafios e possibilidades na abordagem da temática: diversidade sexual e de gênero na formação e prática docente. Em consonância com esse objetivo geral, e a partir das reflexões aqui realizadas, esta pesquisa apresenta como produto um plano de ação para a realização de um cineclubes a respeito da temática diversidade sexual e de gênero.

Já os **objetivos específicos** ficam a cargo de: contribuir na promoção do conhecimento necessário para inserção dos temas gênero e sexualidade no cotidiano das práticas educativas; contribuir para a promoção da inclusão por intermédio de conteúdos transformadores das culturas discriminatórias de gênero e de orientação sexual, compreendendo as conquistas e as principais realizações do movimento LGBTQIAP+; discutir as relações de gênero e sexualidade em suas interseccionalidades com raça, etnia, classe, religião e geração principalmente no contexto sociopolítico atual; cooperar com uma formação continuada de professores em diversidade sexual e gênero para professores/as e outros profissionais da educação; promover a utilização dos acervos culturais existentes nos diferentes contextos formativos no desenvolvimento de atividades curriculares nas diferentes áreas do conhecimento; incentivar a produção de materiais didáticos de apoio pelos/as próprios/as professores/as e o intercâmbio de tais materiais e experiências além da promoção da equidade de gênero.

No que diz respeito aos **aspectos metodológicos**, a organização e classificação da pesquisa se deu conforme descrita no quadro abaixo:

QUADRO 1 – Classificação do Percurso Metodológico

Objetivos	Exploratória e Descritiva
Natureza dos Dados	Qualitativa
Métodos Empregados	Revisão Bibliográfica Análise de Filmes
Técnica de coleta de dados	Revisão de Literatura Análise Documental Observação Sistemática

Elaborado com base em Gil, 2010, p. 25-43.

Minayo (2000) diz que a metodologia consiste no trajeto percorrido pelo pesquisador para atingir seus objetivos de pesquisa. Nesse sentido, esta investigação começou com uma inquietação e uma reflexão sobre o conhecimento dos docentes acerca da temática gênero e sexualidade e, como consequência, surgiu a proposta de analisar a formação docente e, mais especificamente, a forma como a temática gênero e sexualidade é trabalhada nesse processo de formação.

Com relação a sua estrutura, o estudo foi organizado em quatro capítulos interdependentes e complementares entre si. O primeiro capítulo, intitulado: **O MOVIMENTO LGBTQIAP+ E SUA HISTÓRIA** busca descrever a história dos movimentos LGBTI+ identificando suas conquistas e avanços na aplicação da temática em sociedade. A Fundamentação teórica foi construída principalmente com base em: Foucault (2014), Schwab (2011), Miskolci (2007), Conde (2004), Akiyoshi (2002), Green (2000), Simões e Facchini (2009) e análise documental dos Jornais: Lampion da Esquina e Informativo GLBTI+.

O segundo capítulo, com o título: **AS CONQUISTAS LGBTQIA+ E OS DIREITOS HUMANOS**, está apoiado sobretudo nas contribuições de Pará (2016), Sarlet (2001), Dias (2010), Oliveira (2000), na Constituição Federal, na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em Resoluções que versam sobre a temática. O propósito desse capítulo é evidenciar as conquistas dos movimentos LGBTI+ bem como a efetivação das garantias legais e individuais, que essa população tem por direito, conforme disposto na Constituição Federal e outros dispositivos regulatórios.

No terceiro capítulo, cujo título é: **A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO**

NA FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE, descreve-se a estrutura e composição da temática na formação docente e principalmente na sua prática. Entendendo de que forma esse assunto é abordado e como é desenvolvido com a finalidade de preparar os professores para que tratem do tema de forma correta a fim de excluir qualquer possibilidade de preconceito ou desrespeito a população LGBTI+. Os aportes teóricos consideram principalmente as contribuições de: Vieira; Almeida; Alonso (2003), Freire (1996), Garcia (1997), Saviani (2009), Carrara (2009), Candau (2013), Furlani (2007), Butler (2003), Monteiro e Soares (2019), ALTMANN, 2013, Beauvoir (1980).

No quarto capítulo, cujo título é Produto – Cineclube, vamos trabalhar com atividades propostas de Sessões de Cineclube com diversos temas do universo LGBTQIAP+. O que se pretende é oferecer recursos aos professores, educadores e alunos com atividades que envolvam discussões, sessões de filmes e debates.

Espera-se que os resultados aqui apresentados possam contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas e práticas inovadoras sobre a temática LGBTQIAP+, bem como para a superação de todo tipo de preconceito e discriminação que atentam contra a dignidade humana.

1 O MOVIMENTO LGBTQIAP+ E SUA HISTÓRIA

Ao fazermos um recuo no tempo, percebemos que a homossexualidade foi algo reprovado ou condenado por diversas civilizações e culturas, mas nem sempre foi assim. Os primeiros registros da homossexualidade afirmam que essa prática era aceita e respeitada. Segundo historiadores, é possível encontrarmos registros em cerâmicas, esculturas e pinturas de civilizações que na Índia, Egito, Grécia e América onde a homossexualidade era “permitida”.

Para que possamos entender o que representa a homossexualidade hoje e, principalmente, para a população LGBTI+ se faz necessário detalhar aspectos de quando a homossexualidade tinha uma finalidade muito além do sexo, é essencial que voltemos o olhar sobre tempos remotos e culturas diversas, além de entendermos como o Movimento LGBTI+ no Brasil permitiu as discussões que hoje propomos em sala de aula.

1.1 A HOMOSEXUALIDADE AO LONGO DA HISTÓRIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O Código de *Hammurabi*, um dos mais importantes e antigos conjuntos de leis, previa privilégios a prostitutas e prostitutas que colaboravam com os cultos religiosos. Para o povo da Mesopotâmia eles eram sagrados e as relações aconteciam dentro dos templos com homens devotos, como com Fenícios, Egípcios e Indianos. Os Hititas, povos da Ásia Menor (hoje Turquia) tinham em suas leis a permissão para o casamento entre pessoas do mesmo sexo (BOTELHO, 2020).

Na Grécia Antiga, as relações entre pessoas do mesmo sexo quase sempre tinham um papel pedagógico e visto com naturalidade. Segundo Lima (2019), Sócrates (469-399), favorável a prática e ao amor homossexual, dizia que entre iguais o sexo seria para inspiração e já no sexo heterossexual, servia para procriar.

Sobre a história da Homossexualidade, Souza (2022) afirma que em Atenas, filósofos e aprendizes tinham na relação sexual uma forma de aumentar suas conexões afetivas e intelectuais. Aprendizes meninos que quisessem e fossem dos 12 aos 18 anos tendo o aval dos pais poderiam ter relações sexuais com seu tutor.

Aqueles com 25 anos de idade já seriam considerados homens adultos que poderia se tornar homens ativos na relação sexual (LIMA, 2019).

Em Roma, havia diferentes formas de compreender a homossexualidade e na maioria das vezes essa prática era vista de forma positiva, nunca com o significado que hoje é utilizado. A única exceção era de que o homem mais velho durante a relação sexual não fosse passivo, pois isso seria reprovado, estigma que perdura até hoje com a inferiorização do homem passivo na relação sexual (LIMA, 2019).

Nessa época o homem passivo era impedido de ter cargo público e toda a sociedade estava "autorizada" a desprezá-lo. É importante entender que essas aceitações ou forma de amor entre pessoas do mesmo sexo se baseiam em crenças e religiões, ou seja, para gregos, romanos, deuses hindus, babilônicos e outros, a homossexualidade existia sem problemas, tanto que muitos deuses não possuem sexo definido com Ganesha (Deus hindu da tortura), o qual teria nascido de uma relação sexual feminina e divina. Historiadores afirmam, ainda, que há muitos anos, no oceano Pacífico, tribos das Ilhas de Nova Guiné, Salomão e Fiji praticavam rituais de forma homossexual. Para o povo melanésio era atrás do sexo entre pessoas iguais que o conhecimento sagrado era transmitido, assim um homem travestido e com trejeitos seria um ser com grande alegria. (LIMA, 2019)

Com o passar dos anos, a visão de sexo foi se modificando e ganhando olhares mais de procriação principalmente pela cultura judaica, a qual já acreditava nisso seguindo os ensinamentos de Deus: "Crescei e multiplicai-vos", esse pensamento esteve restrito a comunidade e aos cristãos da região. Porém, com o imperador romano Constantino que o cristianismo se torna obrigatório em quase todo o mundo. Já que o sexo era para gerar filhos, a homossexualidade não podia ser natural ou aceitável e no ano 390, com Teodósio, acontece o primeiro castigo físico em um homossexual. Em 533, o imperador cristão Justiniano juntou a prática homossexual ao adultério, a qual previa pena de morte para quem fosse pego. Nos anos seguintes, de 538 a 544, os homossexuais deveriam reprimir seus desejos e pecados fazendo penitencias. No século VII, o Islamismo só reforça os ideais de que o sexo serve apenas para a procriação. (LIMA, 2019)

Segundo Bezerra (2022), no império de Gengis Khan, fundador do império Mongol e um dos soberanos mais sanguinários e impiedoso, registrou-se leis proibindo a homossexualidade entre os povos mongóis e outras culturas conquistadas. Com a crise da Igreja e a conversão de fiéis ao protestantismo graças

a Reforma de Lutero, vivemos o humanismo renascentista e com ele um grande apreço ao homem e seu corpo forte e curvilíneo. Para a felicidade de muitos artistas como: pintores, poetas, dramaturgos e escritores o importante era retratar o amor entre os homens.

A Europa do século XIII, arrasada pela peste negra, culpa homens como causadores da peste, da fome, das guerras e outras desgraças. Logo hereges, judeus e sodomitas são a origem do mal que destrói a sociedade vendo como única saída o extermínio desse povo. Na Itália, Florença proibia a sodomia e criava o *Ufficiali di Notte* (agentes da noite) para perseguirem homens homossexuais, em 60 anos de atividade esses agentes incriminaram 17 mil e condenaram 3 mil a prática de sodomia, em uma época que a população não passava de 40 mil habitantes (FERRAZ, 2017).

Como Foucault (2014) bem assinala, refletir sobre a homossexualidade é pensar em um período da história em que se faz um corte nas práticas sexuais humanas, em que uma prática tal como a sodomia, um pecado que qualquer pessoa poderia vir a cometer transformou-se num elemento de definição de um tipo especial de humano, como o homossexual.

Por volta da 1533, sob influência da inquisição, o Ocidente legisla novas proibições a homossexualidade, na Inglaterra com o *Buggery Act* (Lei de Sodomia) que foi abolida apenas em 1861 substituindo a penas de morte pela pena de 10 anos de trabalhos forçados, em Portugal a proibição estava no Código Penal. Claro que essas ações acabaram por espalhar tais penas ou condenações pelo continente e demais colônias (FERRAZ, 2017). Para Stoler (1995), tanto o império como o colonialismo do século XVIII influenciaram para a construção das ideias e conceitos de sexualidade do século XIX. Sobre o Ocidente e essa forma de ver o sexo, Foucault (2014) comenta da criação de uma “*scientia sexualis*”:

No Ocidente, não temos a arte erótica. Em outras palavras, não se ensina a fazer amor, a obter o prazer, a dar prazer aos outros, a maximizar, a intensificar seu próprio prazer pelo prazer dos outros. Nada disso é ensinado no Ocidente, e não há discurso ou iniciação outra a essa arte erótica senão a clandestina e puramente individual. Em compensação, temos ou tentamos ter uma ciência sexual (*scientia sexualis*) sobre a sexualidade das pessoas, e não sobre o prazer delas, alguma coisa que não seria como o que fazer para que o prazer seja o mais intenso possível, mas sim qual é a verdade dessa coisa que, no indivíduo, é seu sexo ou sua sexualidade: verdade do sexo, e não intensidade do prazer (FOUCAULT, 2014, p. 57).

No livro “Triângulo Rosa” de Jean-Luc Schwab e Rudolf Brazda (2011), encontramos relatos de homossexuais, que durante o regime nazista na Alemanha eram torturados, mortos ou serviam como cobaias humanas nos campos de concentração. A identificação dos homossexuais se dava por um triângulo rosa invertido e costurado em suas roupas, se hoje esse mesmo triângulo rosa é sinônimo de orgulho e poder naquela época era um distintivo de vergonha e degeneração, ou uma permissão para que fossem identificados e desumanizados ainda mais. A homossexualidade já era um ato ilegal na Alemanha desde 1871, mas com o regime nazista no poder e a ideia de “purificar” o país dos homossexuais, os quais em sua maioria homens que eram vistos como degenerados. Acredita-se que de 1933 a 1944, cerca de 65% da população homossexual dos campos de concentração morreram.

A Alemanha manteve suas leis homofóbicas tanto na parte Oriental quanto a Ocidental e, com isso, muitos homossexuais libertos dos campos de concentração agora eram presos e encarcerados por leis homofóbicas que duraram até o início da década de 70, cenário esse que só mudou quase que por completo em 1994.

FIGURA 1 – Uniforme usado por Prisioneiros Gays durante o Holocausto, com o Triângulo Rosa que os Identificava.



Fonte: Revista Híbrida, 2022.

Ken Setterington (2017), autor e pesquisador do livro *Marcados pelos Triângulo Rosa*, dedicado à memória dos homens gays que sofreram nas mãos dos nazistas e

dos que ainda sofrem por causa da sua orientação sexual, relata e resgata casos e histórias dos campos de concentração falando da crueldade, dos horrores e da suposta origem do triângulo rosa nos uniformes dos prisioneiros e homossexuais, em especial no campo de concentração de Sachsenhausen.

A perseguição aos homossexuais era apenas uma pequena parte do plano de Hitler para fortalecer a raça ariana. O regime proclamava que a raça “ariana” ou “nórdica” era biologicamente superior a todas as outras. [...] Homossexuais, é claro, representavam uma ameaça ao desenvolvimento da nova raça superior. A raça superior precisava de homens e mulheres arianos fortes, capazes de trabalhar e se reproduzir. Qualquer um que não se encaixasse nesse molde deveria ser eliminado. Na aparência, alguns homens gays alemães, com seu porte alto, louro e bonito, poderiam ter sido exemplo perfeitos da superioridade ariana, mas, se esses homens preferiam fazer sexo com outros homens, era claro que não estariam reproduzindo [...] Os nazistas temiam que os homens gays recrutassem outros homens para um estilo de vida homossexual, reduzindo assim o número de homens aceitáveis para a reprodução. Eles também tinham a preocupação de que a homossexualidade pudesse ser hereditária; assim, se algum homossexual reproduzisse, poderia haver uma população gay ainda maior. (SETTERINGTON, 2017, p. 42-43).

FIGURA 2 – Uniforme usado por Prisioneiros Gays e Judeus no campo de concentração de Sachsenhausen



Fonte: acervo do autor, 2019.

Settingington (2017) lembra que em muitos campos de concentração Nazista era possível observar a frase “*Arbeit Macht Frei*”, que significava “O trabalho Liberta”, porém a realidade ali era bem diferente, judeus e ciganos assim que atravessam os portões eram levados às câmaras de gás. Os homens gays que não fossem mortos nas câmaras de gás morreriam por meio do trabalho, pois os campos forneciam trabalhos em minas, pedreiras e fábricas.

As condições de todos os prisioneiros eram terríveis e piorava a cada ano. O trabalho era árduo, os alojamentos eram sombrios, e as rações de comida mal podiam manter uma pessoa viva. Todos os dias os prisioneiros eram obrigados a testemunhar execuções de outros prisioneiros por fuzilamento ou enforcamento. [...] Por que o rosa foi usado para os homossexuais continua um mistério. Poderia ser porque o rosa era considerado uma cor feminina, mais ainda do que é hoje, e seria humilhante para um homem usá-la. Mas isso é simples conjectura. Não há documentos disponível para confirmar o motivo de os triângulos rosa serem sido usados para identificar homossexuais. (SETTINGINGTON, 2017, p. 59).

FIGURA 3 – Fachada do campo de concentração de Sachsenhausen



Fonte: Autor, 2019.

FIGURA 4 – Portão de Sachsenhausen, com a frase “*Arbeit Macht Frei*” (O trabalho Liberta)



Fonte: Autor, 2019.

FIGURA 5 – Alojamento de Sachsenhausen



Fonte: Autor, 2019.

No campo de Sachsenhausen diversos experimentos foram feitos em nome da “ciência”, dentre eles estão: com Gêmeos (o objetivo era compreender as diferenças e semelhanças na genética e na eugenia), com Congelamentos (com o objetivo de tratar a hipotermia, onde prisioneiros eram colocados em tanques de água gelada ou

largados nus no campo de concentração para verificar as resistências), com Malária (prisioneiros saudáveis eram infectados e depois tratados com diversos medicamentos para testar a cura), com Gás Mostarda (com o objetivo de tratar as queimaduras causadas pelo gás), com Água do Mar (prisioneiros recebiam somente água salgada tratada na tentativa de tornar a água potável), com Esterilização (com o objetivo de esterilizar o maior número de pessoas ao mesmo tempo, elas eram expostas a raio-X, diversos medicamentos e cirurgia), com Tifo (prisioneiros também saudáveis eram contaminados para testar vacinas), com Venenos (com o objetivo de testar novos venenos ou adquirir peças para autópsias), com Bombas Incendiárias (com o objetivo de testar preparos farmacêuticos) entre outras.

Muitos homens gays enfrentaram outro horror nos laboratórios médicos dos campos. [...] médicos nazistas faziam experimentos com prisioneiros, e os homossexuais eram usados em números desproporcionalmente grande nesses chamados procedimentos científicos. Os experimentos eram executados por diversas razões, incluindo encontrar a causa da homossexualidade. Geralmente causavam doenças, mutilações ou a morte. Castração era considerada uma opção para a cura da homossexualidade. Foi dito a alguns homens que eles seriam libertos da prisão se concordassem em ser castrados (SETTERINGTON, 2017, p. 64).

FIGURA 6 – Laboratórios Médicos do campo de concentração de Sachsenhausen, onde aconteciam experimentos “científicos”.



Fonte: Autor, 2019.

Em Sachsenhausen os prisioneiros eram enganados e colocados em uma parede de madeira com a justificativa de medi-los, mas ali eles eram executados com

tiros na cabeça. A câmara de gás quase escondida e muitos prisioneiros que não tinham visão e assim quando eram levados não sabiam o que iria acontecer.

FIGURA 7 – Paredão de Fuzilamento de Sachsenhausen



Fonte: Autor, 2019.

FIGURA 8 – Entrada da Câmara de Gás de Sachsenhausen



Fonte: Autor, 2019.

O campo de concentração de Sachsenhausen foi construído antes da guerra, seus primeiros prisioneiros chegaram em 1938. Sua arquitetura era em formato de triângulo com os alojamentos femininos na parte superior e os masculinos limitados a parte central, dificultando a circulação dos prisioneiros que precisavam se apresentar diariamente aos soldados na parte da entrada do campo. Os moradores vizinhos do campo normalmente denunciavam os prisioneiros que conseguiam escapar. Eles acreditavam que esses prisioneiros eram um perigo para a sociedade alemã e que deviam permanecer presos, mesmo sabendo dos acontecimentos nos campos, mas entendiam que era necessário para a raça pura alemã se manter livre desses povos.

FIGURA 9 – Maquete do campo de concentração de Sachsenhausen



Fonte: Autor, 2019.

Homossexuais eram colocados em um alojamento onde ficavam sob vigilância quase constante. O bloco tinha cerca de 250 homens de cada lado – trabalhadores não qualificados, assistentes comerciais, comerciantes habilidosos, músicos, artistas, professores, proprietários aristocratas e até membros do clero. As luzes eram mantidas acesas a noite toda, e os homens também tinham que manter as mãos por cima dos cobertores. Outros prisioneiros de Sachsenhausen eram, em sua maioria, presos políticos ou inimigos do Estado. Os que usavam o triângulo rosa não tinham permissão para falar com os outros prisioneiros; se fossem flagrados a menos que 5 metros de distância dos outros alojamentos, a punição era de 15 a 20 chicotadas brutais. (SETTINGTON, 2017, p. 71-72).

Ainda sobre Sachsenhausen, em junho de 2022, o site Globo.com² publicou a notícia de que o ex-guarda e aposentado alemão Josef Shütz se tornou a pessoa mais velha a ser julgada por crimes de guerra. Shütz, hoje com 101 anos, foi condenado por participar do assassinato de 3,5 mil prisioneiros entre os anos de 1942 e 1945, sua condenação foi de 5 anos e seus advogados afirmam que vão recorrer. Shütz trabalhava para uma organização paramilitar e foi guarda no campo de concentração. Segundo o juiz do caso, mesmo que nenhuma testemunha esteja viva e possa

² Disponível em: < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/06/28/ex-guarda-nazista-de-101-anos-e-condenado-a-prisao.ghtml> > Acesso em: 14/10/2022.

comprovar o envolvimento de Shütz nas mortes ele atuava ativamente. Estima-se que somente em Sachsenhausen mais de 200 mil pessoas estiveram presas ou foram mortas, em especial judeus, ciganos, homossexuais e opositores. Atualmente existe 17 processos na justiça alemã contra pessoas que cometeram crimes durante o regime nazista e, em todos os casos, os acusados possuem idade superior a 95 anos.

Gonçalves (2022) afirma que o ato de “marcar” as pessoas com triângulos representa os primeiros rótulos que por anos perseguem essa população, sempre com o objetivo de identificar pessoas homossexuais ou não. E esses “rótulos”, nessa época, não eram exclusividade masculina, mulheres lésbicas tidas como “antissociais” recebiam em suas vestes um triângulo preto invertido, o triângulo amarelo era colocado junto ao triângulo rosa invertido em judeus homossexuais caracterizando-os em como vergonha dupla. Outros grupos também eram marcados para assim facilitar suas identificações e “facilitar” na escolha dos castigos e maus-tratos praticados nos campos de concentração.

FIGURA 10 – Os Triângulos do Holocausto Constituídos por Cores e Grupos.

	Inimigos políticos	Criminosos Habitual	Estrangeiros trabalhadores forçados ou emigrantes	Estudantes da Bíblia (Testemunhas de Jeová)	Homossexuais e agressores sexuais	“Anti-sociais”	Roma (ciganos)
Cores básicas							
As inscrições para as repetidoras							
Reclusos de batalhões penais (em alemão: <i>Strafkompanie</i>)							
As marcações para os judeus							

Fonte: Fatos Militares, 2022.

A primeira organização de ajuda a pessoas homossexuais foi na Holanda, nos anos 40, criado pelos organizadores da revista *Levensrecht* (“Direito de viver”), revista de temática gay que vendo a realidade dessa população decide criar o espaço COC (*Cultureel Ontspannings Centrum*, ou Centro de Cultura e Recreação).

Botelho (2020) lembra que até a década de 60, com exceção de Illinois, todos os estados norte-americanos consideravam a homossexualidade um crime, fato esse marcado pela ordem do governo dos Estados Unidos de castrar quimicamente o pai da computação Alan Turing (matemático e cientista da computação, desenvolveu uma

máquina capaz de decifrar o “Enigma”, código utilizado pelos nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial, dando assim aos aliados uma vantagem que permitiu derrotar mais depressa a Alemanha), acusado de comportamento homossexuais. Em 1952, essa ação se tornaria uma mancha de violência contra homossexuais, porém em 1954, Alan Turing comete suicídio por ingestão de cianeto, ele teria envenenado uma maçã e comido dando fim à própria vida.

Ainda nesse período, nos Estados Unidos, iniciava o trabalho da fundação *Mattachine Society*, a qual tinha o objetivo de combater a violência e perseguição que sofriam os homossexuais do Macarthismo (movimento de repressão e perseguição política que violava direitos civis com o objetivo de combater o comunismo dos anos 50). Fazendo o uso da censura e acusações de subversão ou traição, divulgadas sem confirmação denegrindo a imagem dos denunciados e familiares, a fim de desacreditá-los perante a sociedade.

Ferraz (2017) afirma que o maior ato de resistência a todo esse histórico de abusos, opressões e crimes que a população LGBT (Lésbicas, Gays³, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) viveu, foi a *Stonewall Riot* (Rebelião de *Stonewall*), considerado hoje o marco-zero na luta pelos direitos LGBT's. O levante ocorreu em 28 de junho de 1969, quando cerca de 200 frequentadores do bar já cansados de revistas humilhantes, repressão e truculência policial resolvem dar um basta enfrentando os policiais e resistindo a prisão, uma vez que eles resolveram expulsá-los do Bar *Stonewall Inn*, localizado em Greenwich Village, Nova Iorque. Assim, essa população armada de pedras e garrafas enfrentaram os policiais, protestando durante 6 dias dando origem aos primeiros movimentos e marcha pelos direitos homossexuais. Tal acontecimento é comemorado mundialmente como o Dia Internacional do Orgulho LGBT, celebrando assim vitórias e conquistas de uma população que busca incansavelmente respeito e direito, mas sempre lembrando que há um longo caminho a seguir. Em 2016, o então presidente Barack Obama transformou Stonewall no primeiro monumento nacional aos direitos dos LGBTs.

Segundo Lima (2019), ainda no século XIX, diversas teorias tentaram dar uma resposta para a homossexualidade o que desencadearia diversas práticas cruéis e

³ A palavra *gay* (vêm do inglês) e significa alegre, contente e começa a ser usada, em 1970, em algumas cidades dos EUA seu propósito era suavizar a carga negativa que se dava pela cultura heterossexista à homossexualidade. Foi uma construção de identidade política para se opor à heteronormatividade. Hoje o conceito ou a identidade *gay* é composta de forma heterogênea e por variantes como: classe, raça, etnia, idade, expressão de gênero, cultura etc.

condenáveis aos homossexuais uma vez considerados degenerados, anormais e pervertidos. Fazendo o uso errôneo da concepção de homossexualidade, esta torna-se uma doença ou enfermidade que poderia ser diagnosticada com um exame clínico. Por volta de 1850, pesquisadores e médicos europeus determinam que a homossexualidade é algo endêmico e que também poderia ser um problema de caráter, uma vez que a homossexualidade poderia ser resultado da falha na educação infantil. A ideia que se tinha dos homossexuais, por parte de muitos médicos como do psiquiatra austríaco Richard Von Krafft-Ebing, era que isso não passa de uma tara ou uma degeneração humana, ele já tinha determinado a homossexualidade como uma forma de perversão sexual ou defeito genético.

O termo *homossexual* foi criado pelo jornalista, escritor e ativista dos direitos humanos austro-húngaro Karl-Maria Kertbeny no ano de 1869. O pseudomédico utilizou o referido termo ao escrever uma carta ao Ministério da Justiça da Alemanha do Norte em defesa de cidadãos homossexuais perseguidos por desacordos políticos, onde este buscava pela abolição do parágrafo 175⁴ do Código Penal Alemão, que caracterizava as práticas sexuais entre homens como crime passível de prisão com trabalhos forçados. Mesmo que carregado de cunho pejorativo, o vocábulo passou a ser empregado pelos acadêmicos, médicos e psicólogos, jornalistas e por aqueles envolvidos na militância da causa.

Segundo Miskolci (2007):

Desde sua invenção médico-legal, a homossexualidade representou uma suposta ameaça à ordem. Uma prática sexual estigmatizada, a sodomia, passou a ser encarada como o cerne de um desvio de normalidade e o recém-criado homossexual tornou-se alvo de preocupação por encarnar temores de uma sociedade com rígidos padrões de comportamento (MISKOLCI, 2007, p.104).

Na sociedade do século XIX, estudiosos conferiam ao termo caráter pejorativo para retratar na medicina e psicanálise indivíduos doentes, pois o sufixo “ismo” inferia à ideia de doença, sendo estes indivíduos tratados tal qual enfermos. De acordo com Conde (2004):

⁴ Conhecido como “parágrafo gay” foi introduzido no Código Penal Alemão, pelo Reich, para punir principalmente homens de “fornicação antinatural” com punição de até 6 meses. Os nazistas, defensores da moralidade, perseguiam todos e levavam a cadeia por um beijo ou um olhar cobiçoso. Para os casos de “fornicação grade” a pena poderia ser de até 10 anos de prisão. Para eles, os homossexuais masculinos não eram geradores de filhos e como as demais raças inferiores se reproduziam muito isso representava um perigo racial. Mulheres lésbicas não eram um perigo, assim não eram perseguidas bem como homossexuais estrangeiros, exceto se mantivessem relação com alemães (PIEPER, 2019)

[...] os médicos de origem burguesa buscavam evidenciar as características de patologias sexuais e, conseqüentemente, controlar as vivências sexuais com o auxílio da ciência. Patologias sexuais referiam-se, portanto, a qualquer prática sexual que diferísse dos padrões e ideais então hegemônicos (heterossexuais e visando à procriação e fortalecimento da família burguesa) (CONDE, 2004, p.46).

Envolto pela “verdade absoluta” e as teorias biológicas, novas práticas para a explicar da homossexualidade são realizadas, práticas estas como castração, tratamento de choque, overdose de hormônios e lobotomia (estima-se que só na Suécia a lobotomia foi realizada em 3 mil gays, a última lobotomia realizada na Dinamarca foi em 1981, porém nos Estados Unidos o número de lobotomizados passa de dezenas de milhares) servindo de cenário para acabar com o mal e ajudar a se “livrar” desse hábito deplorável.

Antigamente, a medicina rotulava a homossexualidade de doença, sentindo-se responsável por encontrar a sua cura. Como se fosse possível descobrir alguma pílula que neutralizasse desejos. Recentemente surgiu uma versão moderna para explicar a ‘doença’. Com sensacionalismo foi anunciada uma descoberta de médicos nos Estados Unidos: o hipotálamo dos homossexuais, a região do cérebro que controla as emoções, teria uma variação anatômica por obra da genética. [...] Não se sabe o que determina o fascínio sexual por pessoas do mesmo sexo. Os hormônios são capazes de aumentar a libido, a vontade de fazer sexo, mas não interferem na escolha do objeto de atração. Algumas teorias psicológicas tentam explicar o que estaria acontecendo. Uma delas aponta uma mãe muito dominadora e um pai fragilizado em seu papel masculino como a constelação típica para o homossexualismo do filho. [...] A menina passaria por uma dificuldade de identificação com essa figura feminina contra quem se rebela e que rejeita, mas de quem aguarda afeição e aprovação – geralmente em vão. Nessas situações, o pai passivo até poderia compensar a frieza maternal, escondendo-se de seu papel enquanto pai (homem), o que privaria os filhos da convivência com um modelo masculino forte (WUSTHOF, 1998, p. 106).

As coisas só melhoraram quando em 1979, a homossexualidade deixa a lista de doenças mentais pela Associação Americana de Psiquiatria. Na década de 80 a OMS (Organização Mundial de Saúde) lançou uma publicação informando a desclassificação do homossexualismo como enfermidade, passando assim a considerá-la um distúrbio comportamental. No ano de 1995 ocorreu uma mudança no termo que até então era utilizado, adotando o termo homossexualidade, e assim, sendo considerado não mais como distúrbio e sim como um modo de ser. Foi durante os anos 1980 e 1990 que muitos países deixaram de condenar a homossexualidade e garantiram o direito a discriminação contra gay e lésbicas.

Em relação ao que vem a ser a homossexualidade, os autores Fry e Mac Rae (1985, p. 03) afirmam que:

[...] partiremos do pressuposto de que não há verdade absoluta sobre o que é a homossexualidade e que as ideias e práticas a elas associadas são produzidas historicamente no interior de sociedades concretas e que são intimamente relacionadas com o todo destas sociedades.

Buscando tipificar o que possa vir a ser a homossexualidade, assim como o mote ao qual o indivíduo passa a orientar-se deste modo, o meio acadêmico em meio aos estudos do tema, encontram-se sugestões sobre a substituição do termo por outros de melhor uso, como, por exemplo, Costa (1992, p. 22) sugere o vocábulo “homoerotismo, seu texto que se refere “meramente à possibilidade que têm certos sujeitos de sentir diversos tipos de atração erótica ou de se relacionar fisicamente de diversas maneiras com outros do mesmo sexo biológico”.

Segundo Lima e Akiyoshi (2002), as ponderações sobre a origem da homossexualidade ainda não chegaram a uma conclusão definitiva, pois são vários os aspectos que englobam os estudos sobre a temática, fatores que vão desde a genética do indivíduo, condição congênita até mesmo circunstâncias culturais e emocionais são abordados na discussão sobre o tópico.

Em meio a concordâncias ou não encontradas na literatura sobre o uso do termo homossexualidade, aqui será utilizado o mesmo para retratar apenas uma orientação sexual, sendo referenciada como uma das variantes da sexualidade humana. Assim assegura Mariana Chaves (2012):

Com o intuito de mitigar o peso moral e a pejoratividade amplamente conectadas à orientação homossexual, algumas terminologias mais brandas foram cunhadas. Entre elas, o termo “homoerotismo”, que seria uma nomenclatura mais maleável e que representaria melhor a pluralidade das práticas ou desejos de certos indivíduos. Outra nomenclatura encontrada na doutrina é “homoessência”. Entretanto, indubitavelmente, o neologismo que obteve maior proeminência na doutrina brasileira, sul-americana e até europeia, é “homoafetividade”, cunhado pela Desembargadora aposentada e advogada brasileira Maria Berenice Dias. Tal termo foi amplamente aceito pela comunidade jurídica e inserido na linguagem dos tribunais e dos meios de comunicação (CHAVES, 2012, p. 44-45).

Cada dia se faz mais necessário a utilização correta da palavra homossexualidade, visto que se busca com isso identificar e garantir direitos inerentes ao ser humano e a vida digna. O uso correto da terminologia favorece o movimento no avanço pelas lutas e conquistas LGBTI+. Mostrando que violam direitos quando

pela moral e bons costumes se associa que a heterossexualidade é algo “normal” e a homossexualidade é o “anormal”.

1.2 O MOVIMENTO LGBTI+⁵ NO BRASIL

Como em outros lugares do mundo, o movimento LGBTI+ no Brasil percorreu e percorre ainda um longo caminho pela garantia de seus direitos, reconhecimento e respeito. A priori, é de suma importância salientar que o movimento homossexual não limita sua proposta apenas aos homens e mulheres que têm sua orientação sexual pelo seu respectivo sexo, representados aqui pelos termos gays ou lésbica. O movimento traz consigo uma multiplicidade de elementos e reivindicações. O movimento homossexual manifestado ao redor do mundo tem como paridade e fundamentação a busca pela defesa da identidade como bandeira do movimento (FERRAZ, 2017).

Durante o período colonial (1530-1822), o Brasil estava sujeito às ordens e legislações de Portugal, entre as quais constava a proibição da prática homossexual, que permanecia no Código Penal e tinha como pena uma das piores punições de todos os impérios da época. A igreja católica tinha grande influência, tanto nos costumes quanto na legislação da colônia e pregava que a prática da sodomia, associada ao sexo anal, seria punida com a morte na fogueira, desonra dos descendentes (marcados socialmente pela vergonha pública do ato pecaminoso do familiar), deporto (exílio ou afastamento da sociedade), perda de membros e outras punições rigorosas. Acrescentando ao que já foi dito, é importante mencionar que, apesar de seu aspecto conservador e religioso, ainda mais forte no momento histórico em questão, o Brasil não mais tinha como criminosas as relações homoafetivas, mesmo a prática homossexual, desde 1830, com a publicação do novo Código Penal Imperial por Dom Pedro I (FERRAZ, 2017; QUINALHA, 2022; KER, 2021).

No período imperial, o Brasil por meio das Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas (conjuntos de leis portuguesas impostas nas colônias portuguesas) fez nulas essas punições, porém mesmo sem uma legislação específica ou sem o tema em seu ordenamento jurídico a prática homossexual continuou sendo reprimida. Essa

⁵ Para melhor compreensão e entendimento o termo LGBTI+ será utilizado quando se referir ao movimento ou qualquer questão que envolva o tema. As siglas LGBTQIAP+ será utilizado quando fizer menção a população (comunidade). Porém nesse para não descaracterizar o contexto histórico será respeitado a ordem com que as siglas foram criadas até os dias atuais.

prática “desvirtuada” era tipificada como ato obsceno, atentado ao pudor, ofensa aos bons costumes e à moral ou ainda vadiagem. Assim, enquanto vigoravam as Ordenações Filipinas, o ato homossexual, então chamado sodomia, era considerado crime de lesa majestade, conforme pode se verificar no livro V, capítulo XIII, do Código Penal de 1823:

Toda pessoa, de qualquer qualidade que seja, que pecado de sodomia por qualquer maneira cometer, seja queimado, e feito por fogo e pó, para que nunca de seu corpo e sepultura possa haver memoria, e todos os seus bens sejam confiscados para a coroa do reino, posto que tenha descendentes: pelo mesmo caso seus filhos e netos ficarão inábeis e infames, assim como os daqueles que cometeram crime de lesa majestade (ORDENAÇÕES FILIPINAS, liv. 5.º, tit. XLIX)⁶.

Porém, com a publicação do já mencionado novo Código Penal Imperial em 1830, qualquer alusão ao ato homossexual, ainda que por nomenclatura mais arcaica, deixa de existir. Isso curiosamente coloca o Brasil a frente, até mesmo do já referido estado de Illinois, nos Estados Unidos, no qual a prática homossexual foi descriminalizada apenas em 1962 com a eliminação das assim chamadas leis de sodomia de seus estatutos legais, mesmo tendo se passado cerca de 152 anos, ainda em pleno Primeiro Império.

Segundo Ferraz (2017), enquanto acontecia o marco-zero do movimento LGBT em Nova Iorque, notadamente a revolta de Stonewall, o Brasil vivia um dos piores momentos da sua história, com a Ditadura Militar (1964-1985). Nesse período diversos direitos foram retirados como Liberdades Civas e Direitos Individuais devido a outorga do Ato Institucional Nº5 (AI-5), além do fechamento do Congresso Nacional por tempo indeterminado, suspensão de direitos políticos, suspensão de *habeas corpus* de diversas ordens, liberdade para intervir em Estados e Municípios, proibição de manifestações populares de caráter político entre e outras.

O ativista, professor de direito da Universidade de São Paulo (USP), Renan Quinalha (2022), um dos autores do livro “A História do Movimento LGBT no Brasil”, lembra que a ditadura atrasou o surgimento de movimentos LGBTs no Brasil, pois era um momento importante da causa LGBT em diversos países latinos inclusive para o Brasil, mas a repressão, censura e atos contra os direitos civis não permitiram tal movimento aqui. O reflexo disso, foi um verdadeiro atraso na criação dos movimentos LGBT’s e a luta pelos direitos homossexuais.

⁶ Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5p1197.htm>> Acesso em: 15 ago. 2022.

Green (2000) destaca que o Brasil poderia ter iniciado esses movimentos LGBT's antes até da formação de mobilizações internacionais, quando diz que:

Embora essas organizações fossem influenciadas pelo movimento internacional de gays e lésbicas que se desenvolveu nos Estados Unidos e na Europa Ocidental nos anos 70, elas foram originadas e moldadas por suas realidades nacionais específicas. Certamente, as condições estavam amadurecidas no Brasil já no fim dos anos 60 para que ocorressem desenvolvimentos similares (GREEN, 2000, p.453)

O período da Ditadura Militar fez com que muitas transformações sociais que começavam a ganhar forma no Brasil fossem paralisadas. O poder militar da época trouxe insegurança e medo para a população, em especial a população LGBT.

Simões e Facchini (2009) acreditam:

O desabrochar de um movimento homossexual no Brasil se deu no final da década de 1970, com o surgimento de grupos voltados explicitamente à militância política, formados por pessoas que se identificavam como homossexuais (usando diferentes termos para tanto) e buscavam promover e difundir novas formas de representação da homossexualidade, contrapostas às conotações de sem-vergonhice, pecado, doença e degeneração. Considerando tais características – de aglutinar pessoas dispostas a declarar sua homossexualidade em público e que se apresentavam como parte de uma minoria oprimida em busca de alianças políticas para reverter essa situação de preconceito e discriminação -, podemos dizer que o movimento político em defesa da homossexualidade no Brasil já completou trinta anos. O marco consagrado nessa historiografia particular é a formação do grupo Somos, em São Paulo, em 1978, na mesma época em que era lançado o *Lampião*, jornal em formato tabloide que se voltava para um enfoque acentuadamente social e político da homossexualidade, assim como de outros temas políticos afins e até então considerados “minoritários”, como o feminismo e o movimento negro (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 13).

O movimento LGBTI+ durante a ditadura foi um movimento que por diversas vezes foi censurado e intimidado, mas sempre se mostrou muito mais que um movimento social, era cultural, informativo, familiar, de enfrentamento e por que não dizer protetor. De acordo com Conde (2004, p. 66-67):

[...] o movimento homossexual é cultural e também moral, pois, além de mover suas ações com o intuito de afirmar e defender os direitos e liberdades do sujeito, ele apresenta caráter mais afirmativo que contestatório e também desprendido de instrumentos políticos e de aparelhos ideológicos, posto que se foca na liberdade do sujeito e na defesa de sua identidade.

Em dezembro de 1968 a notícia que tomava conta do Brasil era o AI-5 (Ato Institucional nº 5), instrumento este que retirava do povo seus direitos democráticos e outras garantias legais.

FIGURA 11 – Capa do jornal "Última Hora", noticiando novo Ato Institucional nº 5, Dezembro de 1968.



Fonte: Brasil de Fato, 2022.

A ação da polícia era truculenta e cruel, principalmente com homens homossexuais, quase sempre afeminados, que usassem maquiagem ou roupas femininas, trabalhassem na prostituição ou que eventualmente fosse pego fazendo sexo casual em algum parque abandonado ou praça. Com as mulheres “macho ou caminhoneiras” que fossem pegas usando roupas mais masculinas ou comportamentos menos femininos em público eram reprimidas pela polícia (KER, 2021).

Nessa época o mundo vivia a ideia da liberdade sexual e o Brasil mostrava-se adepto a elas, porém com o aumento da censura, a repressão aos movimentos sociais contra o regime militar fez com que os movimentos inclusive o LGBT fosse paralisado ou atrasado e isso é claro teve consequência para a população LGBT que acabou por “viver” em guetos. Como não podiam socializar com a sociedade e sem participação ou representatividade política seus encontros começaram a acontecer em bailes de carnaval, fã clubes de artistas ou casas noturnas onde podiam afirmar sua identidade

de gênero e sexual. Com o tempo, esses espaços de sociabilidade homossexual começam a ganhar amplitude nas cidades grandes e cresce a busca por lugares onde possam manter o anonimato, encontrar iguais e fazer sexo como desejavam (KER, 2021).

Essa sociabilização faz crescer novos espaços como Boates e Bares LGBT's, saunas e lugares de "pegação" (praças e parques), não demorando muito para o surgimento no mundo artístico de figuras públicas exóticas como o carnavalesco Clovis Bornay, o costureiro Clodovil entre outros, que devido a suas falas, comportamentos e vestimentas, fomentam a discussão e debates sobre a população homossexual e o "livre" convívio social.

FIGURA 12 – Capa do jornal "Lampião da Esquina" com o costureiro Clodovil Hernandez, Edição Agosto/Setembro 1978.



Fonte: Grupo Dignidade, 2022.

Se não bastasse a ausência de movimentos LGBT's, a luta pelo preconceito sexual ganhava um novo adversário, principalmente quando o Estado impunha que a sociedade tivesse comportamentos pautados na moral ultraconservadora. Fazendo com que as discriminações e perseguições chegassem ao ambiente de trabalho, um exemplo foi quando o Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), em 1969, após a promulgação do AI-5, organizou uma comissão para investigar o comportamento

homossexual, alcoólatra e de pessoas instáveis emocionalmente que estivessem trabalhando dentro daquela instituição, esse fato ficou conhecido como “Comissão de Investigação Sumária. Segundo a Comissão Nacional da Verdade (CNV⁷), durante o regime militar de 15 pedidos para exonerar diplomatas, 7 seriam por práticas homossexuais ou por incontinência pública escandalosa, outros foram submetidos a exames médicos e tratamentos psiquiátricos e confirmadas as suspeitas deveriam ser afastados. No site *Documentos Revelados*⁸, podemos ver um inquérito do Exército, da Ditadura Militar, do Major Júlio Cesar Américo dos Reis acusado de Pederastia Passiva e Prática de Homossexualismo.

Ker (2021) lembra que durante o governo de Paulo Egydio Martins e Paulo Maluf (1975 e 1982), São Paulo ganhou rondas principalmente noturnas de policiais que de forma violenta prendiam e reprimiam pessoas que estivessem em comportamento classificado como vadiagem, essas pessoas seriam homossexuais e travestis. José Wilson Richetti, delegado famoso na época, era responsável por organizar buscas nas ruas centrais da cidade a caça de pessoas não dignas (homossexuais e travestir) para viver na sociedade paulistana. Só de travestis e transsexuais acredita-se que Richetti tenha prendido cerca de 1.500 pessoas entre os anos de 80 e 85.

As ações de Richetti eram reforçadas pelo desejo de comerciantes e trabalhadores locais que faziam abaixo-assinados exigindo uma ação do governo que por meio da polícia praticavam repressões e prisões violentas, torturas e extorsão. Richetti também atuou em outras ações conhecidas contra a população LGBT como: Operação Sapatão (com o objetivo de prender o maior número de lésbicas, a polícia em 15/11/80, circulou por bares na Rua Martinho Prado e acusadas de serem “sapatão” prenderam aproximadamente 200 mulheres lésbicas ou não) e mesmo sem Ditadura Militar Operação Tarântula (o objetivo dessa operação era caçar e prender transgêneros que atuasse na prostituição) continuava em ação (KER, 2021).

⁷ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16/05/12, tinha por finalidade averiguar violações de Direitos Humanos ocorridas entre 1946 e 1988. No site da CNV é possível ter acesso ao acervo que reúne documentos, testemunhos de vítimas e familiares, depoimentos de agentes da repressão política, fotografias, vídeos de audiências, diligências e depoimentos, laudos periciais, livros, entre outros (BRASIL, 2022 s/p.). Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>> Acesso em: 03 ago. 2022.

⁸ Disponível em: <<https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2021/02/majo-gay.pdf>> Acesso em: 03 ago. 2022.

FIGURA 13 – A “Operação Sapatão” aconteceu no dia 15 de novembro de 1980, em São Paulo.



Fonte: Revista Híbrida, 2022.

FIGURA 14 – Trans e Travestis foram perseguidas e torturadas durante a Ditadura Militar no Brasil



Fonte: Revista Híbrida, 2022.

Ainda que as lésbicas tenham sido menos perseguidas que os homens gays, pelo menos no Brasil, isso devido ao seu menor papel no contexto político e visibilidade na sociedade. Para Adrienne Rich (1980), a vivência da mulher tem uma ordem androcêntrica, ou seja, as mulheres da época eram consideradas inferiores e isso se estendia as lésbicas.

Uma outra marca da ditadura foi a censura aos movimentos culturais em geral: peças de teatro impedidas de serem realizadas, músicas vetadas, obras de arte confiscadas, filmes proibidos de serem exibidos nos cinemas, novelas ou programas que demonstrassem ou ainda pudessem disseminar a prática homossexual como algo “normal” sofriam sanções. Na televisão a censura era muito maior devido ao seu alcance e tinha como objetivo proteger os bons costumes, os valores da família tradicional brasileira e impedir que jovens tivessem acesso ou fossem “prejudicados” com pornografia e incitação a homossexualidade (FACCHINI, 2003). No site Documentos Revelados⁹, podemos ver 3 documentos do Serviço de Censura de Diversões Públicas, da Ditadura Militar: 1º de censurando a música “O Couro tá comendo” de Luiz Januzzi e J. Piedade, 2º Pedido de Revisão da censura a música “O Couro tá Comendo” e 3º a censura a música “Black Power” de J. Piedade e J. Nilo.

Editoras e jornais também foram censurados, principalmente os que abordavam a temática LGBT. Esses materiais para homossexuais surgem com os desenvolvimentos dos grandes cidades e pessoas que começam a conviver e a socializar seu modo de agir e pensar. Esse convívio, no caso dos homossexuais, ajudava a omissão das identidades individuais que segundo a sociedade tradicional não eram aceitas, pois tinha como permitido o padrão heterossexista. Foi com esses convívios e reuniões por afinidades e ideais que se formaram grupos que iriam dar início aos primeiros movimentos dos homossexuais, os quais se filiam a partir das semelhanças como a identidade social ou o comportamento diferente unem estes enquanto minoria (CARVALHO, 2017)

Foi do encontro informal de onze amigos que se criou o primeiro grupo homossexual do Brasil, isso em 1961. Esses encontros eram periódicos e nesses momentos eles realizam desfiles e concursos, ouviam músicas e debatiam temas sobre a homossexualidade, a ideia não era militar e sim ser um clube social reservado a homossexuais da época (PÉRET, 2011). Diversos grupos se formaram nessa época e como não podiam demonstrar seus pensamentos publicamente e muito menos suas identidades resolveram divulgar publicações com informações e sugestões de entretenimento homossexual entre si. Tal prática ganhou força, tendo em vista se trata da única forma de representação eram os boletins policiais que tratavam a

⁹ Disponível em: <<https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2021/02/letras-musicais-censuradas.pdf>> Acesso em: 03 ago. 2022.

homossexualidade com zombaria e depreciações principalmente quando associado ao comportamento sexual e identitário não comuns a sociedade, estereotipada principalmente por travestis e homossexuais afeminados, que assim acabavam por viver na marginalização referenciando a um comportamento criminoso e pervertido.

Foi nesse momento que surge “O Snob”¹⁰, um jornal com a proposta de criar um espaço mais tolerante ao tema homossexualidade. Sua circulação foi de julho de 1963 a junho de 1969, encerrando suas atividades no governo do General Médici, devido ao clima e as perseguições políticas. Suas páginas tinham em média de 30 a 40 páginas recheadas de cuidadosas ilustrações, concursos de contos homoafetivos, fofocas e entrevistas com famosos no cenário homossexual (GREEN, 2022).

A ideia principal era discutir estereótipos como a feminilização da homossexualidade masculina e teorias de gênero e as atividades gays na Europa e América do Norte. A linguagem leve com que tratava os temas pode ter sido o motivo de ter durado tanto tempo, sendo o jornal mais duradouro com essa questão, e uma relação de início “harmoniosa” com os militares, pois a ideia era descontraír, entreter e informar. Como lembra GREEN (2022):

[...] a ascensão dos generais ao poder em 1964 não teve um impacto direto sobre as vidas de muitos jovens homossexuais, exceto talvez aqueles com ligações diretas com o movimento populista-nacionalista brasileiro ou com a esquerda (GREEN, 2022, p.300).

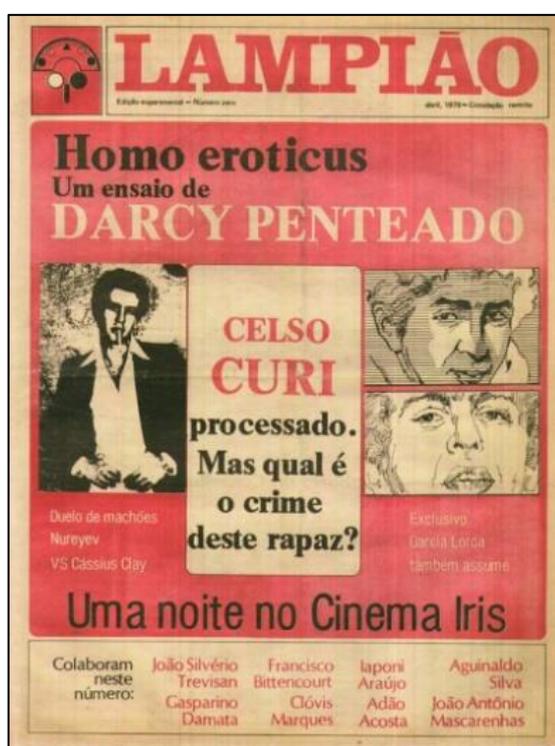
O jornal Snob teve 100 edições e sua distribuição começou entre amigos, depois passou a comunidade entendida e, por fim, era possível encontrar nos lugares que a população LGBTI+ frequentava. Mesmo com pouco tempo de circulação o jornal foi responsável pelo surgimento de outras publicações dessa temática entre 1964 e 1969. Com ele a imprensa homossexual iniciava suas atividades e seriam de grande valia e consenso de que foi responsável por abrir portas para outras publicações.

[...] O Snob, talvez o mais emblemático jornal de produção caseira desse período, que inspiraria a criação de outros similares no Rio, como o Le Femme, de Anuar Farah, Os Felinos, de Gato Preto, Okzinho, da Turma OK, e os vários produzidos por Waldeyton di Paula, em Salvador (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 69).

¹⁰ Costa (2010, p.33) afirma que em 1963 o jornal Snob tinha 173 pessoas como membros do jornal, em 1964 esse número aumenta para 375 o que dificulta a gestão do jornal e contribui com o tempo para o encerramento das atividades.

Nesse cenário o ativismo homossexual ganha força e surge o jornal periódico *Lampião da Esquina*¹¹, cujo objetivo era defender a população LGBT, denunciar os abusos e assassinatos que essa população sofria, também falava de aborto, legalização das drogas e diversas outras questões sociais. Suas capas eram sempre com notícias fortes e chamativas, muitas vezes contava com personalidades da época gays ou que apoiavam a causa LGBTQI+.

FIGURA 15 – Capa do Jornal "Lampião da Esquina", primeira publicação de temática gay do Brasil, Edição 0, Abril de 1978.



Fonte: Grupo Dignidade, 2022.

A Fundação do jornal *Lampião da Esquina* foi em 1978 e era comandado por João Antônio Mascarenhas, Aginaldo Silva, João Silvério Trevisan, Peter Fry, Jean-Claude Bernardet e outros, muitos foram fichados criminalmente pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) por ações contra a moral e os bons costumes.

¹¹ Sob a coordenação de Nilton Milanez (desenvolvido no quadro das atividades do Labedisco/CNPq) é possível assistir ao documentário sobre o jornal *O Lampião da Esquina*, material de referência para o estudo do Agnus Guei Labedisco: "Concílio sobre as (homo)sexualidades no Brasil". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZsyTMvs6S8I>> Acesso em: 03 ago. 2022.

FIGURA 16 – Relação de Colaboradores da Edição 0 do jornal "Lampião da Esquina - A matança dos homossexuais", Abril de 1978.

Colaboram neste número:	João Silvério	Francisco	Iaponi	Aguinaldo
	Trevisan	Bittencourt	Araújo	Silva
	Gasparino	Clóvis	Adão	João Antônio
	Damata	Marques	Acosta	Mascarenhas

Fonte: Grupo Dignidade, 2022

Foi na edição nº 0 que os fundadores de Lampião da Esquina¹², usando um texto chamado: “Saindo do Gueto”, se posicionaram de forma firme a barrar as tentativas de crítica a vivência homossexual ou opressão.

[...] é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanos e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter. [...] LAMPIÃO deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito²³ que alguns nos querem impor – que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos. (LAMPEÃO DA ESQUINA, Nº 0, 1978a).

Ainda na edição de estreia, Aguinaldo Silva, imagina que possam ser condenados pela ausência feminina em seu corpo de editores e escreve um texto intitulado “Mulheres do mundo inteiro...” que destinava às mulheres uma explicação para essa falta de representatividade feminina.

A ausência de mulheres em LAMPIÃO não é, fique bem explicado, por culpa do seu conselho editorial; convites não faltaram, todos recusados, mas nossas colunas continuam à disposição. Uma das questões que o jornal pretende levantar é a do feminismo e, pelo menos quanto a este tema específico, as mulheres homossexuais não podem se furtar; no caso das mulheres a discriminação é bem mais complexa, e independe de suas preferências sexuais. (LAMPEÃO DA ESQUINA, Nº 0, 1978a).

Mesmo sem representatividade feminina “o Lampião da Esquina” sempre abordava temas femininos e o movimento feminista, além disso suas publicações colidiam com o conservadorismo e a desaceitação da sociedade recorrentes neste

¹² No site do Grupo Dignidade é possível ler diversas edições do Jornal Lampião da Esquina. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>> Acesso em: 03 ago. 2022.

período histórico, muitas vezes suas matérias eram agressivas e eram ilustradas com linguagem e imagens classificadas como “obscenas”. Sempre trabalhando com respeito e seriedade como tratavam as causas homossexuais e lésbicas, diversas outras causas fizeram parte de suas edições como o movimento negro, feminista e ambientalista, repressão policial e direito dos operários.

Em razão das diversas proibições, a censura de inúmeras reportagens e edições, apreensões e ainda aos ataques que bancas de revistas e jornais eram vítimas devido ao apoio na distribuição do jornal, a concorrência de outros jornais e revistas que apresentavam fotos de nus masculinos, o *Lampião da Esquina* fecha no final do ano de 1981, sua circulação mensal que aconteceu desde 1978. Com o início do jornal, acendeu-se as discussões sobre a homossexualidade na sociedade da época, agora sob uma nova perspectiva, fazendo com que o corpo social conservador deste período começasse a refletir sobre o assunto.

No site *Documentos Revelados*¹³, podemos ver documentos, da Ditadura Militar, de um Telegrama do Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro, pedindo providências contra as violências que teriam sido praticadas contra os jornais "Em Tempo" e "O Lampião", um pedido de instauração de Inquérito Policial, objetivando a apuração do responsável ou responsáveis pela publicação, nos nº "ZERO" e "UM" dos meses de "Abril" e "Maio", do Jornal "LAMPIÃO DA ESQUINA".

Segundo Rodrigues (2007):

O *Lampião da Esquina* inicia um movimento que em pouco tempo, e juntamente com outras mudanças sociais, vai beneficiar uma comunidade até então em espaços para se expressar. A consciência de que se é cidadão e de que a homossexualidade é uma identidade a ser encarada como uma alternativa legítima heterossexualidade é apresentada e é apresentada nas diferentes narrativas do jornal, nas cartas dos leitores, nas charges, e/ou nas vinhetas das seções (RODRIGUES, 2007, p.75).

Simões e Facchini (2009) explicitam que o *Jornal Lampião da Esquina* formado por escritores, jornalista e intelectuais importantes na cultura do Brasil da época, não era um simples jornal com temática gay.

O jornal procurava oferecer um tratamento que combatesse a imagem dos homossexuais como criaturas destruídas por causa do seu desejo, incapazes de realização pessoal e com tendências a rejeitar a própria sexualidade. Mas não fazia isso de modo a concentrar-se

¹³ Disponível em: <<https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2021/02/lampiao.pdf>>
Acesso em: 03 ago. 2022.

exclusivamente nos homossexuais e, sim, apresentando-os como uma entre as várias minorias oprimidas que tinham direito a voz. [...] Isso foi posto em prática com a publicação de matérias sobre movimento feminista, movimento negro, transexualidade, sodomismo, populações indígenas, prisioneiros, ecologia e até mesmo uso de maconha. Também se preocupava com as condições dos que se dedicavam à prostituição masculina e feminina [...] (SIMÕES; FACCHINI, 2009, 86).

FIGURA 17 – Manchete do jornal "Lampião da Esquina - A matança dos homossexuais", Junho de 1979.



Fonte: Grupo Dignidade, 2022.

O jornal foi sem dúvida de grande contribuição para a causa homossexual, sendo a publicação de maior importância do movimento, visto ser precursor na abordagem do tema de modo amplo e sem ressalvas, já que se tratava de um tópico tão polêmico na sociedade da época. O informativo trouxe reflexão e militância ao movimento, assim como também corroborou no desenrolar do movimento homossexual brasileiro.

FIGURA 18 – Capa do Jornal "Chana com Chana", publicação de temática lésbica.



Fonte: Um Outro Olhar, 2022.

Outra fonte de informação e publicação LGBT era o Jornal Chana com Chana¹⁴, fundada em 1981 pelo grupo de lésbicas o GALF (Grupo de Ação Lésbico-Feminista), que comercializavam o jornal no Ferro's Bar, local destinado ao público lésbico. Essa comercialização não era autorizada pelos donos do bar que em 1983 resolveram expulsar as responsáveis pela venda do jornal (FERRAZ, 2017).

Revoltadas com a ação dos donos do Bar pela proibição da venda do jornal no bar, em 19 de agosto, um grupo de mulheres resolve protestar em frente ao Ferro's Bar, esse ato foi chamado de "Stonewall brasileiro", na manhã seguinte frequentadoras e ativistas invadem o bar para ler um manifesto em defesa dos direitos lésbicos (KER, 2021).

FIGURA 19 – Levante de lésbicas no Ferro's Bar, em 1983, que deu origem ao Dia do Orgulho Lésbico.



Fonte: Revista Híbrida, 2022.

¹⁴ No site Acervo Bajubá é possível ler diversas edições do Jornal Chana com Chana. Disponível em: <<https://acervobajuba.com.br/tag/chanacomchana/>> Aceso em: 03 ago. 2022.

FIGURA 20 – Edição da Chana com Chana após mobilização no Ferro's Bar em São Paulo.



Fonte: Gay Blog Br, 2022.

Diversas foram as tentativas de organização política da população LGBT durante a ditadura militar, que somente em 1978 com o surgimento Grupo de Afirmação Homossexual, popularmente conhecido como Grupo Somos começaram as discussões e debates políticos relativos à população LGBT, dando início ao Movimento Homossexual Brasileiro (MHB).

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de um interesse comum (GOHN, 2000, p. 13).

Integral e inicialmente formado por indivíduos do sexo masculino, o Grupo SOMOS, é considerado o primeiro grupo a ser reconhecido entre os estudos sobre a temática, como um grupo que possuía uma asserção de cunho político para as causas homossexuais. Composto de letrados, os quais desgostosos da atual situação pela qual os homossexuais eram subordinados, o grupo trouxe à público suas reivindicações em um debate promovido pela Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo. Este feito permitiu a integração de mais indivíduos ao SOMOS entre ele mulheres, assim como o aparecimento de outros grupos. O SOMOS predicava a

retirada dos homossexuais dos bairros marginalizados, chamados guetos, porém demonstrava forte hostilidade contra grupos semelhantes, impugnando àqueles que militavam e eram frequentadores desses bairros (FRY e MACRAE, 1985).

Sobre o Grupo Somos, MacRae (1985) apresenta algumas características:

- 1) a forte carga de agressividade voltada contra grupos semelhantes;
- 2) a oposição dos militantes aos frequentadores do “gueto”, que oscilava com a necessidade de não se afastar da “massa” homossexual;
- 3) a concepção de sua atuação, definida como voltada para a defesa dos “legítimos interesses” desse setor;
- 4) a adoção de tomada de decisão por consenso para não criar uma “ditadura da maioria” e uma “minoridade oprimida”;
- 5) distinção rígida entre os “do grupo” e os “de fora”;
- 6) escolha de coordenação rotativa para preservar a democracia e evitar a cristalização de lideranças;
- 7) a criação, no interior do grupo, de uma comunidade de iguais. Nesse sentido, o igualitarismo comunitarista conflitava com a heterogeneidade do público homossexual, e os recursos homogeneizadores passavam tanto pelo antiautoritaríssimo e mecanismos que impediam a explicitação de hierarquias internas, quanto pela busca proposital de inimigos ou ameaças externas. O próprio modelo das reuniões dos grupos de identificação, baseadas em relatos autobiográficos em que eram reveladas as ideias sobre a sexualidade em geral e a homossexualidade em particular, possuía uma tendência homogeneizadora: mais do que sendo descoberta, uma identidade homossexual estava sendo construída [...] aprendia-se a ser “homossexual”, ou melhor, “militante homossexual”. (MacRae, 1985, p.257).

MacRae (1985) afirma que, nesse momento, o grupo Somos enfrenta conflitos internos, principalmente quando integrantes do grupo começam a defender a ideia de união com outros movimentos e minorias e até mesmo grupos de esquerda, que o contrariaria os ideais do grupo que eram:

- 1) o grupo deveria ser exclusivamente formado por homossexuais;
- 2) as palavras “bicha” e “lésbica” deviam ser esvaziadas de seu conteúdo pejorativo;
- 3) na análise das relações de gênero, as assimetrias entre homens e mulheres deveriam ser combatidas, bem como a polarização ativo/passivo e os estereótipos efeminado/ masculinizada;
- 4) a “bissexualidade”, enquanto identidade ou subterfugio para não assumir a homossexualidade, era criticada, embora, em alguns momentos, a prática bissexual fosse até mesmo glorificada como subversão de todas as regras;
- 5) a monogamia e a possessividade nos relacionamentos eram questionados;
- 6) o prazer era visto como bem supremo e o autoritarismo devia ser combatido em todas as suas manifestações, tanto fora, quanto dentro do grupo. (MacRae, 1985, p.257).

O grupo SOMOS foi responsável pelo 1º Encontro de Militantes LGBT's, em 1979 no Rio de Janeiro, esse encontro tinha como objetivo discutir a inclusão da temática e outros assuntos da população LGBT na Constituição Federal além de iniciar uma campanha para que a homossexualidade, na época chamado de homossexualismo deixasse de ser considerada uma doença. Ainda nesse ano, o grupo Somos tem um crescimento gigantesco e a incorporação de novos integrantes inclusive mulheres. Além das mulheres por diversas vezes o movimento homossexual ligado ao grupo Somos e ao jornal Lampião teve o apoio do movimento negro, que resultou em diversas manifestações de combate ao racismo.

Os contatos entre os movimentos homossexuais e negros geralmente ocorriam em debates sobre as "questões das minorias" e, mais praticamente, em atos públicos, especialmente aqueles de protesto contra a violência policial, como a passeata realizada contra a "Operação Rondão" em 1980 [...]. Deve-se lembrar também que a primeira aparição do Somos em passeata foi por ocasião do Dia de Zumbi, celebrada pelo MNU (Movimento Negro Unificado) em 1979 (MACRAE, 1990, p. 145).

Em 13 de julho de 1980 aconteceu a primeira Marcha Gay de São Paulo, na frente do Teatro Municipal, organizada para protestar contra os excessos na atuação do famoso Delegado Richetti, em São Paulo, essa marcha é considerada a antecessora da Parada do Orgulho LGBT. Ocorre então, em 1980 a dissipação do grupo SOMOS antecedida por rachas no grupo e dificuldades financeiras. O grupo passou a ser intitulado de Movimento LGBT, fragmentando-se em três outros grupos foram eles: o Grupo Lésbico-feminista, vindo a ser renomeado de Galf (Grupo de Ação Lésbico-feminista) e o grupo de Ação Homossexualista, futuramente ganhando o nome de Outra Coisa (FRY e MACRAE, 1985).

Ainda em 1980, o movimento GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), como era chamado na época, e a população sofrem com o surgimento da epidemia do HIV, é necessário mudar a forma de militar e intensificar lutar pela identidade de gênero e orientação sexual, pois com o vírus HIV a população foi acusada de portar e transmitir o vírus mortal, na época chamado por muitos como o "câncer gay" ou "peste gay". (CAETANO, NASCIMENTO, RODRIGUES, 2018). O Grupo Gay da Bahia, em 1982, noticiava a chegada da AIDS:

Até a Manchete já deu a notícia com sensacionalismo: nos Estados Unidos e Canadá surgiu uma doença que está atacando os homossexuais, tendo já morrido por volta de 40 gays masculinos. Seu

nome: SARCOMA DE KAPOSÍ. Trata-se do seguinte: é um tipo de tumor maligno (câncer) que pode afetar diferentes tecidos do corpo. Até agora tratava-se de uma doença muito rara, atingindo 1 entre 2 milhões de homens, geralmente velhos entre 60 e 70 anos. [...] De repente, a doença começou a aparecer entre os gays norte-americanos. [...] não vai ser por qualquer dor de cabeça que você vai pensar que pegou o Sarcoma de Kaposi (sem falar que felizmente, esta “praga” não chegou ao Brasil, tendo sido registrado até agora apenas dois casos na França fora da América do Norte – e esses dois franceses, aliás, tinham estado anteriormente nos Estados Unidos). [...] Esperamos, outrossim, que a tal “peste rosa” não chegue em nossa terrinha, e que esse mal seja logo debelado nas terras da Tia Sam (GRUPO GAY DA BAHIA, 1982, s/p).

FIGURA 21 – “Peste Gay é a epidemia do Século” e “Pânico entre os Homossexuais” – Jornal Luta Democrática, outubro de 1983.



Fonte: Revista Esquinas, 2022.

Regina Facchini (2003) relata em seu artigo: “Movimento homossexual do Brasil: recompondo um histórico”, que não havia uma ação por parte dos governantes omissos diante desse cenário e ainda o crescimento do número de casos da doença fez com que os movimentos LGBT’s tomassem a frente e assim organizaram as primeiras mobilizações de combate à doença. Em razão da falta de informação e ao preconceito, homossexuais voltam aos quetos, pois o desconhecimento fazia aumentar a violência contra homossexuais. Certa vez o Grupo Gay da Bahia relatou em um informativo, com a finalidade de denunciar, uma publicação do jornal “A Tarde” que aconselhava o assassinato de homossexuais.

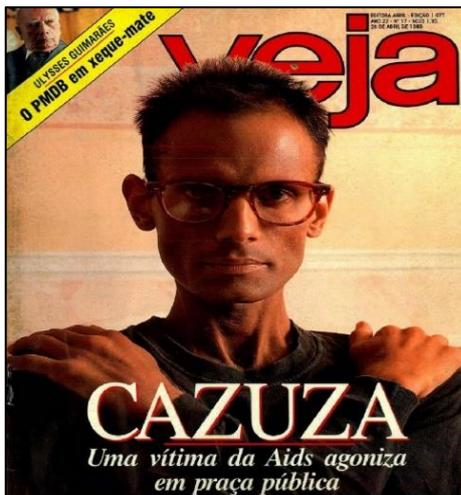
O Grupo Machão da Bahia diz que ouviu na televisão a justa preocupação dos homossexuais com o aumento da ‘peste gay’ durante o Carnaval, em face do grande número de turistas do terceiro sexo que vêm passar este período na Bahia. Como os homossexuais

entregaram ofício ao Secretário de Saúde, pedindo precauções, também o MMB, Movimento Machão da Bahia vai mandar sugestão ao Secretário Professor Nelson Barros. Quando houve a ‘peste suína’ no Brasil, a solução foi a erradicação completa dos porcos ameaçados de contágio. Portanto, a solução tem de ser a mesma: a erradicação dos elementos que podem transmitir a “peste gay”. Só assim acabaria com a AIDS. Uma solução excessivamente radical, convenhamos (GRUPO GAY DA BAHIA, 1985, s/p.)

Logo os movimentos passam a luta por medicamentos (retrovirais) e redução na dispersão do vírus. Esse triste fato consegue aumentar a visibilidade e importância desses movimentos e da população LGBT que passam a receber vergas governamentais e até de organizações internacionais no combate à AIDS.

O impacto da AIDS foi devastador. Mas também surpreendentemente positivo. Seus elementos negativos são evidentes: reforçou a homofobia em alto grau e diminuiu em muito a autoestima de pessoas homossexuais. Não foram poucos os homossexuais que se mataram, no auge da epidemia. Sem falar daqueles que entraram em parafuso e decidiram “converter-se” em heterossexuais, a partir dos conflitos que passaram a viver. Mas costuma-se esquecer que a AIDS teve um efeito colateral tremendamente positivo. Bem ou mal, ela levou para as primeiras páginas dos jornais a existência de homossexuais concretos (como atores de Hollywood e da Globo, que faleceram em decorrência da enfermidade) e, sobretudo, a vivacidade de uma cultura e vida homossexuais. A sociedade foi bombardeada, a contragosto, com informações de que gays existiam, tinham nome e endereço – podiam ter o rosto de Rock Hudson, por exemplo, ou de Lauro Corona e Cazusa. Em resumo, homossexuais tornaram-se mais visíveis. Quando um médico denunciava que existiam saunas gays promíscuas, estava brandindo uma faca de dois gumes: através dele a população era informada de que homossexuais tinham um estilo de vida próprio, ainda que imposto marginalmente pela sociedade, e eram muito ativos no exercício da sua sexualidade. Não me parece exagerado dizer que, apesar e em meio à tragédia, a AIDS consolidou socialmente a idéia da existência concreta de uma comunidade homossexual. Nesse sentido, acho que dois anos de AIDS podiam equivaler a 10 anos de esforços de visibilidade do movimento pelos direitos homossexuais (TREVISAN, 2015 *apud* PETRARCA, 2015, p 96-97).

FIGURA 22 – Capa da revista VEJA com um Cazuzza magro e debilitado, 1989.



Fonte: Revista Trip, 2022.

Nessa época as ações do governo eram quase nulas ou completamente descabidas como a Campanha de 1993¹⁵, onde encerra o vídeo com: “nos próximos dias, nos próximos meses, no próximo ano, milhares de pessoas vão pegar Aids e vão morrer. Se você não se cuidar a Aids vai te pegar. Se você não se cuidar, a Aids vai te pegar.”

FIGURA 23 – Campanha de Combate a Aids, do Ministério da Saúde (1993)



Fonte: Imtanabe, 2013.

Inicia-se também uma campanha nacional, organizada pelo Grupo Gay da Bahia, para que a homossexualidade fosse retirada da lista de doenças. O Grupo Gay

¹⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lc_sbLoggRE> Acesso em: 03 ago. 2022.

da Bahia, também foi outro grupo de grande relevância para o movimento nos anos 1980, tendo perdurado até a atualidade. O grupo atua em defesa dos direitos dos homossexuais e é a associação mais antiga em atividade, contabilizando já 42 anos de atuação. O grupo surgiu após um ato de agressão sofrido pelo antropólogo Luiz Mott contra ele e seu namorado por andar de mãos dadas nas ruas de Salvador na década de 70. Mott decide então fundar o grupo para que pudessem enfrentar a luta pela livre escolha de sua orientação e expressão da sexual (GRUPO GAY DA BAHIA, 1985).

Um dos primeiros feitos conquistados pelo grupo foi a campanha a nível nacional para a exclusão da homossexualidade como doença no registro de enfermidades do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social-Inamps, sendo efetivada pelo Conselho Federal de Medicina, no ano de 1985.

Dispondo de maior influência e autoridade para exigir perante o Estado, a demanda por direitos e políticas públicas que pudessem resguardar a comunidade LGBT, o movimento através de suas ações, contribuíram para o lançamento de três programas nacionais sobre direitos humanos, nos anos de 1996, 2002 e 2010. Os programas tornaram-se referência histórica, pois foram responsáveis pela produção em primeira mão de um documento oficial emitido pelo governo do país, onde se referia os homossexuais na classe de grupos em cenário de desamparo social (FÁBIO, 2017).

O início dos anos 1980 é marcado pela excessiva baixa dos grupos em prol do movimento homossexual, fato este explicado por Facchini (2003):

Antes do final da primeira metade dos anos 1980, houve uma drástica redução na quantidade de grupos presentes no movimento. Isso pode ser justificado, entre outras coisas, pelo surgimento da AIDS, então chamada de peste gay, e seu poder de desmobilização das propostas de libertação sexual, e ainda, pelo fato de muitas lideranças terem se voltado para a luta contra a AIDS, criando as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia (FACCHINI, 2003, p.93).

Ainda, segundo Facchini (2003), o movimento a partir destes acontecimentos passa a ter outro tipo de conduta, desligando-se assim, de partidos políticos. A autora propõe uma divisão na história do movimento homossexual, o separando em duas fases. A primeira delas nomeada de “primeira onda” corresponde ao final dos anos 70 até meados dos anos 1980, já a “segunda onda” vai de meados dos anos 1980 até a atualidade.

Novamente um ato contra um ser humano, desta vez de extrema violência, faz nascer na segunda onda, um outro grupo, nomeado Grupo Atobá – Movimento de Emancipação Homossexual. O ato em questão foi o cruel assassinato do cidadão Sidney Quintanilha dos Santos. Após o ocorrido, amigos da vítima juntam-se na luta em prol de seus direitos, fazendo nascer assim o grupo. O nome do grupo remete a uma ave salva da morte, pelos integrantes do grupo.

A década de 1990 chega trazendo uma elevação no surgimento de grupos em defesa da causa homossexual no país. Após o apogeu na década de 70 e o declínio nos anos 1980, os acontecimentos reacenderam a militância e a participação em movimentos de luta em defesa dos direitos humanos. Tendo uma grande representação nesta nova fase do movimento, estão os grupos: Grupo Corsa criado em 1995, o Grupo Arco-íris que surgiu em 1993, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais em 1995 e por fim o Grupo Diversidade Niterói fundado nos anos 2003 (FACHINI, 2005).

O Grupo Corsa, de acordo com Facchini (2005) dedicava-se a execução de manifestações e atividades de rua, na cidade de São Paulo, o grupo foi responsável pela primeira Parada GLBTT (Gay, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) do país, contando com a participação de milhares de pessoas. Já o Grupo Arco-íris de Conscientização Homossexual também conhecido pela sigla GAI, tem sua base no Rio de Janeiro. O grupo tem como mote se despir de quaisquer formas de discriminação, visando a organização do maior número de pessoas que estejam empenhados na defesa da liberdade de orientação sexual, em especial a homossexual, para a promoção da qualidade de vida da comunidade gay e lésbica.

O GAI prega a convicção na pluralidade, respeitando as diferenças, tanto de ideais, quanto de vivências e crenças. Buscando propagar a mensagem onde os indivíduos podem como um todo, cooperar na elevação de uma sociedade livre de preconceitos e discriminação relativos à orientação sexual de cada um, assim como atuar na luta pelos direitos da comunidade, contra a homofobia e pela criação de políticas públicas que atendam estes grupos (FACCHINI, 2005).

Em 1995 é criada a ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), em 31 de janeiro do mesmo ano, contando com trinta e um grupos fundadores da associação. O propósito da associação é a afirmação da livre orientação sexual e identidade. Promovendo a cidadania e defesa dos direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, colaborando para a

idealização de uma sociedade democrática onde não haja discriminação de gênero ou orientação sexual (FACHINI, 2005).

A partir da segunda metade da década de 90, diversas atividades passaram a ser organizadas para lembrar a data, ocorrendo então em 1997 a primeira Parada do Orgulho de Gays¹⁶, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (travestis e transexuais) do Brasil, na cidade de São Paulo com 2 mil pessoas. Com o intuito de trazer maior visibilidade à causa, compartilhando dos mesmos objetivos do movimento homossexual, a Parada Gay busca o apoderamento dos espaços públicos a fim de propiciar uma troca de vivências e experiências entre os indivíduos pertencentes as quaisquer classes sociais. Assim como desenvolver o aspecto conscientizador em prol da extinção do preconceito contra as minorias que possuem orientação não heterossexual. Utilizadas como armas no combate a luta pela juridicidade dos direitos à igualdade, e discussão sobre o reconhecimento das diferenças em diversas áreas como: familiar, local de trabalho, ambiente educacional e espaços políticos. As paradas trazem consigo a representatividade da classe e expandindo os debates sobre a temática homossexual. E em 2019 tornou-se patrimônio cultural imaterial do estado de São Paulo (MATOS, 2015).

Com o aumento da visibilidade da população LGBT foi preciso mudar a nomenclatura dos movimentos em virtude das atuais necessidades e lutas da população que passa a se chamar movimento GLBS (gays, lésbicas, bissexuais e simpatizantes) mas que compreendendo necessidade da visibilidade de travestis, transexuais e transgêneros, adiciona a sigla T a nomenclatura do movimento sendo conhecido como movimento GLBT (gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, travestis e transexuais).

Atualmente a sigla configura-se da seguinte maneira: LGBTQIAP+¹⁷. Sendo a letra L para designar mulheres que se identificam como mulheres e possuem preferência sexual pelo mesmo sexo; a letra G, representa a comunidade gay, que são homens que se identificam como homem e têm preferências pelo mesmo sexo; a

¹⁶ A parada LGBTQ+ de São Paulo é considerada o maior evento do gênero no mundo, título incluído no “Livro dos Recordes” (Guinness Book) em 2006, na 10ª Parada com 2,5 milhões de pessoas. Em 2022 contou com a presença de 1,9 milhões de pessoas mais seu maior número foi em 2011 com 4 milhões de participantes (ALONSO, 2019)

¹⁷ Devido as diferentes nomenclaturas para tratar o tema: gênero e sexualidade, Toni Reis (Diretor executivo da Organização Brasileira LGBTQIA+ ou Grupo Dignidade) criou o Manual de Comunicação LGBTQI+. Disponível em: <<https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>> Acesso em: 03 ago. 2022.

letra B, representa as pessoas bissexuais, ou seja pessoas que apresentam interesse sexual por ambos os sexos; a letra T, diz respeito ao indivíduos transexuais, travestis, transgênero e não binário, ou seja pessoas que possuem uma identidade de gênero que não são estritamente masculino ou feminino, sendo assim um inconformidade de gênero; a letra Q, simboliza aqueles que estão em processo de descoberta, a palavra de língua inglesa *queer*, significa estranho, mas também pode ser interpretada como questionamento (MANUAL DE COMUNICAÇÃO LGBTI+, 2018).

Pode ser usado de modo pejorativo dependendo do tom a ela dado. Pessoas que não se identificam com os padrões mandatórios da sociedade não possuem uma definição sobre sua orientação sexual ou seu gênero perpassando por ambos; a letra I, diz respeito aos intersexuais, indivíduos outrora também conhecidos como hermafroditas. Condição por eles apresentada, na qual apresentam desde o nascimento a produção dos gametas masculino e feminino, não permitindo assim à pessoa uma identificação específica com um dos gêneros; a letra A, englobam as pessoas assexuais, sendo indivíduos que possuem pouco ou quase nula atração pelos gêneros; a letra P, pessoas pansexuais, ou seja, designa uma orientação sexual onde as pessoas podem desenvolver atração por outras pessoas independente da identidade ou do gênero e por fim o sinal de +, compreendem as demais orientações sexuais. O símbolo + é para representar a compreensão de que a diversidade de gênero é mutável e está em constante evolução, podendo vir a somar a outras orientações sexuais futuramente (SINESPP, 2020).

Botelho (2020) cita dois elementos importantes no movimento LGBT, a Bandeira e o Arco-íris. A bandeira e suas cores surgiram em 1978, pelo artista norte-americano Gilbert Baker, ele se inspirou na cultura Hobbies, que tinha o arco-íris como um sinal de paz, a música "*Over the Rainbow*", do filme "O Mágico de Oz" também ajudou na ideia

Como bem coloca Facchini (2003), os fatos históricos ocorridos durante o processo de estruturação do movimento, fazem parte de uma história em construção. O movimento homossexual permitiu a desconstrução da concepção vigente sobre a homossexualidade. Ainda segundo a autora,

[...] se o movimento cresceu e se fortaleceu e uma política baseada na defesa de direitos ligados à livre orientação sexual tem se mostrado viável nessa trajetória, a tendência à facciosidade interna e as barreiras culturais que dificultam o acesso e mobilização dos sujeitos concretos de sua intervenção permanecem como desafios (FACCHINI 2003, p.123).

Facchini (2003) esclarece, também, que dentre os estudos sobre o tema “certamente existem vários aspectos que, merecem ser mais bem explorados, tanto no que toca à organização, dinâmica interna e modo de atuação dos grupos, quanto na relação entre o movimento e outros atores sociais”.

Portanto, o movimento homossexual ao longo de sua trajetória foi responsável por garantir significativas vitórias às minorias por ele defendidas, assim como, conduziu grandes reflexões sobre a temática, permitindo uma reestruturação social. Conquistando o fim da criminalização da homossexualidade e garantindo aos cidadãos a liberdade na identificação de gênero. A busca pelos direitos e pelo respeito a pluralidade está em constante evolução. O movimento contribuiu por levantar questões que precisavam ser discutidas e acolhidas sob um novo olhar pela sociedade, como o ensino do respeito à diversidade. Para a sociedade fica o exercício de praticar a empatia, enxergar e entender que a pluralidade do ser, vai muito além de questões de cunho político ou social, e sim de olhar o ser humano em sua essência, como merecedor de respeito, acima de qualquer escolha sexual por ele feita.

2 AS CONQUISTAS LGBTQIA+ E OS DIREITOS HUMANOS

No curso de sua história o movimento LGBTQIAP+ alcançou diversas conquistas, avançando a sociedade no rumo da tolerância, da aceitação, da diversidade sexual e de gênero em todas as suas manifestações. Ainda que as conquistas iniciais se pareçam pequenas comparadas com as mais modernas, é fato que permitiram a construção do arcabouço social e jurídico que hoje garante não apenas a presença dos grupos LGBTQIAP+ na sociedade, mas sua inclusão e participação ativa.

É certo que ainda há muito a se fazer para se combater e reduzir os preconceitos, bem como as perseguições e crimes de ódio com que sofrem as pessoas LGBTQIAP+, mas o histórico de vitórias não deve ser ignorado, e as vitórias a nível institucional tendem a se traduzir também no nível social pela educação de novas gerações nesse novo contexto social e jurídico.

Para melhor compreender a questão, é importante primeiro estudar as violações históricas dos direitos humanos da população LGBTQIAP+, em especial face à conquista desses direitos pela sociedade heteronormativa.

No capítulo anterior já foi tratada a questão da violação massiva dos direitos das minorias sexuais e de gênero ocorrida durante a Segunda Guerra Mundial pela Alemanha Nazista, e foi tratada, os debates na comunidade acadêmica tomaram novo vigor, aos poucos abrindo oportunidades para o debate na sociedade geral (Lima, 2019).

Também, de modo muito breve, foi abordada a questão da descriminalização e despatologização da conduta homossexual a nível global, a extensão do direito de casamento a casais homoafetivos no Brasil, e a igualdade de homens que fazem sexo com homens no tocante à doação de sangue.

Falar dos direitos e das conquistas da população LGBTQIAP+, principalmente no que se refere a direitos e garantias estabelecidos na Constituição Federal, presentes também na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outros ordenamentos jurídicos, que por um período (Ditadura Militar) foi retirado dessa população e que agora luta quase que diariamente por esses e tantos outros direitos violados constantemente, se faz necessário resgatar o propósito ou ainda o direito máximo de todo cidadão que é o direito à vida digna ou ainda a dignidade humana.

Inúmeros são os dispositivos legais que regulam sobre a dignidade da pessoa humana, como na Constituição Federal (1988)¹⁸:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante; [...]

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; [...]

XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei;

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

XLIV - constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático; [...] (BRASIL, 1988).

Ainda sobre a Constituição Federal de 1988, Dias (2011) afirma que:

A Constituição Federal em seu preambulo, assegura a liberdade, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. (...) Diante desses comandos constitucionais é difícil justificar a omissão do legislador que, além de não regulamentar as relações homoafetivas, não criminaliza a homofobia (DIAS, 2011, p.163).

Sob a jurisdição da Constituição todos os cidadãos são iguais perante a Lei. A todos está resguardado o direito de ser, sem quaisquer dessemelhanças seja ela qual for. O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos

¹⁸ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 03 ago. 2022.

da República, e, como um de seus objetivos a promoção do bem de todos, sem qualquer forma de discriminação (SOUTO, 2019).

Ademais, podemos encontrar na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e na Carta Federativa do Brasil de 1988, convicções que se baseiam na autenticidade da introdução das minorias à total prática dos direitos e deveres como cidadãos brasileiros.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)¹⁹, por exemplo, diversas vezes encontramos o direito a uma vida digna, como observa-se:

Artigo 1 – Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2 – Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição. [...]

Artigo 3 – Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4 – Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo 5 – Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo 6 – Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Artigo 7 – Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Vale lembrar, também, o conceito de Alexandre de Moraes (2002) quando fala sobre a dignidade da pessoa:

A dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se em um mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar, de modo que, somente excepcionalmente, possam ser feitas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem menosprezar a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos (MORAES, 2002, p.128)

¹⁹ Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>> Acesso em: 03 ago. 2022.

Se voltarmos na história, seja quando a população homossexualidade tinha sua prática reprovada ou condenado por civilizações e culturas, ao mesmo tempo que aceita em outras como forma de educação ou amor. Se olharmos tanto pelo viés da aprovação quanto da rejeição, veremos que houve sempre um objetivo maior que o sexo, prazer ou qualquer outra coisa, o objetivo sempre foi e ainda é para aquela pessoa a possibilidade de ser um ser humano digno de respeito, opinião e direitos.

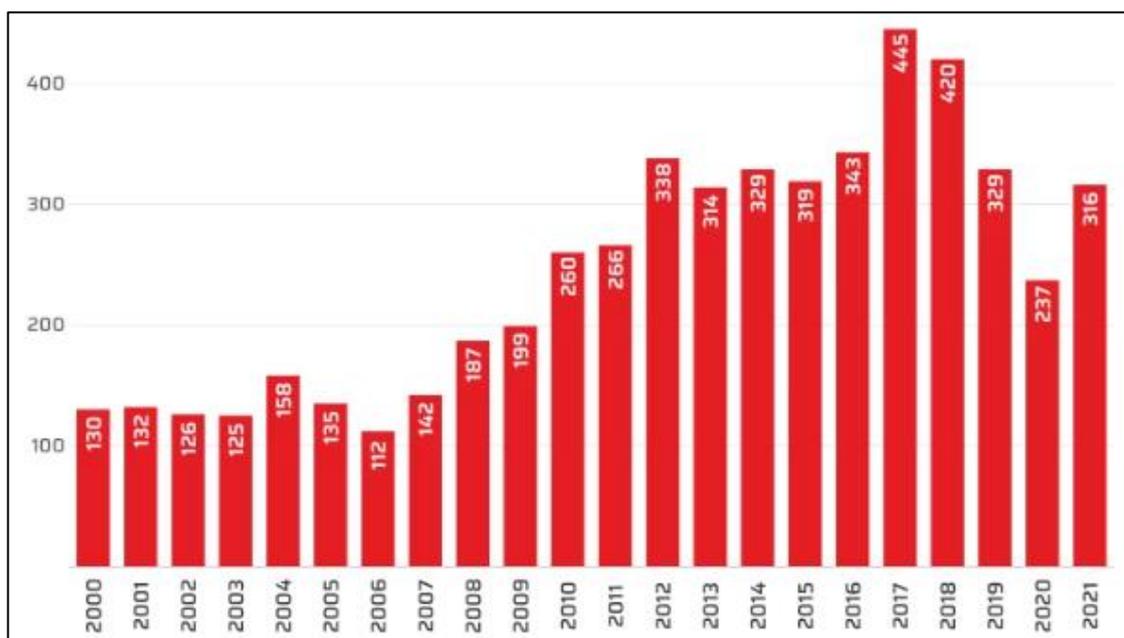
Segundo Ingo Wolfgang Sarlet (2001), temos como dignidade da pessoa humana aquela qualidade intrínseca e única de cada indivíduo e que por isso merece da mesma forma o respeito por parte do Estado e seus semelhantes, se fazendo valer desse direito ao respeito por intermédio de leis que possibilitem que não haja tratamento humilhante ou desumano a qualquer pessoa que esteja sob guarda do Estado, permitindo ainda que essa dignidade humana lhe torne responsável pela vida em sociedade. Mas a realidade da população LGBTQIA+, principalmente no Brasil, não contempla a dignidade humana como conceituada por Sarlet, Moraes, outros autores ou ainda considera os dispositivos legais, pois somos o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ no mundo, um triste retrato da sociedade que se mostra cada dia mais cruel e desrespeitosa com o próximo e sua dignidade humana.

Segundo dados do Dossiê do Observatório de Mortes e Violência contra LGBTI no Brasil²⁰, só em 2021 foram registradas 316 mortes de pessoas LGBTQIA+ (quase 5 mortes por semana). Esses dados mostram, ainda, que de 2000 a 2021 o preconceito e a intolerância mataram cerca de 5.362 pessoas (isso para os casos registrados e de forma correta). Fazer valer a dignidade da pessoa humana é respeitar o outrem na sua forma de ser e viver, seja sozinha ou acompanhada ainda que acompanhada por alguém do mesmo sexo, é validar seu direito à liberdade de ir e vir conforme a Constituição Federal determina, mas acima de tudo é validar o indivíduo pela sua própria individualidade e autodeterminação.

²⁰ Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/#dossi%C3%AA-completo-de-mortes-e-viol%C3%Aancias-contra-lgbti+-no-Brasil-em-2021>>

Acesso em: 03 ago. 2022.

FIGURA 24 – Número de Mortes Violentas de LGBTI no Brasil entre os anos de 2000 e 2021.



Fonte: Observatório de Mortes e Violência LGBTI, 2021.

Outros dados do Dossiê do Observatório de Mortes e Violência contra LGBTI no Brasil mostram que no ano de 2021, das 316 mortes os tipos de violência LGBT foram: 82,91% Homicídios, 7,28% latrocínio, ou seja, quase 91% foram causadas por mortes violentas causados em diferentes ambientes – doméstico, via pública, cárcere, local de trabalho e outros.

FIGURA 25 – Tipificação das Mortes Violentas de LGBTI no Brasil em 2021.



Fonte: Observatório de Mortes e Violência LGBT, 2021.

Os dados mostram ainda que:

- 112 vítimas pretas e pardas, 127 brancas;
- 96 vítimas entre 20 a 29 anos;
- 91 mortes por esfaqueamento;
- 83 mortes por arma de fogo;
- 152 mortes em período noturno;
- 10 travestis, 8 mulheres trans e 8 gays cometeram suicídio;
- 116 mortes no Nordeste e 103 no Sudeste.

Os dados reforçam a realidade LGBTI quando afirmam que a taxa de empregabilidade é menor para os esses indivíduos, isto se comparado com a população cis heterossexual. Além disso, outros problemas são postos para essas pessoas, sobretudo quando precisam do Serviço de Saúde são a: estigmatização, humilhação e discriminação por parte dos profissionais e são os motivos do suicídio. Das pessoas mortas o profissional do sexo é campeão no número de vítimas, seguido por professores e cabeleireiros.

Entre tantos direitos que o movimento homossexual luta para adquirir a seus integrantes, o direito à união civil por pessoas do mesmo sexo é o que trava maior embate entre os ambientes religiosos, políticos, educacionais e familiares. Garantir o direito à união civil é permitir que estas pessoas também possam usufruir do reconhecimento como casal, permitindo-os alcançar direitos até então usufruídos por casais de orientação heterossexual. Direitos estes que trará respeito e dignidade no trato de pessoas que possuem relações homoafetivas perante situações a que estão sujeitos como qualquer outro indivíduo, como por exemplo: falecimento de um dos cônjuges, direito a herança, não ter suas ações legais julgadas pela vara da família, entre outros.

A Constituição Federal de 1988 marcou a história jurídica brasileira, após a criação do novo modelo de democratização. A Constituição está alicerçada nas convicções e valores dos direitos humanos, prezando pela dignidade do cidadão como ser humano acima de tudo. Mesmo que não apresentado explicitamente, fica garantido a comunidade homossexual todos os direitos pressupostos na Constituição, como cidadão brasileiro a ele está resguardado os direitos civis e políticos, assim como o direito à vida, educação, saúde, lazer, trabalho, igualdade e liberdade. Mas a ausência de legislação explícita a população LGBT, segundo Maria Berenice Dias

(2010, p. 44) gera uma absoluta invisibilidade que: “é totalmente perversa. Não existe forma pior de se discriminar alguém do que o condenar à invisibilidade, como está fazendo ainda o nosso legislador”.

É claro que os movimentos LGBT's e outros grupos políticos e sociais permitiram diversos e mais intensos debates sobre os direitos homossexuais principalmente na Assembleia Nacional Constituinte, de 1988. Porém, as conquistas foram abaixo do esperado e grupos antes excluídos agora conseguiram mais destaque e direitos na Constituição como indígenas e quilombolas, entre outros. Mesmo assim a Constituição de 88 igualou homens e mulheres equiparando seus direitos e deveres, mas levando em conta apenas a questão sexual ignorando a ideia de gênero e orientação sexual tão importantes para a causa LGBT.

As questões LGBT's quase não foram inseridas no texto constitucional pautando-se no propósito de defender a família, a sociedade, a moral e seus valores. Como se a população LGBT não se constitui de família, não vivesse em sociedade, não tivesse moral ou valores. De forma muito ampla, a Constituição de 88 prevê “o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Ou seja, o direito de não discriminação a qualquer pessoa independente dessas questões, mas sem mencionar gênero e orientação sexual e assim, contrariando o princípio da igualdade pois não consideramos esses elementos importantes ao homem (TAVASSI; MORAIES, 2019)

Conforme afirma Rosa Maria Rodrigues de Oliveira (2000):

Resulta-se assim um círculo vicioso que extingue, por motivos ideológicos, o avanço de ideias que impulsionem a ciência jurídica ao alcance do valor da igualdade devia a população LGBT. (Oliveira, 2000, p.84).

Nesse sentido, é possível perceber a transformação pela qual a sociedade percorreu no decorrer dos anos, mudanças no âmbito jurídico, social e familiar foram ocorrendo. A antiga e quadratura familiar patriarcal e moral, vem se reestruturando de modo mais flexível, permitindo a entrada de novos integrantes em sua construção.

Em nível global, temos a exclusão da homossexualidade da lista de doenças e distúrbios de ordem psíquica pela APA em 1973 e o Conselho Federal de Medicina retirou a homossexualidade da classificação de doenças em 1985. Tais avanços foi o resultado de uma campanha nacional com o apoio de intelectuais, políticos e artistas. Em 1990, foi a Organização Mundial de Saúde (OMS) que retirou de seus catálogos médicos (DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais e CID –

Código Internacional de Doenças), assim o termo homossexualismo (o sufixo ismo remete à doença), passa a denominar-se homossexualidade, se referindo a condição de ser e orientação individual do desejo, porém ainda não reviu a questão da transexualidade, não tendo acompanhado com celeridade o entendimento mais atual da comunidade médica global (CANABARRO, 2013).

Novas conquistas foram efetivadas no transcorrer dos anos. Em 2011 foi instituída a Política Nacional de Saúde Integral LGBT, a fim de viabilizar mecanismos de gestão de saúde através do Sistema Único de Saúde para a comunidade LGBT. Por meio de resolução, no ano de 2013 o Conselho Nacional de Justiça, decretou a proibição da recusa por autoridades competentes na celebração da união civil à casais homoafetivos, configurando-se em mais uma conquista para a classe. Entre as demais vitórias do movimento, a mais recente ocorreu em 2020, quando o Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade, julgou e admitiu que homens bissexuais e homossexuais estão habilitados para doação de sangue aos demais cidadãos, anulando assim a restrição que vigorava até então no país.

As titulações que representaram o movimento homossexual na história, também passaram por modificações para que pudessem refletir e incluir as demais formas de orientação sexual que foram aflorando no desdobramento do movimento, buscando sempre a evolução no reconhecimento das identidades. Conforme a sociedade foi adquirindo maior entendimento acerca das mais distintas formas dos indivíduos se identificarem sobre suas afinidades sexuais, as manifestações sobre questões de gênero se tornaram mais inclusivas. De termos mais genéricos utilizados desde o início do movimento na década de 1980, chegando a termos que compreendem uma maior inclusão, assim o movimento buscou incorporar a sigla, o máximo de representatividade ao longo dos anos. Sem perder o seu principal objetivo que é pautado no respeito e na inclusão de pessoas que possuam diferentes identidades de gênero e orientações sexuais.

Muitas das vitórias da população LGBT e seus movimentos se deu pela forte presença e atuação no Poder Judiciário, como:

- Hospitais Públicos através do Sistema Único de Saúde (SUS) podem realizar a cirurgia para mudança de sexo;
- Casais homoafetivos podem registrar seus casamentos civis igualitário, uniões estáveis ou casamento homoafetivo (termo cunhado pela ex-desembargadora Maria Berenice Dias);

- Casais homoafetivos podem adotar crianças;
- O nome social (pelo qual preferem ser chamados e pelo qual se reconhecem) agora podem ser cadastrados em órgãos de trabalho para servidores públicos federais, travestis ou transexuais;
- Na Declaração de Imposto de Renda, casais homoafetivos podem incluir o nome do companheiro ou da companheira;
- Casais homoafetivos tem o direito de receberem pensão do INSS pela morte de seus conjugues;
- Os cônjuges de Militares homossexuais possuem os mesmos direitos e benefícios que os cônjuges de militares heterossexuais;
- Pais adotivos que vivem em união estável homossexual podem ter o benefício de licença-maternidade;
- Direito a partilha de bens pelo reconhecimento da união estável e ainda todos os direitos garantidos às uniões heterossexuais (FABIO, 2017)

Os Direitos Humanos é uma ação diária e sua existência antecede, inclusive, a construção de uma legislação normativa de regras e ações ou impositiva de sanções. É o sujeito individual vivendo em coletividade, é a sociedade coletiva como um todo, é a resistência a violências ou ao desrespeito para com um ou vários que semeia o início dos Direitos Humanos em sociedade, logo exige ações por parte do Estado.

Nos seus mais de 70 anos de existência, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é um dos maiores instrumentos na luta pelos direitos básicos e as liberdades fundamentais que todos temos direito. O referido documento surgiu após a Segunda Guerra Mundial, em um mundo dividido entre capitalistas e socialistas, com nações destruídas pela guerra, com famílias separadas por ideais e por pessoas desrespeitadas de todas as formas que uma pessoa pode ter seus direitos ignorados e violada, principalmente no que se refere aos direitos individuais.

Considerado o documento mais traduzido no mundo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos ainda hoje é a base para diversas nações, seja na construção de suas constituições ou na forma de governar e tratar questões fundamentais ao homem. Seu texto combate a tortura e a escravidão, prega a liberdade de todos, educação gratuita, não distinção entre as pessoas independente de sexo, raça, religião, língua ou opinião política entre outras coisas. Sua história tem uma conexão direta com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), organização

intergovernamental que tem por objetivo manter e promover a paz bem com a segurança mundial, intermediando a mútua cooperação entre os povos (PORFÍRIO, 2022).

Hoje a ONU conta com 193 países signatários, os quais devem garantir o respeito aos direitos inscritos na declaração, que quando assinada tinha como signatários apenas 58 países, dos quais 48 assinaram unanimemente para sua criação. Cabe à ONU a responsabilidade, também, de fiscalizar esses países a fim de verificar o cumprimento dos Direitos Humanos por ela difundidos.

Quando falamos em Direitos Humanos no Brasil encontramos alguns problemas como: defensores dos Direitos Humanos são constantemente ameaçados ou mortos, como uma forma de silenciá-los e a todos que buscam esses direitos; Governos e lideranças desrespeitam esses direitos e põem fim a aceitação de tais direitos pela sociedade em geral, que muitas vezes não percebe que esses direitos podem garantir uma vida melhor para todos (PORFÍRIO, 2022).

Ao longo da nossa história como nação conseguimos perceber a evolução enquanto sociedade e uma maior presença dos Direitos Humanos em nosso ordenamento jurídico. Quando olhamos para a Constituição de 1934, por exemplo, temos vitórias com o sufrágio feminino²¹ e melhorias para a classe trabalhadora. Na Constituição Federal de 1988, por sua vez, seus preceitos legais e constitucionais estão em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O que não significa que temos uma efetivação e aplicação dos Direitos Humanos no Brasil, ao passo que não podemos esquecer que a Ditadura Militar (1964 a 1985) prendeu, torturou, exilou e até matou quem contrariasse o regime, discordasse do governo ou tivesse comportamentos inaceitáveis perante a sociedade (PORFÍRIO, 2022).

Atualmente mudaram-se os problemas ou ganharam-se novos, tais como: miséria, desigualdade social, violência contra a mulher, trabalhos análogos à escravidão, homicídio de jovens, em maioria negros, defensores dos Direitos Humanos ameaçados ou mortos²², abusos policiais e principalmente o desrespeito de

²¹ Sufrágio Feminino era uma luta dos movimentos femininos de cunho político, social e econômico que desejam estender o direito de votar às mulheres. No Brasil, em 1932 foi aprovada uma nova lei eleitoral e as mulheres que fossem maiores de 21 anos, alfabetizadas e estivessem trabalhando podiam votar, as demais estavam proibidas. Somente em 1965 é que todas as mulheres puderam votar no Brasil, analfabetas somente em 1985 (REZENDE, 2022).

²² Recentemente, em 05/06/22, o Indigenista Bruno Pereira e o jornalista Dom Philips, foram mortos a tiros na Amazonia. Seus corpos foram mutilados e queimados após a execução e enterrados em uma

todas as formas a população LGBTQIA+, como mostram os dados e jornais todos os dias.

Apesar de ser precoce a descriminalização da prática homossexual, o Brasil se mostrou tardio em outros avanços de direitos da comunidade LGBTQIA+.

FIGURA 26 – Propaganda de “Cura Gay”, no Jornal O Globo em 13/02/1987.



Fonte: Museu Bajubá, 2022.

Foi em 1999 que o Conselho Federal de Psicologia (CFP) aprovou a Resolução nº 01/1999 vetando que as(os) profissionais da Psicologia pratiquem a “cura gay” ou seja, não podem exercer atividade que condene comportamentos ou práticas homoeróticas. A referida resolução proíbe, também, que se use tratamentos coercitivos para orientar homossexuais em terapias não solicitadas. Desse modo, a resolução exara que:

[...] CONSIDERANDO que na prática profissional, independentemente da área em que esteja atuando, o psicólogo é frequentemente interpelado por questões ligadas à sexualidade.

CONSIDERANDO que a forma como cada um vive sua sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade;

CONSIDERANDO que a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão;

CONSIDERANDO que há, na sociedade, uma inquietação em torno de práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio culturalmente;

região de conflitos por tráfico de drogas, roubo de madeira, avanço do garimpo, desmatamento e outras questões ambientais. Até o momento 3 suspeitos estão presos, tendo 2 confirmado a participação no crime, as investigações continuam.

CONSIDERANDO que a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações; [...]

Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

Art. 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica (CFP, 1999).

A primeira cirurgia de redesignação sexual no Brasil data de 1959, a qual foi realizada pelo médico itajaiense José Eliomar da Silva no jovem Mário da Silva, nascido mulher. Mais famoso é o caso do cirurgião plástico paulista Roberto Farina, que em 1971 por procedimentos cirúrgicos pioneiros realizou cirurgia de redesignação sexual em Waldirene, cujo nome de nascença era Waldir, além disso a paciente buscou o Poder Judiciário paulista para readequar também seus documentos civis.

FIGURA 27 – Charge no Lampião da Esquina, na ed. nº. 35 de abril, 1981. Evidencia o preconceito contra a Transexualidade e a cirurgia de Redesignação Sexual.



Fonte: Grupo Dignidade, 2022.

FIGURA 28 – Reportagens do Lampião da Esquina, na ed. nº. 35 de abril, 1981, ironizando e questionando a Cirurgia de Redesignação Sexual.



Fonte: Grupo Dignidade, 2022.

Entretanto, naquele tempo, tal procedimento levou à persecução penal do cirurgião Roberto Farina, o qual chegou a ser condenado em primeiro grau a dois anos de reclusão por crime de lesão corporal grave, antes de ser absolvido em segundo grau por apertada decisão da 5ª Câmara do Tribunal de Alçada paulistano.

A cirurgia de redesignação sexual foi regulamentada no Brasil apenas em 1997, por meio da Resolução do Conselho Federal de Medicina – CFM nº 1.482/1997, publicada em 10 de setembro daquele ano, a qual autorizou “a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia, e ou procedimentos complementares.” Entenda-se por neocolpovulvoplastia a alteração da cirúrgica da genitália masculina para feminina, e vice-versa para a neofaloplastia.

Hoje tal procedimento é regulamentado pela Resolução CFM nº 2.265/2019, que “dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero”, nos seguintes termos:

Art. 1º Compreende-se por transgênero ou incongruência de gênero a não paridade entre a identidade de gênero e o sexo ao nascimento, incluindo-se neste grupo transexuais, travestis e outras expressões identitárias relacionadas à diversidade de gênero.

§ 1º Considera-se identidade de gênero o reconhecimento de cada pessoa sobre seu próprio gênero.

§ 2º Consideram-se homens transexuais aqueles nascidos com o sexo feminino que se identificam como homem.

§ 3º Consideram-se mulheres transexuais aquelas nascidas com o sexo masculino que se identificam como mulher.

§ 4º Considera-se travesti a pessoa que nasceu com um sexo, identifica-se e apresenta-se fenotipicamente no outro gênero, mas aceita sua genitália.

§ 5º Considera-se afirmação de gênero o procedimento terapêutico multidisciplinar para a pessoa que necessita adequar seu corpo à sua identidade de gênero por meio de hormonioterapia e/ou cirurgias.

Art. 2º A atenção integral à saúde do transgênero deve contemplar todas as suas necessidades, garantindo o acesso, sem qualquer tipo de discriminação, às atenções básica, especializada e de urgência e emergência.

Art. 3º A assistência médica destinada a promover atenção integral e especializada ao transgênero inclui acolhimento, acompanhamento, procedimentos clínicos, cirúrgicos e pós-cirúrgicos.

Art. 4º A atenção especializada de cuidados específicos ao transgênero de que trata esta Resolução deve contemplar o acolhimento, o acompanhamento ambulatorial, a hormonioterapia e o cuidado cirúrgico, conforme preconizado em Projeto Terapêutico Singular norteado por protocolos e diretrizes vigentes.

Parágrafo único. O Projeto Terapêutico Singular (Anexo I) que deverá ser elaborado é um conjunto de propostas de condutas terapêuticas articuladas, resultado da discussão de uma equipe multiprofissional e interdisciplinar com o indivíduo, abrangendo toda a rede assistencial na qual está inserido e contemplando suas demandas e necessidades independentemente da idade.

Art. 5º A atenção médica especializada para o cuidado ao transgênero deve ser composta por equipe mínima formada por pediatra (em caso de pacientes com até 18 (dezoito) anos de idade), psiquiatra, endocrinologista, ginecologista, urologista e cirurgião plástico, sem prejuízo de outras especialidades médicas que atendam à necessidade do Projeto Terapêutico Singular.

Parágrafo único. Os serviços de saúde devem disponibilizar o acesso a outros profissionais da área da saúde, de acordo com o Projeto Terapêutico Singular, estabelecido em uma rede de cuidados e de acordo com as normatizações do Ministério da Saúde.

Art. 6º Na atenção médica especializada, o transgênero deverá ser informado e orientado previamente sobre os procedimentos e intervenções clínicas e cirúrgicas aos quais será submetido, incluindo seus riscos e benefícios.

Parágrafo único. É obrigatório obter o consentimento livre e esclarecido, informando ao transgênero sobre a possibilidade de esterilidade advinda dos procedimentos hormonais e cirúrgicos para a afirmação de gênero.

Art. 7º Os familiares e indivíduos do vínculo social do transgênero poderão ser orientados sobre o Projeto Terapêutico Singular, mediante autorização expressa do transgênero, em conformidade com o Código de Ética Médica.

Art. 8º O acompanhamento dos familiares e indivíduos do vínculo social do transgênero deverá ser articulado com outros serviços de

saúde ou socioassistenciais, com vistas a garantir a assistência integral caso não seja realizado pela mesma equipe que assiste ao transgênero.

Art. 9º Na atenção médica especializada ao transgênero é vedado o início da hormonioterapia cruzada antes dos 16 (dezesesseis) anos de idade.

§ 1º Crianças ou adolescentes transgêneros em estágio de desenvolvimento puberal Tanner I (pré-púbere) devem ser acompanhados pela equipe multiprofissional e interdisciplinar sem nenhuma intervenção hormonal ou cirúrgica.

§ 2º Em crianças ou adolescentes transgêneros, o bloqueio hormonal só poderá ser iniciado a partir do estágio puberal Tanner II (puberdade), sendo realizado exclusivamente em caráter experimental em protocolos de pesquisa, de acordo com as normas do Sistema CEP/Conep, em hospitais universitários e/ou de referência para o Sistema Único de Saúde.

§ 3º A vedação não se aplica a pacientes portadores de puberdade precoce ou estágio puberal Tanner II antes dos 8 anos no sexo feminino (cariótipo 46, XX) e antes dos 9 anos no sexo masculino (cariótipo 46, XY) que necessitem de tratamento com hormonioterapia cruzada por se tratar de doenças, o que está fora do escopo desta Resolução.

Art. 10. Na atenção médica especializada ao transgênero é permitido realizar hormonioterapia cruzada somente a partir dos 16 (dezesesseis) anos de idade, de acordo com o estabelecido no Projeto Terapêutico Singular, sendo necessário o acompanhamento ambulatorial especializado, conforme preconiza a linha de cuidados específica contida no Anexo II desta Resolução.

Art. 11. Na atenção médica especializada ao transgênero é vedada a realização de procedimentos cirúrgicos de afirmação de gênero antes dos 18 (dezoito) anos de idade.

§ 1º Os procedimentos cirúrgicos de que trata esta Resolução só poderão ser realizados após acompanhamento prévio mínimo de 1 (um) ano por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

§ 2º É vedada a realização de procedimentos hormonais e cirúrgicos, descritos nesta Resolução, em pessoas com diagnóstico de transtornos mentais que os contraindiquem, conforme especificado no Anexo III desta Resolução.

§ 3º A atuação do psiquiatra na equipe multiprofissional e interdisciplinar está discriminada no Anexo III desta Resolução.

§ 4º Os procedimentos cirúrgicos reconhecidos para afirmação de gênero estão descritos no Anexo IV desta Resolução.

Art.12. Na atenção médica especializada ao transgênero os procedimentos clínicos e cirúrgicos descritos nesta Resolução somente poderão ser realizados a partir da assinatura de termo de consentimento livre e esclarecido e, no caso de menores de 18 (dezoito) anos, também do termo de assentimento (CFM, 2019).

Importante, também, mencionar que a Portaria do Ministério da Saúde nº 457/2008, de 19 de agosto, aprovou e regulou o processo transexualizador de feminilização pelo Sistema Único de Saúde – SUS, sendo seguida pela Resolução CFM nº 1955/2010 que permitiu o processo transexualizador de masculinização por hospitais públicos, incluindo pelo SUS.

Com a transgeneridade reconhecida, foi possível assegurar o direito à autodeterminação de gênero, ou seja, o direito de todas as pessoas, se assim quiserem, de mudar seu nome no registro civil (CARVALHO, ANDRADE e JUNQUEIRA, 2009). Aos transexuais que porventura não tenham alterado cirurgicamente sua anatomia sexual, cabe também o direito de reivindicar o nome social, adotando assim uma nova identidade de sexo e de gênero, diferentemente daquela que lhe foi atribuída no nascimento (BENTO, 2008). Logo, Homens transexuais são identificados como transexuais masculinos (em inglês, FTM – “*female to male*”) e para as mulheres transexuais a identificação é de transexuais femininas (em inglês, MTF – “*male to female*”).

Após esse cenário de notáveis avanços em relação aos direitos transexuais, foi apenas em 11 de maio de 2011 que o Supremo Tribunal Federal – STF “reconheceu em duas ações declaratórias de inconstitucionalidade as uniões entre pessoas do mesmo sexo como entidades familiares, conferindo a estas uniões os mesmos direitos e deveres atribuídos às uniões heterossexuais entre homens e mulheres” (PARÁ, 2016), e apenas em maio de 2013 que o Conselho Nacional de Justiça – CNJ estabeleceu o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo no Brasil, por meio de sua Resolução 175/2013, que assim determinou:

CONSIDERANDO a decisão do plenário do Conselho Nacional de Justiça, tomada no julgamento do Ato Normativo no 0002626-65.2013.2.00.0000, na 169ª Sessão Ordinária, realizada em 14 de maio de 2013;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, nos acórdãos prolatados em julgamento da ADPF 132/RJ e da ADI 4277/DF, reconheceu a inconstitucionalidade de distinção de tratamento legal às uniões estáveis constituídas por pessoas de mesmo sexo;

CONSIDERANDO que as referidas decisões foram proferidas com eficácia vinculante à administração pública e aos demais órgãos do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que o Superior Tribunal de Justiça, em julgamento do RESP 1.183.378/RS, decidiu inexistir óbices legais à celebração de casamento entre pessoas de mesmo sexo;

CONSIDERANDO a competência do Conselho Nacional de Justiça, prevista no art. 103-B, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

Art. 1º É vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo.

Art. 2º A recusa prevista no artigo 1º implicará a imediata comunicação ao respectivo juiz corregedor para as providências cabíveis.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, CNJ, 2013).

Ainda sobre a união civil, em 1995, a Câmara dos Deputados reprovou o Projeto de Lei n.º. 1151/1995, de autoria da Deputada Federal Marta Suplicy (PT-SP) que disciplinava sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Mesmo reprovado constituiu um progresso para o movimento pois foi a primeira vez que essa pauta tinha sido levada à Câmara para votação (BRASIL, 1995).

Tal decisão se deu 12 (doze) anos depois que a Holanda, primeiro país a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, em 1º de abril de 2001, 9 (nove) anos depois que Massachusetts, estado federado dos Estados Unidos, se tornou o primeiro estado daquele país a o legalizar, em 17 de maio de 2004, e mesmo após vários estados brasileiros o fazerem.

O Estado de Alagoas se tornou o primeiro estado brasileiro a legalizar o casamento homoafetivo pelo Provimento 40 de 7 de dezembro de 2011, assinado pelo Juiz de Direito da Corregedoria Geral da Justiça, James Magalhães de Medeiros. O exemplo foi seguido pelo Estado de Sergipe, em seu Provimento 6 de 5 de julho de 2012, também por sua Corregedoria Geral da Justiça; seguido pela comarca de Santa Rita do Sapucaí em Minas Gerais, em 11 de julho de 2012, por decisão do Juiz de Direito José Henrique Mallmann; seguido pelo Estado do Espírito Santo pelo Ofício-Circular 59 de 15 de agosto 2012 da Corregedoria Geral de Justiça; seguido pelo Estado da Bahia por meio do Provimento Conjunto da Corregedoria Geral da Justiça e da Corregedoria das Comarcas do Interior 12/2012 (FÁBIO, 2017).

Em 2015 foi reconhecido o direito de adoção de crianças por casais homoafetivos, independentemente da idade da criança, considerando não apenas os direitos fundamentais constitucionais, mas, também, a própria legislação infraconstitucional contida no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Entretanto, somente em 2018, que o STF reconheceu o direito à nomeação social, seguindo decisão do Superior Tribunal de Justiça de 2017, permitindo que pessoas transexuais, independentemente de cirurgia, pudessem alterar o nome e o sexo no registro civil, o que foi regulamentado pelo provimento 73/2018 do CNJ.

Em junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal pela criminalização da homofobia e da transfobia, enquadrando esses crimes ao crime de racismo. Logo, as práticas homofóbicas e transfóbicas se tornaram crimes inafiançáveis e imprescritíveis, bem como a pena estimada de um a três anos de detenção e multa (FÁBIO, 2017).

Um avanço recente ocorreu em 8 de maio de 2020, quando o Superior Tribunal Federal – STF, revogou a restrição que proibia homossexuais de doarem sangue, essa discussão já ocorria desde 2007, mas era paralisado diversas vezes. Muitos são os desafios que ainda pairam nesse contexto das lutas sociais e democráticas, do movimento LGBTI+.

É importante fazer esse resgate histórico e entendermos como as conquistas, lutas e principalmente a atuação dos movimentos LGBTI+ juntamente com outras minorias permitiram que avançássemos ainda mais nessa caminhada, quando olhamos para uma época que a homossexualidade era vista como doença e para esse mal as saídas era as mais cruéis possíveis. É claro que o amparo legal possibilitou e facilitou o acesso aos direitos garantidos por lei e nem sempre são cumpridas, mas a realização de vivermos uma vida digna e plena, com igualdades de direitos e gêneros ainda possui um outro capítulo que passa pela formação docente e os ambientes escolares. As demandas, vistas a seguir, passam por questões éticas e morais, em um país que se diz laico a religião e outros costumes se fazem nem presente quando o assunto é Diversidade Sexual e de Gênero.

3 A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE

Na contemporaneidade temos alguns debates e discussões já relativamente consolidados sobre a diversidade sexual e de gênero. No entanto, ainda se trata de um terreno de desafios e possibilidades, que precisamos considerar vários fatores na busca por resultados democráticos.

No discurso sobre o gênero e sexualidade, Judith Butler, filósofa estadunidense contemporânea, tem sido referência nas pesquisas. Inspirada nos estudos de outros filósofos consagrados, como Simone de Beauvoir e Michael Foucault, nos traz uma reflexão na sua obra *Problemas de Gênero* (2003).

Haverá “um” gênero que as pessoas *possuem*, conforme se diz, ou é o gênero um atributo essencial do que se diz que a pessoa é, como implica a pergunta “Qual é o seu gênero?” Quando teóricas feministas afirmam que o gênero é uma interpretação cultural do sexo, ou que o gênero é construído culturalmente, qual é o modo ou mecanismo dessa construção? (BUTLER, 2003, p. 26).

Partindo desse e de outros questionamentos, abre-se o leque para interpretações e significados variados.

Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos automaticamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. (BUTLER, 2003, p. 26).

A cultura em contraponto com a biologia, se torna o destino, como afirma Butler (2003):

Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na sua formulação de que a biologia é o destino. (BUTLER, 2003, p. 26).

Para Beauvoir (*O segundo sexo*) “a gente não nasce mulher, torna-se mulher” (Butler, 2003, p. 26), isto é, há aqui igualmente uma problemática com o conceito de construção.

A controvérsia sobre o significado de construção parece basear-se na polaridade filosófica convencional entre livre-arbítrio e determinismo. Em consequência, seria razoável suspeitar que algumas restrições linguísticas comuns ao pensamento tanto formam como limitam os

termos do debate. Nos limites desses termos, “o corpo” aparece como um meio passivo sobre o qual se inscrevem significados culturais, ou então como o instrumento pelo qual uma vontade de apropriação ou interpretação determina o significado cultural por si mesma (BUTLER, 2003, p.27).

Os termos e conceitos dessa forma, limitam e afluam o debate como coloca Butler (2003) acima, a partir, sobretudo, da inserção cultural em que se encontram.

Em ambos os casos, o corpo é representado como um mero *instrumento* ou *meio* com o qual um conjunto de significados culturais é apenas externamente relacionado. Mas o “corpo” é em si mesmo uma construção, assim como o é a miríade de “corpos” que constitui o domínio dos sujeitos com marcas de gênero. (BUTLER, 2003, p. 27).

A linguagem e a cultura são ferramentas condicionantes dos termos e conceitos aqui apresentados, e por consequência, onde se instaura a problemática de geração para geração.

Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal. Assim, a coerção é introduzida naquilo que a linguagem constitui como o domínio imaginável do gênero (BUTLER, 2003, p. 27).

Ainda, o gênero para os cientistas sociais pode ser visto como um fator de análise, mas também é uma “marca de diferença biológica, linguística e/ou cultural” (BUTLER, 2003, p. 28). Por meio da bandeira defendida pelo feminismo de corrente humanista, o gênero é um atributo, uma substância ou um “núcleo” (BUTLER, 2003), e dessa forma Butler (2003), mostra que:

[...] entretanto, a concepção social de pessoa é deslocada pelas posições históricas ou antropológicas que compreendem o gênero como uma relação entre sujeitos socialmente constituídos, em contextos especificáveis. Esse ponto de vista relacional ou contextual sugere que o que a pessoa “é” – e a rigor, o que o gênero “é” – refere-se sempre às relações construídas em que ela é determinada. (BUTLER, 2003, p. 29).

A problemática não se encerra na discussão dos conceitos e suas aplicações práticas. Desse modo, podemos ver um reflexo direto em ambientes como a escola e a academia, ambientes estes de estudo e cultivo de saberes.

Instituições governamentais e educacionais atentas a essa temática, implantam projetos político-pedagógicos com esses temas e, muitas vezes, despertam a atenção de muitos, mas há também aqueles que escolhem o distanciamento e o desinteresse. A atividade docente necessita de um processo de formação integral e permanente, que o estimule os professores a serem protagonistas nesse processo de (re)definição dos entendimentos de cultura, história, arte, sexualidade e diversidade, pois, ainda temos muita discriminação atrelada a esses temas. A violência e o preconceito não são algo novo no universo escolar.

Como vimos ao longo da pesquisa, a questão da diversidade sexual e de gênero vem ganhando terreno nas discussões envolvendo os direitos humanos, e sobretudo num panorama democrático, com um resultado que se tem alcançado através da legitimação garantida pelas leis, por exemplo.

No meio acadêmico vários são os teóricos que têm contribuído com o tema da diversidade sexual e de gênero, abordando-o em um sentido mais amplo, tratando dos direitos humanos com um todo, até mais especificamente, com conteúdos que abordam a problemática em relação às minorias. Com isso, essa temática voltada para a prática do professor, mostra sua necessidade de discussão como um construto para uma formação docente efetiva.

Desse modo, o espaço de discussão originário ainda se mostra mais efetivo quando estruturado a partir no meio escolar/acadêmico.

Considerando a escola como um dos principais espaços de socialização para crianças, jovens e adultos destaca-se que para alcançar os ideais democráticos e de direito é necessário que a discussão envolvendo a diversidade sexual e de gênero esteja presente no dia a dia escolar. A retirada dos temas gênero e orientação sexual do PNE e da BNCC tira a legitimidade do tema, entretanto isso não significa que professores/as não possam abordá-los, tendo em conta que fazem parte das demandas dos próprios estudantes. Além disso, ainda constam nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), e que embora sejam menos recentes ainda continuam em vigor. A Nota Técnica nº 32/2015 destaca que essa ausência não exime as redes de ensino de seguirem as recomendações e normativas descritas nas DCN, e que qualquer restrição a essa abordagem estará em contradição com o que apontam as diretrizes (MONTEIRO E SOARES, 2019, p. 289).

Nesse sentido, a escola ainda se mostra como o principal espaço para promoção do debate e formação de opinião, como corrobora Monteiro e Soares (2019):

Considerando a escola como um dos principais espaços de socialização para crianças, jovens e adultos destaca-se que para alcançar os ideais democráticos e de direito é necessário que a discussão envolvendo a diversidade sexual e de gênero esteja presente no dia a dia escolar (MONTEIRO E SOARES, 2019, p. 289).

Para tanto, a problemática que se instaura é justamente a da formação dos professores para abordar com os alunos as temáticas relativas ao gênero e a sexualidade, as quais vão além do currículo formal, que por sua vez contempla aspectos relativos à biologia na definição de órgãos sexuais masculinos e femininos, como podemos ver na pesquisa a seguir:

Frente à amplitude alcançada por essas questões e os limites de um enfoque que não contempla aspectos históricos e socioculturais da sexualidade, uma importante iniciativa do governo federal se refere ao desenvolvimento do curso de atualização Gênero e Diversidade na Escola (GDE), centrado na formação de professores/as do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental de diferentes campos disciplinares nas temáticas: gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais (CARRARA et al., 2009; HEILBORN; ROHDEN, 2009). De acordo com os princípios do curso, não bastam leis ou normas para que os direitos humanos sejam assegurados, é necessário um trabalho de sensibilização das pessoas (PEREIRA, 2014 apud MONTEIRO E SOARES, 2019, p. 290).

Esse trabalho de sensibilização está necessariamente vinculado à atividade do professor, pois é a partir da sua sensibilidade que o conteúdo é transmitido de forma a não se limitar na passagem estrita do tema, isto é, não somente quando este se encontra formalmente regulamentado no currículo escolar, e sim, além dele, sobretudo quando se estar inserido numa perspectiva social.

Mesmo antes do tema ser abordado como uma necessidade de vinculação ao currículo escolar, já podia ser notado no dia a dia das escolas, principalmente em assuntos abordados no meio dos estudantes. E em várias épocas diferentes teve seu foco temático dentro da questão da sexualidade e gênero.

Se a escola já foi acionada para intervir diante da masturbação, das DSTs, da aids e da gravidez, hoje ela é mobilizada a intervir no combate à homofobia, trabalhando no sentido de contemplar a diversidade sexual. A expressão diversidade sexual vem sendo utilizada de maneira ampla, em diferentes áreas, como movimentos sociais, políticas públicas e educação. (ALTMANN, 2013, p. 76).

E dessa forma, esse movimento vem impulsionando as escolas à reflexão e chamando para uma abordagem efetiva dentro das escolas e assim, a formação do

professor para tal é latente e tem crescido nos debates e incentivos governamentais pelas políticas públicas, sobretudo, dos movimentos sociais.

No Brasil, as condições de emergência para isto estão associadas à ação de movimentos sociais, tal qual explicitado anteriormente. Além disso, assim como na matéria aqui analisada,

[...] as necessidades de políticas públicas que contemplem a diversidade sexual são baseadas em pesquisas que apontam atitudes homofóbicas e heterossexistas nas escolas. Percebe-se aí a importante articulação entre os movimentos sociais, a produção de conhecimento, a constituição de políticas públicas, as práticas educativas e a formação profissional. (ALTMANN, 2013, p. 77).

Os cursos de formação em nível superior têm ganhado espaço nos debates, quanto a necessidade de um currículo que abranja o tema em questão. Uma das estratégias que os estudos apontam é a seguinte:

O currículo de formação inicial deve contemplar o tema da diversidade sexual e de gênero assim novos/as professores/as podem desenvolver futuramente estratégias de resistência ao currículo heteronormativo. No entanto, por que a sexualidade é colocada em discurso dentro das escolas de maneira mais frequentemente do que nos cursos universitários? Cursos de graduação pouco contemplam temas como gênero, sexualidade e diversidade sexual, o que está ligado a vários aspectos. [...] A autonomia universitária propicia tanto a inclusão quanto a ausência desses temas nos seus currículos. (ALTMANN, 2013, p. 79).

Há uma linha tênue na autonomia das universidades, pois ao mesmo tempo em que podem se utilizar de ferramentas para promover a diversidade, podem também usar de artifícios para impedir a entrada.

A estrutura mais fixa e tradicional dos cursos de formação superior também dificulta mudanças nos currículos, inclusive no que se refere à inclusão de conteúdos que são providos de certa maleabilidade. Assim, as frequentes mudanças de foco em relação a que aspecto da sexualidade é mais ou menos importante em cada momento histórico, conforme aqui analisado, parece impor desafios à formação profissional nos cursos universitários, os quais precisariam encontrar maneiras de lidar com essa não fixidez do conhecimento e das suas dimensões políticas e sociais (ALTMANN, 2013, p. 79).

Os desafios para a formação docente têm-se mostrado constantes, o engessamento dos currículos é uma das características que mais tem despertado discussão, pois é por meio dele, principalmente, que pode ser aberto o campo para a formação docente dentro desse movimento, na universidade.

Os cursos de educação a distância Gênero e Diversidade na Escola (GDE), e os cursos do programa “Brasil sem homofobia” são exemplos disto. No caso destes últimos, não raro, eles têm se construído em parceria com os movimentos sociais (Nardi & Quartiero, 2012; Ferrari & Franco, 2010). Outro espaço que pode ser explorado na formação docente é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), ligado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao Ministério da Educação (MEC). Este programa tem por finalidade o fomento à iniciação à docência de estudantes de licenciatura de educação superior, aprimorando seus conhecimentos em curso presencial de licenciatura e contribuindo para a promoção da qualidade de ensino nas escolas públicas. (ALTMANN, 2013, p. 80).

Diante disso, a formação docente para atuar com temas relativos ao movimento em questão, requer um preparo tanto curricular quanto extracurricular. Em face das dificuldades de abordagem do assunto de maneira formal, as atividades extracurriculares têm tido terreno fértil para exploração do tema dentro das universidades e, conseqüentemente, no aprendizado docente.

Ainda sobre a formação docente, Saviani (2009) lembra que:

O problema da formação de professores se configurou a partir do século XIX, isso não significa que o fenômeno da formação de professores tenha surgido apenas nesse momento. Antes disso havia escolas, tipificadas pelas universidades instituídas desde o século XI e pelos colégios de humanidades que se expandiram a partir do século XVII. Ora, nessas instituições havia professores e estes deviam, por certo, receber algum tipo de formação. Ocorre que, até então, prevalecia o princípio do “aprender fazendo”, (SAVIANI, 2009, p. 148)

A escola é considerada um espaço de cultura variada e com isso as diferenças, os erros, os problemas, as diversidades de qualquer espécie fazem parte da construção e da identidade do indivíduo que ali está inserido. O espaço escolar se constitui uma pequena parte da sociedade e é capaz de refletir os costumes, as tradições, os pensamentos e as ações do “mundo lá fora”, auxiliando para que os estudantes possam se relacionar uns com os outros de forma ética, respeitosa e digna. Dessa forma, é preciso que a escola e os professores revejam as condições impostas pela sociedade do que é considerado “normal” e “não normal”.

Carrara (2009) ressalta que:

[...] a escola precisa estar sempre preparada para apresentar não uma verdade absoluta, mas sim uma reflexão que possibilite aos alunos e às alunas compreenderem as implicações éticas e políticas de diferentes posições sobre o tema e construir sua própria opinião nesse debate. A ideia de que educação não é doutrinação talvez valha aqui mais do que em qualquer outro campo, pois estaremos lidando

com valores sociais muito arraigados e fundamentais (CARRARA, 2009, p. 14).

Buscamos, por meio de estudos, elementos para que professores e, até mesmo, a escola como um todo entenda que traços e atitudes homofóbicas não são apenas xingamentos, apelidos pejorativos, agressões físicas ou piadas. Que nosso estudo possa colaborar para o aprimoramento de metodologias e formas de abordagem do tema em sala pelo professor e, ainda, que possa contribuir para a formação continuada de professores e demais colaboradores do ambiente escolar voltados para a educação em direitos humanos, tornando a escola mais inclusiva.

Reforça esse pensamento quanto ao papel do professor e da escola o autor Junqueira (2009) quando diz que:

Ao mesmo tempo em que nós, profissionais da educação, estamos conscientes de que nosso trabalho se relaciona com o quadro dos direitos humanos e pode contribuir para ampliar os seus horizontes, precisamos também reter que estamos envolvidos na tessitura de uma trama em que sexismo, homofobia e racismo produzem efeitos e que, apesar de nossas intenções, terminamos muitas vezes por promover sua perpetuação (JUNQUEIRA, 2009, p. 35).

Logo, os professores, educadores e até a escola possuem um papel importante na formação e na criação das opiniões dos estudantes. Louro (2003) lembra que a escola ocidental trabalha com o método separatista, ou seja, ela é dividida conforme a classe social, religiosa e de gênero, vemos isso constantemente quando a escola separa adultos de crianças, católicos de protestantes, ricos de pobres e ainda os meninos das meninas.

Segundo dados no Brasil (UNESCO, 2015), na maioria dos cursos de licenciatura temas como sexualidade, relações homoafetivas, identidade de gênero ou LGBTfobia são tratados. Assim, muitos profissionais de educação fazem sua formação sem domínio desses temas e muito menos sabem como colocar essas temáticas em seus planos de aula ou na interdisciplinaridade abordam essas questões. É claro que as justificativas são as mais diversas como: não se sentirem seguras para abordarem os temas em sala de aula, pois em suas formações não havia textos, discussões e nunca tiveram formação adequada para ensinar essas questões. Há ainda aqueles que justificam ser culpa da falta de material adequado para a abordagem em sala e na ausência de materiais didáticos para nortear as

discussões acabam por não os abordar. Não podemos esquecer as justificativas de não ser importante a temática para o currículo escolar.

Muitos professores e educadores esquecem que mesmo não havendo um direcionamento claro sobre como trabalhar a temática em sala de aula, temos documentos que regem esse assunto como já apresentados temos os temas como gênero e sexualidade, presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); no Programa Brasil Sem Homofobia (2004); no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006); no Programa de Saúde na Escola (2007); no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008); no Programa Gênero e Diversidade na Escola (2008); na Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica; nos Projetos Político Pedagógicos, nos Regimentos Escolares e nos Planos de Trabalho Docentes. Mesmo assim as desculpas são milhares para não se trabalhar a temática de forma interdisciplinar no ambiente escolar.

Beltrão e Barros (2017) citam um dossiê do Projeto Gênero e Educação²³: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais onde alertam sobre a dificuldade da temática em sala de aula. segundo os autores:

apesar da retirada da expressão gênero dos planos estaduais e municipais de educação, ainda não é proibido falar do assunto na escola como conteúdo. Entretanto, mesmo assegurado pelo ordenamento jurídico, é constantemente divulgado pela mídia e esferas públicas de poder que a/o docente que abordar identidades de gênero e sexuais em suas aulas será notificada/o extrajudicialmente (BELTRÃO; BARROS, 2017, p. 18).

Os autores lembram, ainda, do papel fundamental do professor em adotar uma posição *queer*²⁴ em suas atividades pedagógicas, logo trabalhando gênero e sexualidade unicamente com propósito de desestabilizar o entendimento binário de identidades de gênero e sexuais que norteiam nossos dias em sociedade.

A ideia não é trocar os conteúdos das disciplinas do currículo escolar, mas trabalhar de maneira articulada e interdisciplinar com os diversos temas escolares. E a própria Diretriz Curricular da Educação Básica, apresenta essa proposta quando diz:

²³ Disponível em: <https://generoeducacao.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-do-dossi%C3%AA_REVISADO.pdf> Acesso em: 12 ago. 2022.

²⁴ No caso do texto acima, seria [...] uma posição inclusiva [...]. O termo é usado para representar as pessoas que não se identificam com padrões impostos pela sociedade e transitam entre os gêneros, sem concordar com tais rótulos, ou que não sabem definir seu gênero/orientação sexual. Conforme o Manual de Comunicação LGBTI+. Disponível em: <<https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>> Acesso em: 12 ago. 2022.

É uma questão epistemológica [...], concretizando-se na articulação das disciplinas cujos conceitos, teorias e práticas enriquecem a compreensão desse conteúdo. As disciplinas escolares não são herméticas, fechadas em si, mas, a partir de suas especialidades, chamam umas às outras e, em conjunto, ampliam a abordagem dos conteúdos de modo que se busquem, cada vez mais, a totalidade, numa prática pedagógica que leve em conta as dimensões científicas e artísticas do conhecimento (PARANÁ, 2008, p. 29).

A escola precisa se adaptar revendo desde a metodologia e forma de abordagem do tema em sala pelo professor, ou ainda que possa ser a base para oferecer capacitação ao corpo docente e demais colaboradores do ambiente escolar voltados para a educação em direitos humanos, assim tornando a escola mais inclusiva, de modo que essa inclusão só acontece com a participação de diretores, gestores, professores, familiares, estudantes e comunidade em geral.

Carrara (2009) ressalta que:

[...] a escola precisa estar sempre preparada para apresentar não uma verdade absoluta, mas sim uma reflexão que possibilite aos alunos e às alunas compreenderem as implicações éticas e políticas de diferentes posições sobre o tema e construir sua própria opinião nesse debate. A ideia de que educação não é doutrinação talvez valha aqui mais do que em qualquer outro campo, pois estaremos lidando com valores sociais muito arraigados e fundamentais (CARRARA, 2009, p. 14).

Seffner e Picchetti (2016) comentam sobre a importância do tema gênero e diversidade no ambiente escolar e, principalmente, na formação de futuros professores e suas atividades:

Escola é lugar de alfabetização científica, de aprender sobre o mundo e de preparar-se para a vida a partir de um currículo estabelecido, profissionais reconhecidos, disciplinas e projetos, calendário anual e seriação progressiva, acesso à biblioteca e a acervos, estratégias de avaliação das aprendizagens, convívio com colegas da mesma geração, encontros e trocas entre as culturas juvenis e brincadeiras e rituais de passagem. Escola é lugar de fazer perguntas e ter as perguntas respondidas em um clima de liberdade para ampliar os saberes. A escola oferta conhecimentos e busca interessar alunos e alunas no seu aprendizado através de uma diversidade de estratégias pedagógicas, configurando o que se costuma chamar de cultura escolar. (SEFFNER; PICCHETTI 2016, p. 62)

Delors (1994) lembra que a escola é um espaço de multidiversidades e ter pluralidade no processo de ensino-aprendizagem é necessário em um mundo moderno, dinâmico e desafiador, assim a educação pode estabelecer uma relação com o aprender a ser, conviver e conhecer (DELORS, 1994).

A diversidade como se apresenta hoje em nossa sociedade reforça que as escolas não estão preparadas e suas ações comprovam o distanciamento da temática e com a realidade escolar. Louro (1997) lembra que os:

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, loci das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe — são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores. Todas essas dimensões precisam, pois, ser colocadas em questão. É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/as dão ao que aprendem. Atrevidamente é preciso, também, problematizar as teorias que orientam nosso trabalho (incluindo, aqui, até mesmo aquelas teorias consideradas "críticas"). Temos de estar atentas/os, sobretudo, para nossa linguagem, procurando perceber o sexismo, o racismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui (LOURO, 1997, p. 64).

Por isso a importância de responsabilizarmos professores e educadores pela tarefa de saber conceituar gênero e diversidade, de promover a tolerância e permitir que a educação exerça seu papel formador, transformador, permitindo o aperfeiçoamento do ensino por meio da flexibilização de assuntos e fomento de discussões (Guerch, 2019). Carrara (2009) reconhece o ambiente escolar como adequado para se discutir essas pluralidades, quando diz que:

Ao discutir tais questões com os/as professores/as brasileiros/as, busca-se contribuir, mesmo que modestamente, com a escola em sua missão de formadora de pessoas dotadas de espírito crítico e de instrumentos conceituais para se posicionarem com equilíbrio em um mundo de diferenças e de infinitas variações. Pessoas que possam refletir sobre o acesso de todos/as à cidadania e compreender que, dentro dos limites da ética e dos direitos humanos, as diferenças devem ser respeitadas e promovidas e não utilizadas como critérios de exclusão social e política. (CARRARA, 2009, p. 15).

Não se pode desconsiderar a responsabilidade da escola em formar cidadãos, estes precisam compreender as desigualdades e diversidades e assim terem a possibilidade de entender as diferentes culturas, as sociedades e as normas que se aplicam no mundo vigente (Guerch, 2019). Sobre isso, Carrara (2009) fala que:

A convivência com a diversidade implica o respeito, o reconhecimento e a valorização do/a outro/a, e não ter medo daquilo que se apresenta inicialmente como diferente. Esses são passos essenciais para a promoção da igualdade de direitos." (CARRARA, 2009, p. 32).

Carrara (2009) lembra, ainda, que:

Quando a escola não oferece possibilidades concretas de legitimação das diversidades (nas falas, nos textos escolhidos, nas imagens veiculadas na escola etc) o que resta aos alunos e alunas, senão a luta cotidiana para adaptar-se ao que esperam deles/as ou conformar-se com o status de “desviante” ou reagir aos xingamentos e piadinhas e configurar entre os indisciplinados? E, por último, abandonar a escola. (CARRARA, 2009, p. 68).

Não podemos mais aceitar que a escola seja um ambiente neutro, pois os dados aqui já apresentados corroboram a necessidade de se fazer algo e urgente. Segundo dados da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016²⁵ - As experiências de adolescentes e jovens LGBT em nossos ambientes educacionais, elaborado pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

FIGURA 29 – LGBTFOBIA na Escola.



Fonte: Mídia Ninja, 2022.

Essa pesquisa mostra que da população LGBTI+ entrevistada, muitos relataram sofrer algum tipo de agressão no interior da escola e o medo acaba por prejudicar seus estudos. Os dados mostram que 73% dos estudantes são agredidos verbalmente, 37% sofrem agressões físicas além das verbais e quase 80% dos professores sabem desses acontecimentos e não fazem nada. As agressões verbais geralmente são motivadas pela orientação sexual e a população transexual ou travesti são as que mais sofrem violência devido sua identidade de gênero.

Tokarnia (2016) comenta que 80% dos entrevistados que raramente, às vezes ou nunca sofreram agressões motivadas pela orientação sexual ou identidade de gênero, possuem notas boas entre 7 e 10 pontos. Já aqueles que sofrem agressões

²⁵ Disponível em: <<https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>> Acesso em: 12 ago. 2022.

constantemente por orientação sexual (73,5%) e por identidade de gênero (72,4%) possuem notas boas.

Eu passei a tirar só notas baixas, e parei de frequentar a escola, o que acabou fazendo com que eu reprovasse de ano. (depoimento de uma estudante lésbica, 16 anos, estado de São Paulo). (PESQUISA, 2016, p.30)

Muitas vezes essa violência sai da esfera da oralidade e chega as violências físicas ou sexuais, no livro *Homofobia no Ambiente Educacional o silêncio está gritando*, Toni (2015), relata um caso de violência sexual narrado por um professor que precisou intervir mais de uma vez:

Por exemplo, esse aluno que eu tive, homossexual assumido, ele, e, era de um, de uma escola, é, ele, a gente é, o, os inspetores já sabiam, então ficavam no banheiro, mas às vezes não tinha como, que eles tinham que acudir outra coisa, mas alguém tinha que acudir, os meninos faziam fila no banheiro para estupra-lo, e ele era assumido, ali, e tal, todo mundo sabia, mais eles faziam fila, por, pela maldade... isso... maldade, sabe, “já que você gosta então é isso que você vai ter...” sabe é, a, a, a a gente teve que acudir, foram algumas vezes, nós tínhamos que acudir...” (TONI, 2015, p. 174)

A pesquisa traz relatos de alunos vítimas das mais diversas agressões, as quais só reforçam a necessidade de se fazer algo.

Ainda existe tanto preconceito; é tão angustiante se sentir sozinho, sem compreensão, com os xingamentos; somos considerados uma escória, se não fosse por alguns poucos amigos que compreendem nossa batalha diária; vejo o futuro com tanto pessimismo, que tristeza. (estudante gay, 21 anos, estado do Piauí) (ABGLT, 2016, p.22)
Certa vez ao sair da escola com a minha amiga (lésbica), dois garotos da nossa sala nos perseguiram até quase chegarmos à minha casa (moro a 5 km da escola). Enquanto corríamos com medo, os dois gritavam coisas como: aberrações, filhos do capeta, abominação e coisas do tipo. Depois do ocorrido fui para a escola por mais uma semana, e depois desisti de estudar aquele ano (2015), pois não me sentia seguro. (estudante de 16 anos, estado do Mato Grosso). (ABGLT, 2016, p.27)

Me descobri no primeiro semestre como lésbica, e poucos meses depois como homem trans, e tive minha perspectiva de vida completamente alterada. Desde que eu cortei o cabelo e passei a me vestir com roupas que eu julgo mais “a minha cara”, passei também a temer andar na rua. Passei a receber olhares de ódio na rua. Eu, um jovem de classe média alta, branco, morando em um bairro rico, levei um choque de realidade ao perceber que eu tinha muitos privilégios e que minha expressão de gênero tirou quase todos eles de mim. Esse ano, tudo mudou para mim, eu tenho medo de andar na rua sozinho, eu tenho medo de me assumir para meus pais, eu tenho medo de nunca ser capaz de concluir minha transição, de não ser aceito no mercado de trabalho. Eu tenho medo de tudo e de todos. (estudante trans, 16 anos, estado de São Paulo. (ABGLT, 2016, p.28)

Me senti insegura, mal, como se não fosse útil, e como se a minha vida não fizesse sentido. Me sinto como se ninguém ligasse pra mim, me sinto sozinha, afundando em uma piscina de areia movediça. Não consigo subir, quando eu tento subir a areia me puxa de volta... Às vezes só queria o fim da minha vida. (estudante bissexual, 15 anos, estado do Rio Grande do Sul). (ABGLT, 2016, p.27).

Os dados da pesquisa mostram, ainda, outro ponto de atenção, o suicídio. Os estudantes estão tão desorientados e cansados das violências que aqueles que apresentam maiores níveis de agressão verbal possuem 1,5 mais chances de depressão, além de baixa autoestima e a vontade de acabar com suas próprias vidas. (Tokarnia, 2016)

Às vezes, eu sinto vontade de levar uma arma pro colégio e me suicidar lá. (estudante lésbica, 14 anos, estado de São Paulo) (ABGLT, 2016, p.49).

Não gosto mais de ir pra escola porque é lá que tenho minhas piores lembranças. Ano passado me zuaram só porque eu gostava de uma professora. Eles me chamavam de sapatão, me xingavam, eu me sentia infeliz (...), as amizades que pouco tinha perdi quando souberam que eu me apaixonei por uma professora. A diretora tentava resolver meu problema, mas nada resolvia. Minhas aulas este ano já começaram e só fui 3 dias. Bom, durante esses únicos 3 dias que fui sofri bullying, assédio, xingamento e brincadeira de mau gosto. Tentei me ajuntar a um menino popular pra ver se conseguia sofrer menos. Bom, eu consegui, mas não adianta de nada porque ainda sim olham pra mim como se fosse um E.T., como se fosse um estranho. Tento desmentir minha sexualidade porque se já sofro bullying sem assumir, imagina se assumisse. Minha mãe tenta me fazer ir pra escola, mas não adianta. Penso em até suicídio, mas ela tenta me dar forças. (...) Bom eu já sou tão infeliz comigo que não quero mais ver ninguém, já pedi pra minha mãe morar bem longe de família e qualquer pessoa que possa me julgar, mas não tem como. Não sou mais feliz e há 4 anos que vivo numa angústia sem fim. E como minha cidade é pequena, tem poucas pessoas LGBT aqui, e na minha idade não tem nenhuma menina lésbica, é triste porque nunca vou poder sair pra rua com minha namorada ou falar que tenho uma porque o preconceito é grande e porque não tem. Bom, eu já falei muito e se fosse pra conta tudo eu passaria uma semana, mas meu conceito sobre a vida é que ela não tem valor quando você é alvo de bullying, a infelicidade é sua vida e raramente você é feliz. (estudante lésbica, 14 anos, estado do Ceará). (ABGLT, 2016, p.30)

Segundo metade dos entrevistados, muitos sentem vontade de conversar sobre Diversidade Sexual e de Gênero com os professores, outros com Pedagogos ou ainda com a Direção. Mas os relatos abaixo confirmam o total despreparo de muitos.

Um professor interrompeu a aula para dizer que eu iria pro inferno, porque sou bissexual e umbandista. (estudante bissexuais negra, 15 anos, estado da Bahia) (ABGLT, 2016, p.35).

Em minha opinião, os estudantes estão muito melhor preparados para lidar com LGBT do que professores/funcionários. Em 2015 sofri preconceito por parte da diretoria da escola, teve situações que eles constrangeram uma de minhas amigas por minha causa, dizia que eu não podia abraçar minha amiga pois eu influenciaria as outras pessoas a serem gay também (falaram como se fosse opcional ser lésbica, além de insinuar que não é uma coisa boa). A escola que contou à minha mãe sobre minha orientação sexual sem eu permitir, além de espalharem para os professores/ estudantes sobre minha depressão e ansiedade. Por parte dos estudantes teve comentários sobre minha sexualidade, mas já não ouço muito sobre o assunto. Quando me assumi para minha sala foram super a favor e sempre me apoiaram. (estudante lésbica, 16 anos, estado de São Paulo). (ABGLT, 2016, p.34).

No colégio reinava o machismo, a misoginia, a lgbtfobia e a gordofobia. Qualquer fuga do estereótipo padrão de gênero, sexualidade ou/e beleza era motivo de “piadas”. Não ocorreram agressões físicas, porém as verbais eram diárias. O pior de tudo é que as agressões mais graves vinham dos professores. O de história desrespeitava identidades de gênero ou sexualidade (que não se adequassem à heteronormatividade), as quais o mesmo não sabia diferenciar. Chamava mulheres “masculinizadas” “de machorra”, fazia comentários hipersexualizando mulheres e fazia discurso de ódio disfarçado contra lgbts. Mas o grande pesadelo era o professor de matemática, fui perseguido pelo mesmo após reclamar à direção sobre seus discursos de ódio contra lgbts (dizendo que “traveção” tinha que apanhar até virar homem, que os gays impunham seu estilo de vida demoníaco, etc.), e suas “piadas” sobre violência doméstica. Além de me perseguir em sala de aula, ameaçou bater se encontrasse na rua. (estudante gay, 16 anos, estado do Paraná) (ABGLT, 2016, p.38).

Teve uma vez que estávamos na aula de física aí o professor começou a falar mal das mulheres lésbicas e que todas deviam morar em Paris (de acordo com ele é porque lá tem muitas lésbicas), então me senti muito mal pois ele sabia que eu era lésbica, mesmo assim ficou falando mal, pois ele também sabia que meus colegas de classe não sabiam da minha orientação sexual. Fiquei muito constrangida e com raiva. Também tive várias conversas com orientadores da escola, porque pra eles era uma fase e não deveria interferir na minha passagem pela escola. (depoimento de uma estudante lésbica, 18 anos, estado de Santa Catarina). (ABGLT, 2016, p.39).

Dentre os diversos casos que a Pesquisa mostra, identifica-se retratos do despreparo de professores, educadores e demais membros do ambiente escolar, ao passo que identificamos um aspecto positivo por parte do professor, mas que não foi visto com “bons olhos” sua atitude.

Meu professor de história foi demitido por ter me ajudado quando sofria muito bullying. Os outros pais e estudantes fizeram abaixo assinado contra ele porque ele começou a propor trabalhos com temas lgbt.

(depoimento de um estudante gay, 17 anos, estado de São Paulo).
(ABGLT, 2016, p.23)

Tokarnia (2016) lembra que para reverter essa situação é necessário que professores tenham uma formação adequada sobre a temática, com conteúdos que falem abertamente sobre a diversidade sexual e de gênero, permitindo assim debates, discussões e atividades que promovam o respeito e garantam a dignidade dessas pessoas.

Quando estive no meu ensino fundamental eu sofri muito preconceito na escola por colegas de classe e isto me abatia muito. Sofri muito preconceito do meu pai, ele me espancava e me torturou de todas as formas possíveis. Eu engordei e não me sentia bem comigo mesmo. Na época nem eu conseguia compreender porque eu passava por tudo isto na escola e dentro de casa; apanhei antes de saber de fato sobre minha orientação sexual. Foi por meio de canais no YouTube que eu me descobri sexualmente, foi a parti daí que eu comecei a me aceitar sexualmente e percebi algo que eu não sabia até então, eu era normal. Normal como todos e que a minha orientação sexual não mudava meu caráter, minha forma de ser. Acredito que maior que a sensação de se sentir livre é a sensação de poder se expressar. P.S: Escrevo estás palavras chorando. Agradeço desde já ao Grupo Dignidade, ABGLT e a todos que criaram ou ajudaram a fazer está pesquisa. Isto que estão fazendo pode parecer pequeno mas é muito grande para quem é considerado minoria pela sociedade, obrigado. (estudante gay, 18 anos, estado de São Paulo) (PESQUISA, 2016, p.38)

O relato acima mostra a importância das ações de levantamento de dados e apuração da realidade da população LGBTQIAP+, a fim de promover um ambiente mais inclusivo e de representatividade. Vale lembrar que esse ambiente passa pelas mãos e fala dos professores.

3.1 A DIVERSIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE

Se a temática da diversidade já causa um notável desconforto, quando falamos da inserção e aplicação dela no ambiente escolar as coisas ficam mais difíceis, isto quando analisadas pelo prisma da formação docente. Hoje o tema além de pouco discutido e trabalhado em sala, quando ocorre acaba sempre por diversidade sexual ser algo padrão (certo ou errado, isso ou aquilo e não há outra possibilidade) e se for diferente é um desvio de conduta, moral ou quase sempre uma doença. Já para a

definição de gênero sempre se associa ao papel masculino e feminino, ou seja, seu aspecto biológico.

Quando pensamos em formação inicial e continuada de docentes precisamos considerar diversos fatores que influenciam nessa construção de profissional ou carreira, como as influências dentro e fora dos cursos de formação, suas vivências deste professor na comunidade, e até mesmo como discente durante a graduação e por fim no exercício da docência.

Freire, Haddad e Ribeiro (2009) lembram que não basta ter leis e uma política pública de educação sobre diversidade sexual e de gênero se não acontecer uma alteração na forma de pensar e agir dos professores. Precisa-se parar com a negligência da sexualidade e sua importância para o homem e a sociedade, não reproduzir ainda mais a discriminação e o preconceito do mundo fora da escola, entender que a temática possui sua pluralidade e transversalidade com diversas disciplinas e atividades escolares ou acadêmicas.

Temas como gênero e sexualidade, presentes na Base Nacional Comum Curricular (BNCC); no Programa Brasil Sem Homofobia (2004); no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006); no Programa de Saúde na Escola (2007); no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008); no Programa Gênero e Diversidade na Escola (2008); na Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica; nos Projetos Político Pedagógicos, nos Regimentos Escolares e nos Planos de Trabalho Docentes, são tratados como conteúdos contemporâneos, que precisam ser trabalhados, nas diversas disciplinas curriculares, em momentos em que estes conteúdos puderem associar-se às mesmas, permitindo assim a interdisciplinaridade desses temas com os demais assuntos tratados no ambiente escolar.

Com isso, Louro (2013) comenta a importância de as escolas mudarem suas práticas e:

[...] talvez seja mais produtivo para nós, educadoras e educadores, deixar de considerar toda essa diversidade de sujeitos e de práticas como um “problema” e passar a pensá-la como constituinte do nosso tempo. Um tempo em que a diversidade não funciona mais com base na lógica da oposição e da exclusão binárias, mas em vez disso, supõe uma lógica mais complexa. Um tempo em que a multiplicidade de sujeitos e de práticas sugere o abandono do discurso que posiciona, hierarquicamente, centro e margens em favor de outro discurso que assume a dispersão e a circulação do poder. (2013b, p. 52-53)

Cabe lembrar Michel Foucault (1998), quando adverte que o ensino sexual está muito mais pautado em ensinar regras e limites a sexualidade do homem, seus prazeres e ao sexo, ou seja, o que é certo ou errado, o que pode e o que não pode, o pecado e o permitido fazendo com que se pense mais na sexualidade sobre o aspecto e uma função biológica, não de desejo e satisfação.

Porém, como já mencionado, os movimentos LGBTI+ e a união de diversos grupos sociais tornaram essa temática mais presente nas escolas e universidades, tamanha é a importância e a necessidade de se debater e apresentar soluções para a inclusão dos temas e da população LGBTQIA+.

A universidade tem sido chamada à responsabilidade da discussão do tema da alteridade e da inclusão das minorias, o que implica discutir sua posição frente aos novos sujeitos escolares que reivindicam seu espaço no currículo escolar, a exemplo das minorias étnicas e raciais, dos indivíduos com necessidades educativas especiais, das minorias sexuais e de gênero e das inúmeras diferenças culturais e comportamentais que habitam o espaço escolar (DINIS, 2008, p. 478).

É necessário que os ambientes educacionais como um todo se organizem de forma a trabalhar a temática de uma só forma e essa forma é com respeito, ética, dignidade, inclusão e positividade que a população LGBTQIAP+ exige.

A escola precisa contribuir com esse movimento de emancipação, de tornar a diversidade sexual algo discutido, conversado com tranquilidade, para que o ser humano possa relacionar-se melhor com ele próprio e com os outros [...]. Mais do que nunca, há de se investir nas questões da educação sexual intencional e nela a diversidade sexual, entendida como um direito a todo cidadão, desmistificando preconceitos e tabus existentes na educação das pessoas. Isto demanda, portanto, estratégias pedagógicas apropriadas, visando à formação continuada do professor [...]. Uma vez que a escola, enquanto espaço de partilha de conhecimentos, culturas, valores, mudanças e desenvolvimento de competências, pode e deve ser um lugar para Educação Sexual emancipatória intencional (PEREIRA e BAHIA, 2011, pp. 52, 62).

Segundo Furlani (2007), a temática diversidade sexual, identidade de gênero, sexo e outros assuntos seriam os “monstros curriculares”, pois estão associados a provisoriedade, a polêmica, ao olhar moral e a regulamentação social. (sexo, sexualidade e gênero, entre outros), temas marcados pela polêmica, pela provisoriedade, pela normatização, pelo olhar moral e pela regulação social.

Segundo Garcia (1997):

A Formação de Professores é uma área de conhecimentos, investigação e propostas teóricas e práticas que, no âmbito da Didática e da Organização Escolar, estuda os processos através dos

quais os professores – em formação ou em exercício – se implicam individualmente ou em equipe, em experiências de aprendizagem através das quais adquirem ou melhoram os seus conhecimentos, competências e disposições, e que lhes permite intervir profissionalmente no desenvolvimento do seu ensino, do currículo e da escola, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação que os alunos recebem (Garcia, 1997, p. 26).

Freire (1996) diz que a formação docente é um fazer constante que se refaz invariavelmente na ação. Não há dúvidas de que a formação não se dá por mera acumulação de conhecimentos, mas se compõe de uma rede de inúmeras ajudas: dos livros, mestres, das aulas, das conversas entre professores, da internet, dentre outros. O uso das tecnologias²⁶ na formação docente favorece um ensino de qualidade, que por sua vez auxilia ainda mais o desenvolvimento dos educadores e o processo de ensino aprendizagem no ambiente escolar. A tecnologia educacional promove profundas alterações na vida dos professores e alunos. Nesse sentido, cabe aos professores à iniciativa de buscar mais qualificação para a sua atuação no âmbito educacional, e principalmente para facilitar o processo de ensino aprendizagem dos alunos.

Castro, Ferreira e Barzano (2013) reforçam a realidade que os debates sobre diversidade sexual e de gênero na graduação, por exemplo, são poucos e limitados a componentes curriculares optativos (disciplinas essas quase sempre, rejeitadas), podemos encontrar também em projetos de pesquisa e de extensão desenvolvidos por docentes que trabalham com a temática. Souza e Ferrari (2017) lembram que muitas vezes, o tema gênero e sexualidade surge nos cursos de formação docente por desejos isolados de alguns alunos e que nem sempre são apoiados pelos demais alunos. Logo falar sobre o assunto é se expor, se arriscar, é enfrentar o receio a o desconforto de muitos sobre o tema.

Atualmente o tema está previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNEB) e, também, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC),

²⁶ Quando falamos em tecnologia costuma-se logo pensar em computadores, vídeos, softwares e internet. Sem dúvida são as ferramentas tecnológicas mais visíveis que auxiliam na educação. Tecnologias são os meios, os apoios, as ferramentas que utilizamos para que os alunos aprendam. As formas como os organizamos em grupos, em salas, em outros espaços: isso também é tecnologia. O giz que escreve na lousa é tecnologia de comunicação, e uma boa organização da escrita facilita – e muito – a aprendizagem. A forma de olhar, gesticular, de falar com os outros: isso também é tecnologia. O livro, a revista, e o jornal são tecnologias fundamentais para a gestão e para a aprendizagem, e ainda não sabemos utilizá-las adequadamente. O gravador, o retroprojetor, a televisão, o vídeo também são tecnologias importantes e também muito mal utilizadas, em geral (VIEIRA; ALMEIDA; ALONSO, 2003, p.153).

ambos do Ministério da Educação (MEC), cujas abordagens devem ocorrer de forma transversal, recebe o nome de orientação sexual pautando-se na ideia de ser uma referência curricular a nível nacional. Além disso, os PCNs falam de educação sexual, aqui chamado de orientação sexual, como um tema transversal a ser trabalhado em diversas disciplinas no ambiente escolar.

No artigo 16 das DCNEB, temos que:

Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social [...] devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo (BRASIL, 2013, p. 134).

Os “temas transversais” dispostos no PCN’s seriam segundo Altmann (2013):

[...] problemas fundamentais e urgentes da vida social, a orientação sexual sendo justificada pelo crescimento de casos de “gravidez indesejada” entre adolescentes e pelo risco da contaminação através do HIV. Os temas transversais deveriam ser trabalhados ao longo de todos os ciclos de escolarização, os trabalhos ocorrendo de duas formas: dentro da programação, por meio de conteúdos transversalizados nas diferentes áreas do currículo, e como extraprogramação, sempre que surgissem questões relacionadas ao tema (ALTMANN, 2013, p. 74).

Cabe lembrar que homofobia e diversidade sexual não estão contempladas nos PCNs, desvelando a necessidade da criação em 2004 do programa “Brasil Sem Homofobia”, cujo objetivo é acabar com a discriminação e redução da violência contra a população LGBTI+, nas escolas. Como os PCNs não abordam a formação docente e profissional, o programa “Brasil sem Homofobia” trabalha, também, com a formação profissional. Uma das propostas desenvolvidas no programa compete à abordagem da homofobia pelo viés positivista, possibilitando o respeito à diversidade sexual, o que tem gerado por parte da população mais conservadora e religiosa um pensamento de que o programa serve de incentivo para a homossexualidade. Altmann (2013) lembra que:

Por pressão de segmentos religiosos no Congresso nacional, vídeos produzidos pelo “Programa Brasil Sem Homofobia” acabaram não chegando às escolas, evidenciando impasses políticos e morais enfrentados diante dessas questões. As estratégias políticas e educativas em torno da diversidade sexual mobilizam valores pessoais, religiosos, éticos etc. ainda mais complexos do que os postos em ação em função das doenças e da gravidez, mostrando o

terreno movediço em que se instalam práticas de intervenção e formação. (ALTMANN, 2013, p. 76).

Os autores Diógenes, Rocha e Brabo (2015) também falam sobre esse tipo de intervenção na educação, quando lembram que:

A influência de alguns setores religiosos nas políticas, como pudemos constatar recentemente na mobilização para a retirada do termo gênero dos Planos de Educação, desde os municipais ao nacional, sob a justificativa de que contemplar gênero significava trabalhar na perspectiva da ideologia de gênero, poderia acabar com a família tradicional heterossexual, vista como modelo e consolidada no Estatuto da Família, de 2015 (DIÓGENES; ROCHA; BRABO, 2015, p. 307).

Assim, a proibição das palavras gênero e orientação sexual dos Planos Municipais, Estaduais e Nacional de Educação em 2015 é mais uma demonstração de censura e um ataque ao Direitos Humanos, principalmente pelo ambiente escolar ser muito homofóbico e imperar o padrão heteronormativo (normalmente sujeitos masculinos, heterossexuais, brancos, ocidentais e cristãos) como exemplo e modelo a ser seguido.

Engraçado que antes disso no Caderno de Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos²⁷, do Ministério da Educação, a palavra gênero não era visto como uma ameaça e era definido assim:

[...] gênero, não se fala apenas de macho ou fêmea, mas de masculino e feminino, em diversas e dinâmicas masculinidades e feminilidades. Gênero, portanto, remete a construções sociais, históricas, culturais e políticas que dizem respeito a disputas materiais e simbólicas que envolvem processos de configuração de identidades, definições de papéis e funções sociais, construções e desconstruções de representações e imagens, diferentes distribuições de recursos e de poder e estabelecimento e alteração de hierarquias entre os que são socialmente definidos como homens e mulheres e o que é – e o que não é – considerado de homem ou de mulher, nas diferentes sociedades e ao longo do tempo (BRASIL, 2007, p. 16).

Logo, Altmann (2013) afirma que trabalhar esse tema no ambiente escolar está associado ao caráter democrático permitindo, assim, o direito a permanência da população LGBTI+, além da promoção da igualdade de direitos, pois a omissão em fazer permite por parte da escola uma ação discriminatória e heterossexista ou de invisibilizar as diferenças.

27

Disponível

em:

<https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2020/05/GENERO_DIVERSIDADE_SEXUAL_NA_ESCOLA.pdf> Acesso em: 12 ago. 2022.

Voltando aos Parâmetros Curriculares Nacionais, a sexualidade aqui contemplada de forma transversal e que deveria estar presente em diversas disciplinas da escola se faz mostra, em sua maioria, nas aulas de Ciências e Biologia com uma visão de um elemento do corpo humano, logo a sexualidade se refere as relações sexuais com foco na reprodução apenas. Divergindo, assim, do que a própria PCNs determina quando diz:

Ao pensar na concretização de um espaço específico para a Orientação Sexual na escola, o fundamental é que o trabalho seja contínuo e sistemático, abarcando as dúvidas, preocupações e ansiedades, que se modificam significativamente nas diversas faixas etárias (BRASIL, 1998, p. 332).

Claro que com esse objetivo a sexualidade perde suas características como: sensualidade, afeto, prazer, erotismo tão importantes para a sociedade de hoje. Altmann (2013) aponta que:

Ao olhar para os sujeitos e para a sexualidade exclusivamente a partir de um referente biológico binário, naturalizam-se diferenças que dizem respeito ao corpo, ao gênero e à sexualidade. Não há espaço para a diversidade sexual segundo esta ótica de pensamento. Desnaturalizar diferenças entre homens e mulheres foi uma conquista importante do movimento feminista e dos estudos de gênero e que deve ser resgatada quando se aborda a diversidade sexual. A mesma perspectiva construtivista precisa ser considerada quando se têm em conta aspectos ligados à sexualidade (ALTMANN, 2013, p. 78).

Essa temática na escola, segundo Camargo e Ribeiro (2003) é:

[...] algo inapropriado, para os/as educandos/as, alguns educadores/as e também familiares, que consideram que a discussão dessa temática na escola estimularia precocemente a descoberta da sexualidade em crianças e adolescentes (CAMARGO e RIBEIRO, 2003, p. 72).

Candau (2013) afirma que a comprovação do caráter padronizador, homogeneizador e monocultural da educação cresce tanto quanto o entendimento da necessidade de quebra desse paradigma e da construção de práticas educativas em que a questão da diferença e do multiculturalismo se façam mais presentes e necessárias. Porém, um dos propósitos do ensino de Direitos Humanos, implementado no país para todos os níveis de ensino, não está sendo cumprida, como é o caso da educação direcionada para atitudes e práticas sociais. Esse descumprimento da educação em direitos humanos é causado por aqueles que deveriam exercer o principal papel na educação, o professor.

Professores e professoras responsáveis pelo desenvolvimento e abordagem

do tema na escola têm assumido uma atitude incompatível com o seu papel quando falado da educação de gênero e sexualidade. Ainda, segundo Candau (2013), o crescente interesse pelos direitos humanos e suas constantes violações hoje, na sociedade brasileira, desafia-nos a promover uma educação que contribua com a compreensão, a conquista e a vivência desses direitos no nosso meio. A educação em direitos humanos pode se apresentar por diversos enfoques e significados, porém a que se apresenta de forma contestada, desvirtuada e/ou ignorada pelos(as) profissionais responsáveis por seu desenvolvimento e abordagem na escola, isto é, no contexto político educacional contemporâneo: gênero e sexualidades.

Segundo Tanno (2007), devido o papel exercido pelo professor na construção de uma sociedade ética e pautada no respeito, sua formação exige um comprometimento dele. A temática precisa estar presente nas práticas pedagógicas de forma a fazer com que os professores (re)pensem suas ações diante de uma cultura homofóbica. Logo:

Os docentes devem ser preparados para intervir em todas as situações de preconceitos homofóbicos, de raça, credo e qualquer outro tipo de intolerância, reforçando sempre a dignidade humana e os direitos dos cidadãos. [...] Promover uma educação pautada em um programa que vise à formação de profissionais capacitados para a elevação de uma educação afetivo-sexual, que seja capaz de preservar os direitos de cidadania (TANNO, 2007, p. 07).

Conforme Maia e Ribeiro (2011):

[...] a formação do educador é fundamental. [...] Para que os professores possam compreender a manifestação da sexualidade de seus alunos e educá-los em relação a isso é preciso que tenham clareza tanto da abordagem histórica e cultural sobre a construção da sexualidade quanto da compreensão científica do desenvolvimento psicosssexual (MAIA & RIBEIRO, 2011, p. 80).

Sobre o problema na formação docente, Saviani (2009) lembra que:

O problema da formação de professores se configurou a partir do século XIX, isso não significa que o fenômeno da formação de professores tenha surgido apenas nesse momento. Antes disso havia escolas, tipificadas pelas universidades instituídas desde o século XI e pelos colégios de humanidades que se expandiram a partir do século XVII. Ora, nessas instituições havia professores e estes deviam, por certo, receber algum tipo de formação. Ocorre que, até então, prevalecia o princípio do “aprender fazendo” (SAVIANI, 2009, p. 148).

Silva e Nobre (2020) lembram que para ajudar nos problemas de formação continuada, o Ministério da Educação, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação

pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, possui ferramentas legais como a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015²⁸, a qual define as diretrizes e apresenta o perfil desejável de um egresso de curso de licenciatura. Logo esse egresso de formação inicial deve poder:

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras; VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras; [...] (BRASIL, 2015, p. 8).

As autoras asseguram, ainda, que o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), vem evoluindo acerca da temática com o Programa Brasil sem Homofobia e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, ambos com físicos e digitais para ajudar no trabalho dos profissionais educacionais com a finalidade de combater os abusos de gênero e homofobia no âmbito educacional. Louro (2016) sugere uma nova proposta de formação e currículo quando diz que:

[...] a pedagogia e um currículo *queer* conectados à teoria *queer* teriam de ser, portanto, tal como ela, subversivos e provocadores. Teriam de fazer mais do que incluir temas ou conteúdos *queer*, ou mais do que se preocupar em construir um ensino para sujeitos *queer*. (LOURO, 2016, p. 35)

Dentro dessa gama de assuntos a serem trabalhos pelo professor, desde a Educação Infantil anos iniciais do Ensino Fundamental, nota-se uma forte resistência, desconhecimento e, por vezes, oposição, tanto camuflado como confesso, em específico no tocante as questões referentes à gênero e orientação sexual. Por isso, a ideia multiculturalista é um importante instrumento de luta política e, como afirma Silva (2017), a desigualdade em matéria de educação e currículo ocorre em função de outras dinâmicas, como as de gênero, raça e sexualidade, por exemplo, que não podem ser reduzidas à dinâmica de classe.

²⁸ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>> Acesso em: 12 ago. 2022.

Com isso, professores e educadores poderiam desenvolver o tema Educação Sexual com mais propriedade e com foco nas questões mais importantes para a população LGBTI+, garantindo assim uma educação de qualidade e inclusiva.

Silva, Brabo e Morais (2017) relatam que em 2015, na cidade de São Paulo, a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) realizou um curso seminário chamado de “A educação em sexualidade e relações de gênero nos currículos de formação inicial docente”. No evento foram apresentados os dados de uma pesquisa que se realizou com o tema Diversidade Sexual e de Gênero, 300 universidades públicas e privadas de todo o país, isso que na época o país tinha 2.276 instituições de Ensino Superior que oferecem cursos na área de formação docente. Bem nos resultados, o curso de Pedagogia representou 66% do total de cursos dentre as outras licenciaturas entrevistadas, 58,27% das universidades públicas e privadas incluem os temas gênero e sexualidades no currículo básico da formação de professores(as), enquanto 11,15% incluem apenas gênero e 5% trabalham apenas sexualidade. A pesquisa mostrou também que durante o evento o tema é restringido nas universidades por questões morais de ordem religiosa dos(as) graduando(as) e uma desinformação a respeito da legislação que determina a temática em sala de aula em diversos níveis de formação.

Esses mesmos autores nos lembram que:

O Brasil, que se afirma juridicamente como um país laico, dedica-se à proteção do direito à liberdade religiosa, princípio reconhecido, inclusive, como direito humano. O princípio de sacralidade da submissão da mulher e da anormalidade dos sujeitos homossexuais e transgêneros em geral, garante valor moral à situação histórica em que esses indivíduos se encontravam antes de sua mobilização e organização em grupos e movimentos políticos, e tal valor moral é a base dos mecanismos sociais para assegurarem e garantirem esse antigo cenário calcado em desigualdades. (SILVA, BRABO, MORAIS, 2017, p. 1273-1274).

Miranda (2017) ressalta a existência de muitas violências no ambiente escolar, em especial a violência na escola e a violência da escola. Mostrando que a escola não é um local protegido, pois a violência que permeia a sociedade está na escola, e essa não só é responsável por produzir a violência, mas também de reproduzi-la.

Para Seffner (2009), a escola é um local de todos e a abordagem de temas variados é necessária, não se pode deixar que a religião interfira na construção de cidadãos críticos. Sobre isso ele diz que:

A necessidade da neutralidade religiosa nessas discussões: A

adequada discussão dessas questões deve ser feita sempre levando em conta que a escola é um espaço público, e necessariamente laico. Desta forma, aquilo que as religiões pensam e dizem acerca da sexualidade humana não deve virar regra dentro da escola. As regras da escola são as regras do espaço público, regras democráticas de convívio, valorização e respeito da diferença. Escola não é igreja e professor não é sacerdote ou pastor (SEFFNER, 2009, p. 135).

Assim, é possível entender como o Brasil com sua ideologia cultural dominante determina as regras da sociedade, por sua vez influencia na moral dos professores e educadores e sobretudo na sua formação enquanto docente.

3.2 O PRECONCEITO, A HOMOFOBIA E O AMBIENTE ESCOLAR

“O Viadinho da Escola” é o título do livro do professor Robson Rodrigo Pereira, hoje com quase 38 anos, que reviveu suas tristes e dolorosas lembranças do período escolar em sua tese de pós-graduação e que resultaram na obra. O professor relatava como era o ambiente escolar, fala da hostilidade com que homossexuais eram tratados, sobre os *bullying* que sofreu de colegas e até de professores, alguns destes promoviam discriminação e discurso de ódio.

Em entrevista ao jornalista Gilson Camargo do site ExtraClasse²⁹, o Pereira traz fatos que só confirmam tudo que já foi apresentado, principalmente quando diz que:

[...] Talvez a mais dolorosa lembrança foi quando fui agredido fisicamente ainda na pré-escola por um menino, que já naquela época me chamava de ‘menininha’. Mas as violências psicológicas permearam toda a minha vida escolar, de diferentes formas sofri as dores por ser diferente. [...] Mas muitas vezes o silêncio frente ao que eu sofria me deixava inseguro, porque se meus colegas e professores presenciavam os ataques e ficavam calados, era como se concordassem que eu realmente era o *viadinho*, que meus opressores estavam certos, e não havia nada a ser feito, afinal eu tinha trejeitos. Não me lembro de nenhuma repreensão ou advertência a algum colega opressor, apenas o pedido de silêncio, e pronto! [...] Muitos educadores levam para as escolas seus preconceitos, logo, não se preocupam com certos ataques que alguns alunos sofrem, como no caso da homossexualidade. Existem pequenos avanços, porque hoje alguns professores estão “saindo de seus armários”, mas muitos preconceituosos também saíram dos seus. [...] Pois uma escola que não protege também desmotiva, e uma escola que desmotiva também é culpada pela evasão, baixo rendimento e reprovações [...] (PEREIRA, 2018, s/p)

²⁹ Entrevista disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/geral/2018/06/um-lugar-de-preconceito-odio-e-homofobia/>> Acesso em: 12 ago. 2022.

Vemos aqui que a fala do professor Robson Pereira só corrobora com um ambiente escolar permissivo e desprotegido é capaz de desmotivar os alunos. Fica visível que nossos professores e educadores sabem o que acontece e nada fazem, preferindo fechar os olhos ao invés de tomar alguma atitude que possa salvar um aluno de abandonar a escola, da automutilação ou o pior, cometer um suicídio, esquecendo seu papel na formação de cidadãos íntegros, corretos e justos em prol de uma sociedade justa e igualitária. O professor diz, ainda,

É preciso que esse combate ao *bullying* aconteça sempre, e que a escola pare de invisibilizar as “brincadeiras” dos opressores. [...] O preconceito não é combatido na escola e volta para a sociedade ainda maior, pois se até na escola os estigmas são ressaltados em piadinhas e ninguém faz nada, os opressores tornam-se agressores cruéis, escondidos atrás de um perfil *fake* nas redes sociais, causando e propagando o ódio, ou agredindo e matando LGBTs nas ruas do Brasil. [...] Os professores podem mudar, despindo-se de seus preconceitos, informando-se e formando-se sobre a diversidade, garantindo práticas docentes inclusivas e não discriminatórias, abordando as diferenças, e especialmente intervindo frente a violências e discursos preconceituosos. [...] O grande problema hoje é a interferência de pessoas que não entendem como é o ambiente escolar e estão preocupados com as temáticas e didáticas trabalhadas pelos professores, esquecendo que este é o nosso trabalho, que nos formamos para isso, e que não queremos impor nada aos nossos alunos, apenas que aprendam que no mundo há diferenças e que eles precisam respeitá-las. É exatamente esse tipo de interferência que atrapalha na elaboração de uma escola e um mundo mais justos. Pessoas com fobias querendo interferir nas práticas igualitárias [...] (PEREIRA, 2018, s/p).

Novamente vemos um cenário aqui já exposto e que precisa ser mudado. Nossos alunos em formação serão os cidadãos do amanhã, são eles que irão votar, ser profissionais de caráter e respeito, mas se na base esses ensinamentos foram negados, muitas vezes por questões religiosas, embora estejamos em um país que se diz laico. Vale trazer um último trecho da entrevista em que o professor fala:

Explicar sobre as diferenças não é ensinar os alunos a serem homossexuais e sim entenderem que existem pessoas diferentes, e que todos devem ser respeitados. Excluir disciplinas e conteúdos que estimulam o debate de tabus sociais é um retrocesso e isso vem acontecendo pela falta de laicidade do Estado, apoiado por representantes políticos que defendem um determinado credo, sem respeitar o pensamento e o comportamento do outro. [...] A maior resistência a uma educação sem preconceitos é a ignorância. Ela cega, atrapalha, e cria retrocessos inimagináveis em qualquer ambiente escolar, seja ele denominado confessional ou laico, até porque, nos espaços ditos laicos há educadores que levam suas crenças e com elas suas práticas e seus preconceitos, não

respeitando muitas vezes a opinião e comportamento de outros colegas e alunos [...] (PEREIRA, 2018, s/p).

Precisamos acordar para uma realidade que acontece todos os dias nas salas de aula e demais ambientes escolares. Porque não copiar ideias como da Alemanha, onde é lei aula de educação sexual, a qual começa já no ensino primário e os pais que não concordarem ou impedirem a presença dos filhos na escola podem ser presos. A jornalista Karina Gomes, em sua matéria Educação Sexual é lei nas escolas alemãs³⁰, comenta que:

Na Alemanha, a responsabilidade de ensinar as crianças sobre a vida sexual não é um papel exclusivo da família, mas um dever do Estado. A partir do ensino primário, os alunos começam a ter aulas sobre educação sexual. Por lei, os 16 estados federais alemães são obrigados a promover a educação sexual nas escolas em parceria com instituições de aconselhamento familiar, com base num currículo nacional. A Central Alemã de Esclarecimentos sobre Saúde (BZgA), criada em 2003 como um centro especializado da Organização Mundial da Saúde (OMS), é a principal responsável pela implementação das diretrizes, que são guiadas pelos Padrões para a Educação Sexual na Europa (2010). Os pais são informados antes de as aulas de educação sexual começarem, mas não têm direito a decidir se os filhos poderão ou não comparecer às aulas. Isso se deve a uma legislação que pune pais que deixam os filhos faltarem à escola. [...] (GOMES, 2018, s/p).

Outro exemplo maravilhoso também vem da Alemanha, se trata de um livro usado para explicar a homossexualidade para crianças. O jornalista Vicente Carvalho, do site Razões para Acreditar³¹, conta que o livro surgiu nos anos 90, chamado de *“Daddy’s Roommate”* (Algo como *“Colega de quarto do papai”*). Esse livro seria uma espécie de cartilha que com frases curtas e ilustrações simples apresentam a questão da homossexualidade. Segundo o jornalista o livro ensina também valores de compreensão e aceitação, a história usada para esse processo de ensinamento é de um garoto em que o pai divorciado vive com um parceiro homossexual.

³⁰ Entrevista disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/educa%C3%A7%C3%A3o-sexual-%C3%A9-lei-nas-escolas-alem%C3%A3s/a-46136026>> Acesso em: 12 ago. 2022.

³¹ Entrevista disponível em: <<https://razoesparaacreditar.com/veja-como-a-alemanha-explica-a-homossexualidade-para-as-criancas/>> Acesso em: 12 ago. 2022.

FIGURA 30 – Trecho Do Livro “Daddy’s Roommate” (Parte I)



Fonte: Razão para Acreditar, 2022.

FIGURA 31 – Trecho Do Livro “Daddy’s Roommate” (Parte II)



Fonte: Razão para Acreditar, 2022.

FIGURA 32 – Trecho Do Livro “Daddy’s Roommate” (Parte III)



Fonte: Razão para Acreditar, 2022.

FIGURA 33 – Trecho Do Livro “Daddy’s Roommate” (Parte IV)



Fonte: Razão para Acreditar, 2022.

Vale lembrar que a Alemanha manteve suas leis homofóbicas por muitos anos e hoje dá exemplo de respeito e combate ao preconceito. Permitindo, desde cedo, que a temática faça parte do ambiente escolar ajudando a combater a discriminação.

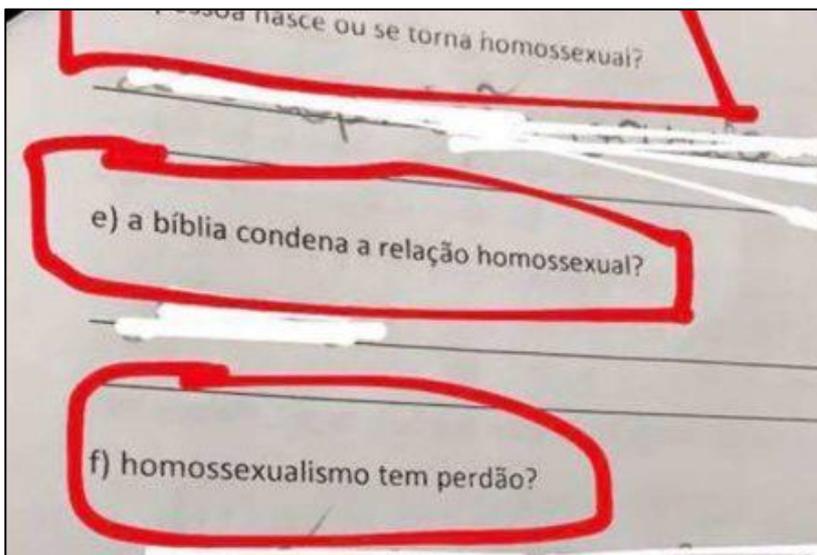
Voltando ao nosso ambiente escolar, em 2019, o site *Catraca Livre*³² publicou uma reportagem com o título “Escola aplica prova com questões homofóbicas e gera revolta”. Na reportagem o portal relata que em Belém do Pará uma escola adventista teria aplicado uma prova de Português com questões de cunho homofóbico. A reportagem relata que:

[...] A avaliação contém 50 perguntas dissertativas, baseadas no livro *De bem com você* (Casa Publicadora Brasileira, 232p.), da pedagoga Sueli F. de Oliveira e do teólogo Marcos De Benedicto. A publicação sugere que homossexualidade “é fenômeno que se instala “em lares onde a figura do pai é fraca”, o que faz com que o menino seja “apassivado pela mãe”. A obra afirma ainda que “ser gay é uma escolha do indivíduo”. [...] A instituição pode não ter consciência disso, mas, amanhã, o jovem exposto a esse conteúdo pode se transformar no homofóbico que agride gays (relata um dos entrevistados). [...] A direção da Colégio Adventista dos Correios se pronunciou em uma nota de esclarecimento publicada em seu site e redes sociais. De acordo com a escola, “as questões contidas no questionário tinham

³² Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/11/19/prova-com-questoes-homofobicas-causa-revolta-entre-alunos-de-escola-no-para.htm>> Acesso em: 12 ago. 2022.

como objetivo colher as diversas opiniões e sentimentos sobre a temática em estudo e davam a cada estudante a oportunidade de expressar livremente sua opinião. Um livro serviu como auxílio na tarefa, o que ocorre em várias disciplinas” (VASCONCELLOS, 2019, s/p).

FIGURA 34 – Perguntas Da Prova De Língua Portuguesa



Fonte: Educação Uol, 2019.

Esse é só mais um caso dentre os já expostos ou que permeiam nossos jornais quase todos os dias. É para frear casos assim, que o Brasil ganhou alguns mecanismos legais para proteger os estudantes, como a conta com a Lei Antibullying, nº 13,185³³ de 06 de novembro de 2015, que cria o Programa de Combate à Intimidação Sistemática. A lei diz que *bullying* é toda e qualquer conduta de violência psicológica ou física, deliberada, contínua e sem justificativa evidente, realizada individual ou coletivamente contra outrem, com o propósito de constrangê-lo ou agredi-lo. A lei determina que os ambientes educacionais, clubes e agremiações recreativas criem medidas de prevenção, diagnóstico, conscientização e combate a todos os tipos de violência, em especial, o *bullying*. A própria lei fala dos prejuízos à saúde mental e emocional dos alvos dessa violência.

Outro mecanismo é a Lei nº 13.663³⁴, de 14 de maio de 2018. Com foto total nas escolas, a lei fala da promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as

³³ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm> Acesso em 12 ago. 2022.

³⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13663.htm> Acesso em 12 ago. 2022.

incumbências dos estabelecimentos de ensino, para as escolas que não cumprirem a lei as sanções podem ser multa as vítimas ou a perda da licença de funcionamento.

Mas esses são apenas alguns dos diversos recursos que professores e educadores possuem para fazer da escola um ambiente inclusivo e isso infelizmente não acontece. É claro que o objetivo dessas e de outras leis e programas não é a punição, mas sim possibilitar uma reflexão sobre a forma como a comunidade escolar e sobretudo a sociedade está encarando a Diversidade Sexual e de Gênero.

A escola se constitui um local de socialização e que objetiva a promoção dos direitos humanos, a qual está cada vez mais recheada de discurso de ódio e práticas homofóbicas, que segundo Butler (2003), é caracterizada pelo medo, aversão, descrédito e ódio a gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, de modo a desvalorizá-los por não performarem seus gêneros com o padrão heteronormativo. Aos excluídos desse modelo padrão cabe diariamente a estigmatização, as chacotas, os insultos, os apelidos jocosos, as eventuais agressões físicas e verbais que busca levá-los ao descrédito, mostrando-os que ser diferente não é certo e deve ser punido, inicialmente pelo insulto que além da vergonha deixará marcas que seguirão pelo resto da vida (ERIBON, 2008).

Segundo um relatório feito pelo Grupo Gay da Bahia³⁵, houve um aumento de 8% no número de mortes violentas da população LGBTI+, se comparado a 2020, em 2021 foram registradas 300 ocorrências. Desse total, 276 foram homicídios e 24 suicídios, isso equivale a quase 1 LGBTQIAP+ morto a cada 29 horas. Os estados que lideram o ranking de mortes são: São Paulo, Bahia e Minas Gerais. O Paraná ficou em 5º lugar atrás apenas do Rio de Janeiro. Quando falamos em regiões, a campeã é a Nordeste com 35% dos casos.

O relatório mostra, ainda, que em 2021, os gays foram o grupo que mais tiveram mortes com 51%, com 37% travestis, transexuais e mulheres trans, lésbicas com 4%, bissexuais e homens trans 1% e tem até o registro de um heterossexual confundido com um gay. Vale lembrar as falas aqui mencionadas do professor Robson sobre o papel da escola e do professor diante do cidadão que está a formar, além dos relatos apresentados da Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2016, com adolescentes e jovens LGBT, logo será que se a escola e seu professores estivessem melhores preparados sobre a temática e assim fizessem o uso desse

³⁵ Disponível em: <<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/02/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>> Acesso em 12 ago. 2022.

conhecimento nas aulas de forma transversal e multidisciplinar como orienta a legislação e os Programas Sociais teríamos esses dados.

Para Castro, Abramovay e Silva (2004), existem diversas formas de violência e discriminação a população LGBTQIAP+ e elas são praticadas por professores, funcionários da escola e colegas sendo consideradas ou vistas como: Sem importância, coisa de jovens ou brincadeira apenas. Sem falar que muitos professores:

ao invés de se recorrer a uma prática pedagógica crítica e reflexiva, recorre-se à pedagogia repressora que visa invisibilizar a orientação sexual homossexual. (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004, p. 299).

Logo (2021) apresenta um trabalho do Instituto Brasileiro Trans de Educação que criou algumas dicas para melhorar esse cenário e ajudar gestores, professores e coordenadores pedagógicos a combater a LGBTfobia no ambiente escolar. São elas:

- Não é papel da escola tirar ninguém do armário. Ofereça espaços de escuta para que os estudantes se sintam seguros. A sexualidade é um assunto particular. Não interfira e nem “denuncie” a orientação sexual e identidade de gênero de seus estudantes às famílias.
- Fique atento a xingamentos, brigas, ameaças e ataques a integridade físicas de estudantes LGBTQIA+. A escola deve fazer um trabalho preventivo, mas estabeleça combinados, sanções e ambiente seguro para que a violência seja comunicada. Trabalhe com rodas de conversas, técnicas de solução de conflitos e justiça restaurativa.
- Quando souberem de situações de maus tratos e até expulsão de casa, denuncie no Conselho Tutelar, Ministério Público e nas Delegacias Especializadas de Proteção à Criança e ao Adolescente.
- Para combater e impedir o assédio sexual, crie regras baseadas em limites que valham para todos, independente de identidade de gênero ou orientação sexual. Promova o debate sobre respeito ao corpo e os limites entre paqueras e assédio.
- Dê atenção especial aos banheiros, que são locais comuns de assédio verbal ou sexual. Crie um ambiente acolhedor para todos e propicie um espaço de denúncias.
- Estimule atividades sem divisão de gênero nas aulas de Educação Física.
- Abra espaços de discussão sobre linchamentos virtuais e agressões online.
- Promova a formação continuada de professores e educadores sobre gênero e diversidade sexual. Convide especialistas, ativistas e faça parcerias com universidades. Compactuar ou se omitir com agressões é mais uma forma de violência (LOGO, 2001, s/p).

É claro que essas ações propostas pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação não vão resolver o problema, mas podem amenizar a dor de diversos alunos que se sentem inseguros e desprotegidos. Vivemos em uma sociedade que transborda a cultura anti-homossexual, responsável pela manutenção da homofobia e de diversos outros problemas.

Devemos insistir na quebra de tabus para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e capaz de abraçar as diferenças de forma a não gerar discriminação e modelos repressores de comportamento. Analisando com mais atenção, percebe-se que a temática além de difícil para professores e educadores pode ser bem pior como lembra Dinis (2011) quando fala que:

a situação de estudantes gays e lésbicas que tentam esconder sua orientação sexual também não é mais fácil já que o silenciamento e o ocultamento de sua sexualidade é também uma forma de violência (DINIS, 2011, p. 43).

E sobre essa violência que a população LGBTQIAP+ vive aqui em especial no ambiente escolar, mas sabemos que é na vida com um todo, tende a seguir um caminho ou rota de abandono e descaso. Para Lobo (2021), a exclusão começa em casa com a família e segue para a escola, que não resolvida segue para a carreira profissional, afeta sua saúde, seu ser político pensante e de direito e o fim é sem dúvida algum tipo de violências aqui já mencionada.

FIGURA 35 – Ciclo de Exclusão



Fonte: Futura, 2021.

Estamos imersos em um mundo de constantes mudanças, onde a escola sozinha não é capaz de conseguir resolver e amenizar esses cenários tampouco os dados, mas precisa ser feito algo logo. Amanhã essas discussões podem estar ultrapassadas se analisarmos pelo processo da evolução humana. Torres (2013) lembra que:

[...] as formas de expressão da sexualidade e a variedade das práticas sexuais são construções sociais e históricas. [...] outras sexualidades ainda poderão nos levar a questionar tudo o que até agora pensávamos sobre diversidade sexual (TORRES, 2013, p. 9).

Autores como Louro (1997), Furlani (2007), Diniz (2008), Albernaz e Longhi (2009), França (2014), entre outros, afirmam que muitas escolas são caracterizadas pela diferença, agressão, preconceito, discriminação, principalmente quando falamos em gênero e diversidade sexual. Mesmo diante de legislações que garantam uma vida segura e digna, podemos constatar que para aqueles sujeitos cuja orientação sexual e identidade de gênero não correspondem ao que parte da sociedade espera ser “normal”, a dignidade e o respeito para essas pessoas ainda não é uma realidade em sua vida.

4 PRODUTO: CINECLUBE DA DIVERSIDADE

Como abordado no Capítulo anterior, a temática Diversidade Sexual e de Gênero é de notável importância para o ambiente educacional como um todo. Entretanto, muitas vezes a formação inicial do professor não contemplou essa temática ou por outras questões, ainda que ele conheça algo sobre o tema não sabe como apresentá-la em sala de aula.

Nossa proposta é aproximar a temática central dessa pesquisa à realidade e necessidade da sala de aula, ou seja, colaborar para que o tema: Diversidade Sexual e de Gênero seja trabalhado em sala de aula, permitindo assim atingir a multidisciplinaridade do tema e sua função no ambiente educacional e com a sociedade.

Assim, apresenta-se aqui como produto vinculado à tecnologia, visto se tratar de um Mestrado Profissional em Educação e Novas Tecnologias, uma produção social que objetiva combater o desrespeito e fazer valer os direitos sociais para todos os indivíduos. Assim, espera-se que por meio da utilização criteriosa de filmes que abordem a temática LGBTQIA+, a formação dos docentes e o ambiente escolar possam ser mais ricos nas discussões que assolam a sociedade e a população. Destaca-se que filmes podem ser um recurso multidisciplinar capaz de aproximar as temáticas LGBTQIAP+ da interculturalidade do currículo, criando espaços de diálogo e escuta, conciliando arte, realidade, programas e questões sociais.

O currículo escolar, por diversas vezes, possibilita uma separação entre teoria e prática, principalmente no Ensino Superior. Para Gatti (2010), os conteúdos universitários são mais valorizados os aspectos teóricos do que os práticos, de modo que se os alunos sabem os conteúdos teóricos de um tema, mas nem sempre podem colocar em prática. Mas a realidade do Ensino Superior é bem diferente quando alguns alunos, por exemplo, demonstram saber a teoria de determinado tema, e são incapazes de colocar em prática. Por isso, o aperfeiçoamento docente deve ser constante, pois o enriquecimento da prática do professor favorece o compartilhamento de conhecimentos e o ensinar de forma completa.

Dermeval Saviani (2013) reitera a importância da ligação entre teoria e prática. Por exemplo, na formação docente, como um acadêmico pode compreender a temática LGBTQIAP+ sem nunca ter trabalhado o tema? O tema pode até ter sido

discutido, mas é preciso compreender como colocar em prática, seja num exercício ou qualquer outra atividade. Este aspecto pode desmotivar e criar uma lacuna formação docente.

Como proposta de produto, o que se apresenta é a criação de sessões de Cineclube, ou seja, momentos de exibição de filmes que tenham como objetivo estimular a reflexão do tema exibido através da obra cinematográfica. Essa prática já tem história no Brasil e no mundo. No Centro Universitário Internacional (UNINTER) é realizada na modalidade EaD desde 2018 e recebe o nome de: Cineclube Luz, Filosofia e Ação. Tal estratégia tem por objetivo trabalhar temas filosóficos e sua relevância a partir de filmes de longa metragem nacionais ou internacionais.

O mundo do cinema é um espaço privilegiado de produção de relações de “sociabilidade” [...] ou seja, forma autônoma ou lúdica de “sociação”, possibilidade de interação plena entre desiguais, em função de valores, interesses e objetivos comuns. Ver filmes é uma prática social tão importante, do ponto de vista da formação cultural e educacional das pessoas, quanto a leitura de obras literárias, filosóficas, sociológicas e tantas mais (DUARTE, 2009, p. 16).

É importante entender que a finalidade não é um mero lazer ou entretenimento, e sim deve ser observado como uma ação de formação cultural, audiovisual e pessoal, para discussão e reflexão comunitária. Quando utilizado um filme, espera-se que determinados temas tenham uma relação e entendimento das pessoas após vivenciarem essa aproximação que o filme permite com determinadas experiências ou cenas que normalmente não fazem parte do dia a dia delas. O filme permite a autocompreensão daquele que o assiste, desperta olhares e visões de um mundo muitas vezes não imaginado. É importante reconhecer o cinema como um recurso metodológico de ensino-aprendizagem de um tema, de ocupação das aulas na ausência do professor, mas também para abrir a mente de professores e alunos despertando seu senso crítico, suas reflexões e questionamentos sobre a vida (OLIVEIRA, 2009; MENEZES, 2017).

O cinema é um instrumento precioso, por exemplo, para ensinar o respeito aos valores, crenças e visões de mundo que orientam as práticas dos diferentes grupos sociais que integram as sociedades complexas (DUARTE, 2009, p. 73).

Assim, Hernandes (2013) reforça que:

explorar as experiências (efeitos, relações) em torno de como o que vemos nos conforma, faz-nos ser o que os outros querem que

sejamos, e podemos elaborar respostas não reprodutivas diante do efeito desses olhares” (HERNÁNDEZ, 2013, p. 91).

Quando são criados lugares de experimentação e debates de filmes, os personagens, os artistas ou a história possibilita a reflexão sobre a realidade do público e despertam as habilidades e competências necessárias para o desenvolvimento individual e coletivo (LIMEIRA, 2015)

Martin (2003) afirma, ainda, que

O que distingue o cinema de todos os outros meios de expressão culturais é o poder excepcional que vem do fato de sua linguagem funcionar a partir da reprodução fotográfica da realidade. Com ele, de fato, são os seres e as próprias coisas que aparecem e falam, dirigem-se aos sentidos e à imaginação: à primeira vista, parece que toda representação (significante) coincide de maneira exata e unívoca com a informação conceitual que veicula (significado). (Martin, 2003, p.18)

Para Marcos Napolitano (2013), o professor deve assumir o papel de mediador ao utilizar um filme como recurso didático em sala de aula, logo como mediador precisa propor leituras que sejam questionadoras, desafiadoras e não apenas por lazer. Tais ações podem desenvolver ou despertar no aluno uma visão mais crítica das obras assistidas e da realidade do mundo a sua volta. Os filmes precisam exercer nesse caso um papel de criadores de questionamentos sociais, permitindo discussões político-culturais trazendo o aluno para a realidade social e favorecendo para que os alunos não sejam meros espectadores alienados aos problemas do mundo e suas causas.

O cinema pode ser um agente transformador, ao passo em que se mostra como um avanço tecnológico capaz de modificar realidades, seja com doutrinação e representação de um filme, documentário ou ficção. Vale lembrar que a prática cinematográfica é feita de forma consciente sendo considerada uma ação social (FERRO, 1975). Vale lembrar que para Martin (2003):

É preciso aprender a ler um filme, a decifrar o sentido das imagens como se decifra o das palavras e o dos conceitos, a compreender as sutilezas da linguagem cinematográfica.” (Martin, 2003, P.27).

Para Fischer (2014), essa ação social funciona como:

(1) um processo embebido em contextos culturais que os confrontam e para os quais contribui, refletindo e transformando esses contextos de forma tangível e intangível; (2) um processo de mediação que articula múltiplos níveis de poder individual e coletivo; e (3) deve ser

apropriada em contextos de formação/capacitação que articulem reflexão e prática (FISCHER, 2014, p. 160)

Logo, seu principal objetivo como instrumento de ensino-aprendizagem é causar questionamentos e inquietações acerca do mundo. O que se deseja é um olhar para o filme não com a visão comercial do produto, mas sim com o propósito de auxílio contendo o currículo escolar e que se possa olhar para as mensagens transmitidas pelos filmes gerando uma construção das próprias compreensões. (CHRISTOFOLETTI, 2009).

Conforme afirmam Leite e Christofolletti (2015):

Parece ser fundamental pensar questões acerca de uma educação do olhar para além de uma perspectiva utilitária da arte, em que as fronteiras entre cinema e educação possam efetivamente ser espaços de produção de sentidos e diálogos entre esses dois territórios (LEITE; CHRISTOFOLETTI, 2015, p. 41).

A seleção de filmes deve, portanto, instrumentalizar o processo de ensino aprendizagem, estimular o hábito a leituras diversas após as sessões, permitir a discussão saudável dos temas LGBTI+ e desenvolver cultura, conhecimento, informação e dignidade.

Carvalho (2007) adverte que ao utilizar filme em sala de aula, o professor deve ter como base um roteiro da atividade de modo que os alunos consigam entender a situação problema apresentada no filme, logo a metodologia segundo ele seria:

Primeiro passo – Deve-se fazer uma introdução do filme, onde o professor deve fazer comentários acerca do filme, associando-o ao tema que se pretende trabalhar, e fazer descrições, como por exemplo, acerca do contexto histórico do filme. 2. Segundo passo – Deve-se exibir o filme se necessário em trechos, fazendo um acompanhamento de um material impresso, por exemplo, e se necessário, pausando-o para acrescentar comentários. 3. Terceiro passo – Deve-se criar um debate, onde os alunos farão comentários e questionários acerca do filme. 4. Quarto passo – trata-se da última etapa, deve-se fazer uma atividade, de preferência individual e na sala de aula, de forma a refletir sobre o filme. (CARVALHO, 2007, p. 25)

Reforçando a ideia da utilização de filme como facilitador no processo de ensino-aprendizagem, Ferro (1992) comenta como “o cinema fascina e inquieta”, principalmente quando diz que:

O filme tem essa capacidade de desestruturar aquilo que diversas gerações de homens de Estado e pensadores conseguiram ordenar num belo equilíbrio. Ele destrói a imagem do duplo que cada instituição, cada indivíduo conseguiu construir diante da sociedade. A

câmera revela seu funcionamento real, diz mais sobre cada um do que seria desejável de se mostrar. Ela desvenda o segredo, apresenta o avesso de uma sociedade, seus lapsos. Ela atinge suas estruturas. Isso é mais do que seria necessário para que após o tempo do desprezo, venha o da suspeita, o do temor. (FERRO, 1992, p. 86).

Ou seja, espaços ou atividades como os cineclubes ajudam na discussão de temas presentes na sociedade e é através das telas ou imagens que a reflexão se torna mais possível de criticar, entender ou questionar. O filme ou cinema é um recuso presente na vida das novas gerações, como lembra Alves (2010):

As novas gerações de homens e mulheres são (de)formados através de nexos audiovisuais. Dos videogames aos computadores interligados na internet e das tevês de tela plana aos computadores que fazem registros audiovisuais, onexo audiovisual constitui a nossa vida na sociedade. A imagem audiovisual é o mais importante elemento dos processos de subjetivação / dessubjetivação do homem no século XXI. Por isso, qualquer processo de formação humana implica a apropriação de nexos audiovisuais. (ALVES, 2010, p. 15)

O direcionamento dado pelo professor referente a temática a ser discutida após o filme ou antes dele, bem como essa temática aparece, se contextualiza ou se apresenta. Sobre isso, Alves (2010) ressalta que:

[...] a re-significação do filme que implica a formação humana é uma operação de consciência crítica capaz de constituir sujeitos humanos com um espírito questionador no sentido de desvelar as contradições objetivas da ordem do capital. Assim, ir além do filme implica assumir uma visão crítica de mundo e dotá-la de ferramentas categoriais capazes de extrair das imagens audiovisuais novas significações capazes de produzir nos sujeitos-receptores / sujeitos- -produtores, novas percepções e entendimentos da ordem social. (ALVES, 2010, p. 16-17)

Assim, o cineclube pode ser o mecanismo para uma educação integral e capaz de possibilitar uma autonomia do ser protagonizando seus pensamentos e reflexão sobre as temáticas da sociedade. Logo, Holzmann (2012) afirma que o cinema é:

Um meio de comunicação que se presta à veiculação de qualquer tipo de mensagem, sendo, portanto, destituído de um sentido intrínseco e inerente. É um instrumento na mão de seus idealizadores. (HOLZMANN, 2012, p. 15)

Autores como Napolitano (2006); Alves (2010); e Macedo (2010), lembram constantemente de como a pedagogia do cinema é importante para o processo de formação emancipadora. Nesse sentido GADOTTI (2009) ressalta o direito à educação, quando fala que:

O direito à educação não se reduz ao direito de estar matriculado na escola. É direito de aprender na escola. Sabemos que é no interior das

salas de aula que devemos medir os efeitos de qualquer projeto educacional, verificando o quanto os alunos aprenderam. (GADOTTI, 2009, p. 52).

Tanto o direito à educação como da formação emancipatória, aqui mencionados, reforçam as ideias propostas pelo MEC (2004) no Plano Nacional de Fortalecimento do Conselhos Escolares, quando diz que:

Uma educação de qualidade visa a emancipação dos sujeitos sociais e não guarda em si mesma um conjunto de critérios que a delimite. É a partir da concepção de mundo, sociedade e educação esposada, que a escola procura desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes que irão encaminhar a forma pela qual o indivíduo vai se relacionar com a sociedade, com a natureza e consigo mesmo. Assim, a “escola de qualidade” é aquela que contribui com a formação dos estudantes nos aspectos culturais, antropológicos, econômicos e políticos, para o desempenho de seu papel de cidadão no mundo, tornando-se, assim, uma qualidade referenciada no social. Nesse sentido, o ensino de qualidade está intimamente ligado à transformação da realidade. (BRASIL, 2004, p. 33).

O mesmo Plano afirma, ainda, que para uma educação emancipadora não cabe modelos ou esquemas, principalmente quando se busca o desenvolvimento das relações sociais. E como a escola busca esse desenvolvimento nas dimensões econômicas, cultural e política, o próprio MEC (2004) define o que seria uma escola de qualidade, que proporcione essa educação emancipadora e que deve possuir atributos como:

1.ser pluralista, porque admite correntes de pensamento divergentes com respeito à diversidade, ao diferente; 2.ser humanista, por identificar o homem como foco do processo educativo; 3.ter consciência de seu papel político como instrumento para a emancipação, combate às desigualdades sociais e desalienação dos trabalhadores. (BRASIL, 2004, p. 33-34)

Alves e Silva (2020) lembram que o momento atual da educação exige novas formas de ensino, com tecnologias modernas e diferentes, com instituições reestruturadas tanto nos objetivos educacionais como nos processos de avaliação. preparadas também

Apesar das tecnologias estarem cada vez mais acessíveis e inovadoras que facilitam a nossa vida e nos mantêm conectados ao mundo, elas evoluem e se atualizam numa velocidade muito rápida, exigindo constante necessidade de formação e aprendizagem de novas competências. Também os jovens em idade escolar estão cada vez mais conectados nos seus dispositivos móveis, no entanto isso não garante que estejam a aprender algo significativo ou aproveitem plenamente o potencial das tecnologias para enriquecer a sua aprendizagem (ALVES e SILVA, 2020, p. 125).

Logo, se faz necessário uma mudança no papel tradicional do professor, sendo mais ativo e trabalhando como um facilitador de conhecimento, uma vez que as informações estão disponíveis para todos. Porém, os alunos necessitam de um facilitador, alguém que conecte a informação disponível ao aluno de forma que ele possa processar, interpretar e resultar num conhecimento. As autoras mencionam o relatório *European Digital Competence Framework (2016/2017)*, onde estão descritas que competências digitais o educador moderno precisa ter para trabalhar em meio a tanta tecnologia, são propostas 6 áreas ao todo, com 22 competências necessárias para a atividade de Educador.

QUADRO 2 – Competências digitais específicas do educador

Área	Competências
1 – Compromisso Profissional	1. Utilizar TDIC para melhorar a comunicação organizacional com alunos, pais e terceiros
	2. Usar as TDIC para se envolver em colaboração com os pares, compartilhar e trocar conhecimento e experiência;
	3. Refletir individual e coletivamente, avaliar criticamente e desenvolver a própria prática pedagógica digital;
	4. Usar fontes digitais e recursos para o desenvolvimento profissional contínuo.
2 – Recursos Digitais	5. Identificar, avaliar e selecionar recursos digitais para ensino e aprendizagem;
	6. Criar ou co-criar novos recursos educacionais digitais;
	7. Organizar conteúdos digitais e disponibilizá-los respeitando corretamente as regras de privacidade e direitos autorais.
	8. Planejar e implementar dispositivos e recursos digitais no processo de ensino, de modo a aumentar a eficácia das intervenções pedagógicas;
	9. Usar tecnologias e serviços digitais para melhorar a interação com os alunos, individual e coletivamente, dentro e fora da sessão de aprendizado;

3 – Ensino e Aprendizagem	10. Experimentar e desenvolver novos formulários e formatos para oferecer orientação e suporte;
	11. Utilizar TDIC para promover a aprendizagem colaborativa junto ao aluno;
	12. Utilizar TDIC para permitir aos alunos planejar, monitorar e refletir sobre sua própria aprendizagem.
4 – Avaliação	13. Usar tecnologias digitais para treinamento e avaliação somativa;
	14. Gerar, selecionar, analisar e interpretar criticamente evidências digitais sobre a atividade, desempenho e progresso do aluno;
	15. Usar TDIC para fornecer feedback direcionado e oportuno aos alunos.
5 – Capacitação dos Alunos	16. Garantir a acessibilidade aos recursos e atividades de aprendizagem, para todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades especiais;
	17. Usar as TDIC para atender as diversas necessidades de aprendizagem dos alunos;
	18. Utilizar tecnologias digitais dentro de estratégias pedagógicas que promovam as habilidades transversais dos alunos, reflexão profunda e expressão criativa.
6 – Facilitação da Competência Digital dos Alunos	19. Incluir atividades de aprendizagem, atribuições e avaliações que possibilitem que os alunos aprendam a organizar, processar, analisar e interpretar informações; e comparar e avaliar criticamente a credibilidade e a confiabilidade das informações e suas fontes;
	20. Incorporar atividades de aprendizagem, que exigem que os alunos se expressem através de meios digitais e possam modificar e criar conteúdo digital em diferentes formatos;
	21. Tomar medidas para garantir o bem-estar físico, psicológico e social dos alunos ao usar tecnologias digitais;
	22. Incorporar atividades de aprendizagem, em que os alunos devem identificar e resolver problemas técnicos, ou transferir

	o conhecimento tecnológico criativamente para novas situações.
--	--

Fonte: Alves e Silva, 2020.

Adquirindo essas competências os professores poderão desenvolver melhor suas aulas e utilizar adequadamente as tecnologias, aumentando os resultados no processo de ensino-aprendizagem e facilitar aos alunos que também desenvolvam as competências para estudarem de forma autônomas e mais bem amparado pela tecnologia. Um professor preparado para o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) consegue além de trocar experiências com os alunos, motivá-los a sempre utilizar da melhor forma a tecnologia e suas possibilidades de aprender ainda mais.

4.1 CINECLUBE DA DIVERSIDADE NA PRÁTICA

O objetivo é propor filmes que abordem direta ou indiretamente a temática Diversidade Sexual e de Gênero no contexto da população LGBTQIAP+, uma vez que os alunos que não se enquadrem no padrão heteronormativo de sociedade possam acabar sofrendo discriminação ou preconceito no ambiente escolar.

Logo, esse produto visa trabalhar de forma didático-pedagógica permitindo que sejam desenvolvidos debates e atividades a fim de melhorar o ambiente escolar e tornar esse mais receptivos e acolhedor.

Duarte lembra que:

[...] além de favorecer o acesso a bons filmes, é preciso também ensinar a analisá-los e a julgá-los, sem ceder à tentação autoritária de “fazê-las ver” como vemos, impondo a elas nossos critérios de gosto. (DUARTE, 2009, p.82)

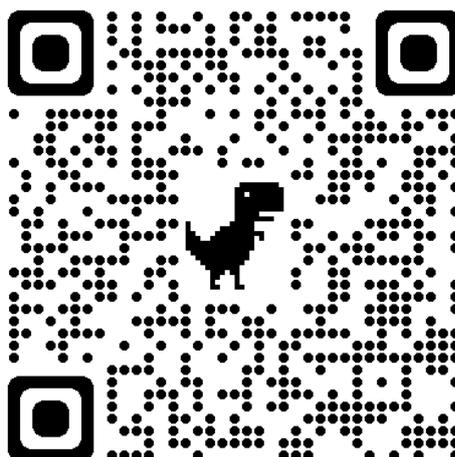
Foram selecionados 21 filmes³⁶ e a proposta das Sessões de Cineclube³⁷ são de reuniões com a temática LGBTQIAP+. Os filmes são de origem nacional ou internacional, agrupados nas categorias filmes e documentários que podem ser trabalhados em sala de aula. Outrossim, é recomendado que se apresente a resenha

³⁶ Versão do produto desenvolvida no Sway disponível em: <<https://sway.office.com/c0wdb5nlNHsFFRsJ?ref=Link>>.

³⁷ Para as Sessões de Cineclube, sugere-se que seja acrescentado 1:30 (uma hora de 30 minutos) ao tempo de duração do filme/documentário sugerido para cada sessão. Ou seja, se o filme tiver 1h30min. de exibição, será acrescentado 1h30min para as discussões e debates acerca do Filme e Temática.

dos filmes antes da exibição, a fim alinhar perspectivas e objetivos com o filme escolhido, de modo que objetivos sejam alcançados e não resultem em conclusões desconectadas com a realidade da população LGBTQIAP+.

FIGURA 36 – QRcode do Produto



Fonte: Autor.

Filme 1 – **Depois da Tempestade: A Lgbtfobia na Escola (2018)**

Link – https://www.youtube.com/watch?v=g_RAbnK61N8&t=443s

Resenha – produção paranaense, trata-se de um documentário sobre gênero, sexualidades e educação. Com duração de 24 minutos ele retrata a percepção dos alguns alunos sobre a temática mostrando suas realidades, sonhos e desejos, alguém de mencionar seus sonhos para o futuro.

Filme 2 – **Luca (2021)**

Link – <https://www.youtube.com/watch?v=GI8B-nQf47E>

Resenha – Luca um mostro do mar muito curioso com a vida na superfície. Certa vez depois de encontrar objetos da superfície e conhecer Alberto, decidem ir para a superfície, fora da água Luca descobre que seu corpo se torna um corpo humano, porém ao se molhar volta a ter escamas. Desses momentos surge uma forte amizade entre os dois que desejam uma Vespa para viajarem pelo mundo, já na vila conhecem Júlia que mora com seu pai e logo alguns questionamentos começam a surgir para os três.

Filme 3 – XXY (2006)

Link – <https://www.youtube.com/watch?v=cWcyZDMm1rE>

Resenha – o Filme conta a história de uma adolescente que se descobre intersex, com 15 anos. Com traços femininos mais jeito masculino de ser, Alex resolve buscar sua verdadeira identidade e busca descobrir quem realmente é através da sexualidade.

Filme 4 – Tomboy (2012)

Link – <https://www.youtube.com/watch?v=bHOW6G0UKoQ>

Resenha – Uma família se muda para o interior da França, Laure brinca muito com a irmã mas conforme vai se enturmando os problemas começam a surgir pois Laure não se identifica como menina e sim como menino e adota o nome de Michael. Apesar de carinhos e compreensivos os pais de Laure não sabem como lida com essa questão.

Filme 5 – Transamérica (2005)

Link – <https://www.youtube.com/watch?v=aWeC24hpBZw>

Resenha – Bree é uma mulher transgênero que prestes a fazer a cirurgia de readequação sexual descobre que tem um filho, nunca conhecido e por influência da psicóloga tenta conhecer antes da cirurgia. Na volta de Los Angeles pai e filho passam a conviver, se conhecer melhor e conhecer um ao outro.

Filme 6 – Hoje eu quero voltar sozinho (2014)

Link – <https://www.youtube.com/watch?v=lpHKXyko358&t=4s>

Resenha – Léo é cego e ao despertar da sexualidade descobre que gosta de seu colega de sala, o Gabriel. Mesmo amigos, Léo busca viver esse amor e se encontrar nesse mundo repleto de descobertas e desafios.

Filme 7 – Meninos não choram (1999)

Link – <https://www.youtube.com/watch?v=Q39lxQHtr8A>

Resenha – Baseado em fatos reais, conta a história de um jovem biologicamente feminino, mas que se reconhece como homem, que ao mudar para uma cidade pequena e conservadora esconde sua identidade trans. Chegando na cidade se apaixona por Lana e acaba por despertar o ciúme de outros homens que a perseguem assim que descobrem sua condição de transgênero.

Filme 8 – Milk – A Voz da Igualdade (2009)

Link – <https://www.youtube.com/watch?v=kOCx5Bht9io>

Resenha – Baseado em fatos reais, conta a história do primeiro homossexual assumido eleito para um cargo público. Harvey Milk é um ativista gay que se torna político na Califórnia, opondo-se à violência policial contra a comunidade gay.

Filme 9 – Dzi Croquettes (2010)

Link – <https://www.youtube.com/watch?v=Otch5bli8L8>

Resenha – Dzi Croquettes foi um grupo de teatro brasileiro que fez história no Brasil e no Mundo durante a Ditadura Militar, eles brincavam com a masculinidade e feminilidade em performances, enfrentaram a censura e os preconceitos sociais. Participam com depoimentos Ney Matogrosso, Elke Maravilha, Cláudia Raia e Liza Minnelli. Seus temas eram sempre a liberdade sexual e o culto ao corpo.

Filme 10 – De Gravata e Unha Vermelha (2015)

Link – <https://www.youtube.com/watch?v=-t1VPcZrjs4>

Resenha – O documentário questiona o binarismo que envolvem sexualidade e gênero. O documentário conta com Ney Matogrosso, Mel da Banda Uó, Rogéria e Laerte.

Filme 11 – Além da Fronteira (2012)

Link – <https://www.youtube.com/watch?v=YQmFQ2PHuEo>

Resenha – Retrata o amor proibido entre um israelita e um palestino, ambos precisam vencer a Fronteira e outras questões para viver esse romance. Se não bastasse o conflito o casal um empecilho, o preconceito em relação à orientação sexual deles.

Filme 12 – Filadélfia (1993)

Link – <https://www.youtube.com/watch?v=uv-5se01Apg>

Resenha – Baseado em Fatos reais, conta a história de Andrew Beckett um advogado homossexual que trabalha para uma tradicional firma. Quando fica impossível esconder que tem Aids e é descoberto, Andrew é demitido da empresa. Ele então contrata Joe Miller, um advogado negro que é homofóbico que precisa ajudar Andrew vencer esse processo.

Filme 13 – Orações para Bobby (2009)

Link – <https://www.youtube.com/watch?v=N81yMEn3Ra8>

Resenha – Bobby é filho de uma devota cristã da Igreja Presbiteriana que rigorosamente criou os filhos sob os ensinamentos de Deus. Quando Mary desconfia da homossexualidade do filho, o leva a Igreja para que Deus o cure, desesperado e em depressão Bobby vai morar sozinho. Sua mãe acaba por achar seu diário e quando começa a ler entende o passava em sua mente.

Filme 14 – Garota Dinamarquesa (2015)

Link – <https://www.youtube.com/watch?v=NIH4n5FRq1c>

Resenha – O filme conta a história de Lili Elbe, uma das primeiras pessoas fazer a cirurgia de readequação sexual. Lili enquanto Einar, se descobre mulher e durante sua transformação acaba por se envolver em outro romance, mudando completamente sua vida.

Filme 15 – O Jogo da Imitação (2014)

Link – https://www.youtube.com/watch?v=YIkKbMcJL_4

Resenha – O filme fala do criptoanalista britânico Alan Turing, inventor do primeiro computador, ainda durante a Segunda Guerra Mundial, permitiu que decifrassem os códigos da máquina Enigma usada pelos nazistas. Porém foi condenado por ser homossexual passando o resto de seus dias tomando remédios para impulsos sexuais.

Filme 16 – Bent (1997)

Link – <https://www.youtube.com/watch?v=v2UStHJllug&t=19s>

Resenha – Durante a Segunda Guerra Mundial, Max é retido pelo governo nazista e levado a um campo de concentração. Como forma de se proteger se identifica como judeu em vez de homossexual. Porém enquanto preso conhece Horts, um prisioneiro assumidamente gay e começam um relacionamento em pleno campo nazista.

Filme 17 – Laços de Afeto (2022)

Link – <https://www.youtube.com/watch?v=GPQjkgViSH4>

Resenha – Leone um adolescente decide fazer um documentário sobre sua família para a escola. Porém o jovem é filho de dois pais e nasceu através de uma

inseminação artificial feita por uma amiga do casal. Durante as gravações seus pais se separam, Leone fica abalado e após se machucar e no hospital seus pais descobrem não serem os pais dele. O que parece impossível pois um dos pais havia doado seu esperma para reprodução. O filme também aborda os preconceitos e mal-entendidos a respeito da sexualidade de Leone.

Filme 18 – **Divinas Divas (2017)**

Link – https://www.youtube.com/watch?v=0_fqrLzureo

Resenha – O documentário acompanha o reencontro das artistas: Rogéria, Valéria, Jane Di Castro, Camille K, Fujika de Holliday, Eloína dos Leopardos, Marquesa e Brigitte de Búzios, para a montagem de um espetáculo. Um dos primeiros palcos a abrigar homens vestidos de mulher foi o Teatro Rival, dirigido por Américo Leal, avô da diretora e atriz Leandra Leal. O filme traz para a cena a intimidade, o talento e as histórias de uma geração que revolucionou o comportamento sexual e desafiou a moral de uma época. O grupo que testemunhou o auge de uma Cinelândia (Rio de Janeiro) repleta de cinemas e teatros, se tornaram ícones da primeira geração de artistas travestis no Brasil dos anos 1960.

Filme 19 – **São Paulo em Hi-Fi (2022)**

Link – https://www.youtube.com/watch?v=Ny98d_zkMVk

Resenha – Documentário histórico que resgata a era de ouro da noite gay paulistana, fazendo uma viagem pelas décadas de 1960, 70 e 80 – a bordo das lembranças de testemunhas do período, trazendo à tona as casas noturnas que marcaram época, as estrelas, as transformistas, os heróis, e até os vilões: a ditadura militar e a explosão da aids.

Filme 20 – **Do Começo ao Fim (2009)**

Link – <https://www.youtube.com/watch?v=GPQjkiViSH4>

Resenha – Julieta tem dois filhos com uma diferença de seis anos de idade, Francisco e Thomás, e com maridos diferentes: Pedro e Alexandre. Os dois irmãos se tornam grandes amigos desde pequenos e, quando adultos, transformam esta amizade em algo mais profundo, íntimo e polêmico. O filme trata de um tema antigo e pouco falado, o incesto.

Filme 21 – Sobre Vivências – Documentário LGBT

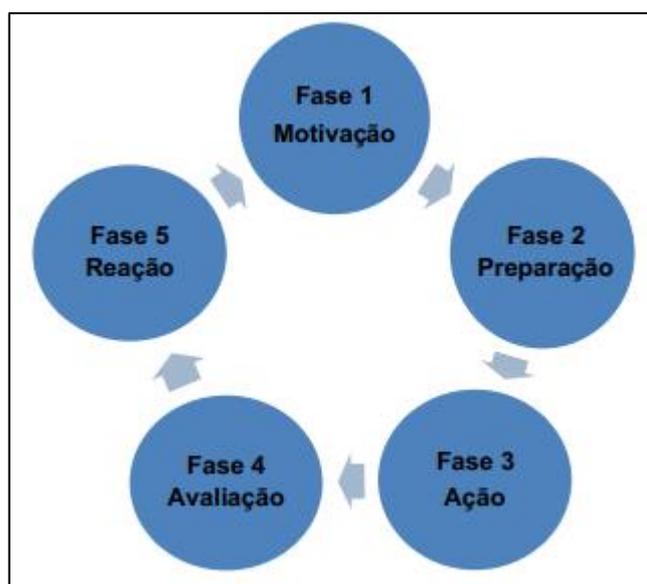
Link – <https://www.youtube.com/watch?v=3HpfRWEYVqM&t=10s>

Resenha – O documentário é um relato de 14 pessoas que contam suas histórias de vida e as experiências de preconceitos de gênero e sexualidade. (Sobre)Vivências busca dar voz as pessoas LGBT's e contribuir para a construção de uma nova sociedade.

Nesse sentido, Alves e Silva (2020) sugerem um modelo de formação docente em que as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) possam ser aproveitadas nas práticas pedagógicas. Para isso, criaram um modelo chamado FIPELD (Formação Integrada, Permanente e Integrada para a Literacia Digital) o qual trabalha a atitude de professor no que se refere ao conhecimento alinhado com a sua forma de ensinar (pedagogia) e a tecnologia. Nesse sentido, o objetivo principal é que o professor tenha uma autoformação e utilize a tecnologia e os recursos para melhorar sua prática pedagógica.

O modelo FIPELD parte da premissa de que o professor deve tomar partido das TDIC para sua autoformação, mas com foco na aplicação destas na sua prática pedagógica junto a seus alunos de forma integrada. A proposta FIPELD não se trata de um curso específico de formação de professores para o uso das tecnologias, mas corresponde a um modelo referencial que pode ser adaptado para oficinas em grupos de professores de uma escola ou mesmo uma formação maior para uma rede de ensino. (ALVES e SILVA, 2020, p. 125).

FIGURA 37 – Modelo FIPELD



Fonte: Alves e Silva, 2020.

Abaixo construiu-se uma descrição relacionando o Modelo FIPELD com a temática do Cineclube, aqui proposto, para que seja realizado em cada Sessão do Cineclube:

- Fase 1 – Motivação: Os professores em formação deverão conhecer os filmes propostos e identificar neles qual mais o motiva a ser trabalhado em sala a fim de preencher a Ficha Técnica e compreender melhor por que se identificou e escolheu usar esse filme? Que ganhos terão? Quais apontamentos serão apresentados? O que podemos fazer de diferente em nosso dia a dia?
- Fase 2 – Preparação: Os professores de conhecimento do filme a ser trabalhado na sessão do Cineclube deverão elaborar um plano de aula que contemple o filme a ser exibido com seus alunos, a Ficha Técnica e o Roteiro de Atividade (Sessão de Cineclube) na turma que lecionam.
- Fase 3 – Ação: O professor irá executar seu plano de ação alinhando suas ideias aos objetivos de aprendizagem. Nesta fase, com a apresentação do filme, será o momento de o professor entender e perceber se sua proposta pedagógica terá os resultados esperados. Assim o professor deve registrar como transcorreu a atividade elencando os pontos fortes e fracos, se houve os imprevistos ou questionamentos, a reação dos alunos e até se o que imaginou como reação deles aconteceu?
- Fase 4 – Avaliação: Nessa fase, deve-se realizar a avaliação do impacto esperado e alcançado do filme com os alunos. E por meio de um debate (sugere iniciar pelo Roteiro para Debate) sobre o filme proposto o professor deve reunir os alunos a fim de realizar uma interação percebendo o alcance do filme e do debate, compreendendo que problemas surgiram ou foram resolvidos.
- Fase 5 – Reação: Na Reação, é importante que o professor com base no debate anterior e nos feedbacks permita que os alunos troquem experiências vivenciadas na vida pessoal e ainda as motivadas pelo filme e debate. Ao professor cabe a tarefa de mediar essa ação e anotar as questões levantadas de modo a compreender se a sessão de Cineclube foi bem-sucedida e ainda refletir sobre pontos positivos e negativos no uso desse filme proposto, entendendo principalmente como essa fala chegou aos alunos e que ganhos ou perdas eles tiveram.

A ideia é que as sessões de Cineclube sejam realizadas na ordem temática e ao final das discussões sobre os temas propostos seja assistido ao filme sugerido pelo formador, o qual será responsável por explorar a temática agora com base no filme, reforçando assim os conceitos ou definindo outros ainda não existentes ou desconhecidos pelos alunos, possibilitando também novas discussões complementares das já realizadas e seguindo o Modelo FIPELD, por sua vez adaptado para essa sessão.

Duarte (2009) recorda que quando trabalhamos o filme ou cinema como fonte geradora de cultura:

[...] determinadas experiências culturais, associadas à certa maneira de ver filmes, acabam interagindo na produção de saberes, identidades, crenças e visões de mundo de um grande contingente de atores sociais. (DUARTE, 2009, p.36)

Recomenda-se que o professor assista ao filme sugerido para o encontro e, assim, confeccione uma Ficha Técnica da película a ser exibida, como sugerido anteriormente na fase 1 do Modelo FIPELD. Isto se faz necessário para que o docente compreenda a história do filme e obtenha êxito no processo de facilitar a concessão do filme, as discussões de sala e, principalmente, consiga prever possíveis cenários no desenvolvimento da sessão de Cineclube.

QUADRO 3 – Ficha Técnica para Filmes

FICHA TÉCNICA:
Título do Filme:
Direção:
Ano:
Local de Produção:
Elenco:
Classificação:
Gênero:
Duração:
Sinopse:

Fonte: Autor, 2022.

Para fins ilustrativos e como modelo para o preenchimento da Ficha Técnica, utilizaremos o filme *Laços de Afeto*, indicado para o 6ª Sessão Cineclube.

QUADRO 4 – Ficha Técnica Preenchida

Ficha Técnica:
Título do Filme: <i>Laços de Afeto / Il filo invisibile</i>
Direção: Marco Simon Puccioni
Ano: 2002
Local de Produção: Itália
Elenco: Filippo Timi, Francesco Scianna, Francesco Ghoghi
Classificação: 16 Anos
Gênero: Drama
Duração: 1h e 30 minutos
Sinopse: Um adolescente, filho de dois pais gays, decide fazer um documentário sobre a família, mas o que começa como um passatempo vira um drama de família.

Fonte: Autor, 2022.

Um complemento da ficha técnica e até para ajudar no desenvolvimento das discussões e atividades, é a procura por curiosidades ou histórias ligadas ao filme e seus atores por parte do professor. Essas curiosidades podem ser sobre a locação do filme, efeitos especiais, dos atores entre outras.

Sobre o uso do cineclube, Milene Gusmão (2008) reforça a importância e os resultados dessa prática, quando diz que:

Tomar o percurso de formação dos cineclubes [...] significa retomar a questão do cinema como ambiente comunicativo da práxis humana, propiciado pela emergência do tempo livre dedicado às atividades de lazer, pelas transformações que atingiram os mais diversos níveis da experiência coletiva, que foram estimuladas, sobretudo pelo contexto de formação dos Estados Nacionais e pelo deslocamento ocorrido na comunicação humana, no cotidiano, a partir do desenvolvimento de novas tecnologias. Bem como, significa tratar do percurso de formação de gerações que se iniciaram na sétima arte a partir desses ambientes de sociabilidade marcados por aprendizados miméticos experimentados por meio do consumo simbólico (GUSMÃO, 2008, p.4).

Abaixo temos a relação de temas propostos para cada encontro do cineclube. No total serão 8 Sessões de Cineclube divididos em:

- Apresentação e discussão do tema;
- Sessão do Cineclube;
- Roda de Conversar sobre os pontos apresentados no Filme.

1ª SESSÃO DE CINECLUBE

Roteiro da Atividade

Temática: Diversidade Sexual e de Gênero

Objetivos:

Geral:

- Discutir a temática do ponto de vista de Sexo Biológico e Gênero.

Específicos:

- Compreender o entendimento acerca de: Gênero e Sexualidade;
- Identificar focos de Preconceito na Escola;
- Diagnosticar desrespeito no Ambiente Escolar;
- Introduzir os temas: sexo, sexualidade, gênero, homossexualidade.

Sugestão de Filme: Luca, a ideia na utilização desse filme é medir a compreensão da temática e como se dá o comportamento/pensamento mediante uma possível relação LGBT. Uma vez que o filme não expressa claramente a temática LGBT, mas apresenta cenas de possível compreensão.

FIGURA 38 – Filme Luca



Fonte: Adoro Cinema, 2022.

2ª SESSÃO DE CINECLUBE

Roteiro da Atividade

Temática: Orientação Sexual

Objetivos:

Geral:

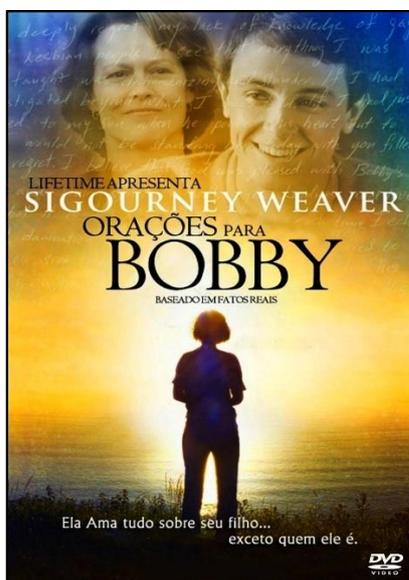
- Discutir e conceituar Orientação Sexual.

Específicos:

- Conhecer as possibilidades de Diversidade Sexual;
- Compreender a Diversidade sexual como orientação e não escolha;
- Reconhecer como a Diversidade Sexual é trabalhada na sociedade, casa, familiares, escola, igreja e comunidade.

Sugestão de Filme: Orações para Bobby, a proposta aqui é compreender pela história do filme como o ambiente e a família podem ser um espaço acolhedor ou segregador. E quais as consequências desse ambiente para o desenvolvimento e convívio social.

FIGURA 39 – Filme Orações Para Bobby



Fonte: Adoro Cinema, 2022.

3ª SESSÃO DE CINECLUBE

Roteiro da Atividade

Temática: Transgêneros

Objetivos:

Geral:

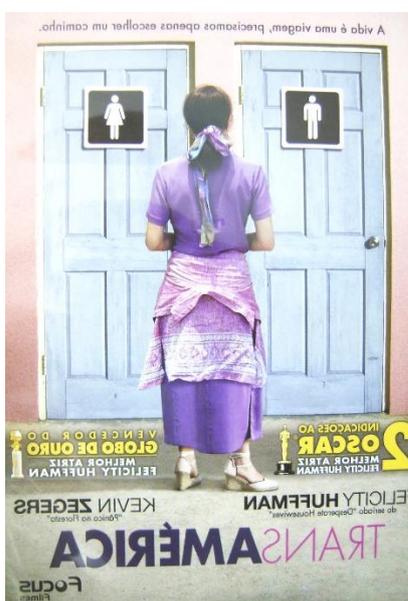
- Compreender o conceito de transgênero quando Orientação Sexual.

Específicos:

- Compreender os conceitos que abrangem a transgeneridade (Transexual, Transformista, Travesti, Transgênero);
- Identificar focos de Preconceito na Sociedade e Escola;

Sugestão de Filme: Transamérica, a ideia é compreender o universo do Transgênero e sua relação com a redesignação sexual e família.

FIGURA 40 – Filme Transamérica



Fonte: Papo de Pipoca, 2022.

4ª SESSÃO DE CINECLUBE

Roteiro da Atividade

Temática: Discriminação, Preconceito e Homofobia

Objetivos:

Geral:

- Conceituar Discriminação, Preconceito e Homofobia.

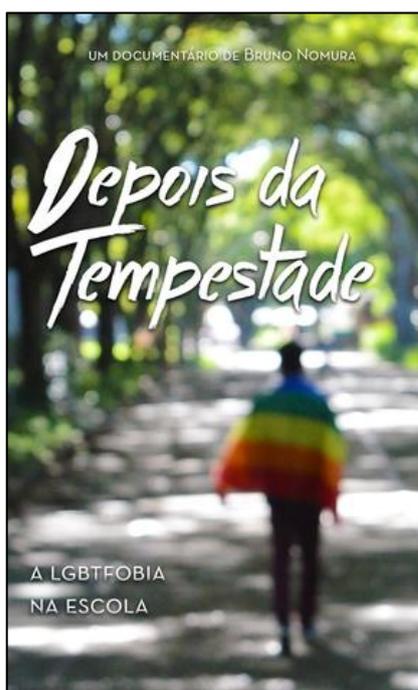
Específicos:

- Conhecer o termo Heteronormatividade;
- Identificar a Homofobia na escola;
- Compreender o modelo heteronormativo como origem do preconceito e discriminação;
- Reconhecer o medo que existe na escola;

- Debater a livre expressão da Sexual como direito de todos.

Sugestão de Filme: Depois da Tempestade, como o ambiente escolar pode ser preconceituoso e discriminatório dentro do universo da homofobia e outros aspectos. O relato de alunos vítimas desse ambiente permite identificar as consequências e retratar um pouco do que a população LGBTQIAP+ passa.

FIGURA 41 – Filme Depois da Tempestade



Fonte: Filmow, 2022.

5ª SESSÃO DE CINECLUBE

Roteiro da Atividade

Temática: Os Mitos e Fake News sobre a Sexualidade e Gênero

Objetivos:

Geral:

- Identificar os mitos existentes quanto a Diversidade Sexual e de Gênero.

Específicos:

- Compreender como os mitos podem prejudicar as pessoas;
- Responder dúvidas sobre os mitos existentes;
- Diagnosticar fake News sobre o tema, como incapacidade ou inferioridade da População LGBTQIAP+;

Sugestão de Filme: Hoje eu não quero Voltar Sozinho. Como mitos e crenças limitantes podem dificultar ainda mais o processo de descoberta e aceitação da população e seus familiares acerca de suas possibilidades.

FIGURA 42 – Filme Hoje Eu Não Quero Voltar Sozinho



Fonte: Papo de Pipoca, 2022.

6ª SESSÃO DE CINECLUBE

Roteiro da Atividade

Temática: Família Homoafetiva

Objetivos:

Geral:

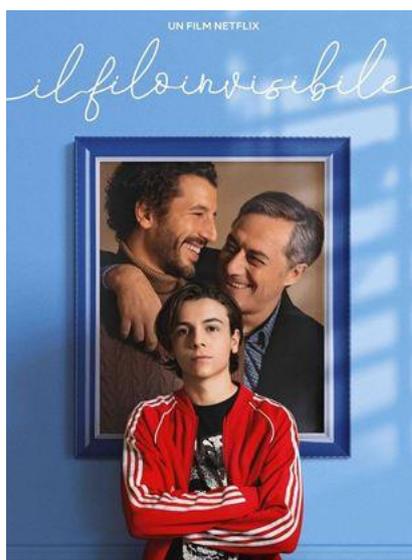
- Compreender os aspectos legais do casamento Homoafetivo;
- Conhecer a legitimidade da adoção por casais homoafetivos.

Específicos:

- Desmistificar o tema no ambiente escolar;
- Refletir sobre a importância do gesto de adoção;
- Resignificar essas pessoas no ambiente escolar de modo a combater o preconceito e o julgamento.

Sugestão de Filme: Laços de Afeto, aqui a discussão é pautada na naturalidade de se ter 2 pais e como essa relação é encarada com naturalidade.

FIGURA 43 – Filme Laços de Afeto



Fonte: Adoro Cinema, 2022.

7ª SESSÃO DE CINECLUBE

Roteiro da Atividade

Temática: Papel do Professor

Objetivos:

Geral:

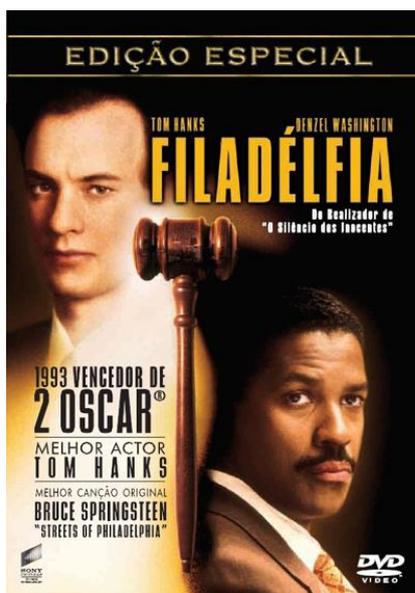
- Entender a importância do professor no ambiente escolar;
- Refletir como a forma de trabalhar o tema e as atividades em sala podem gerar ou originar preconceito.

Específicos:

- Conscientizar a todos do papel do professor frente ao combate da homofobia;
- Refletir sobre a contribuição de todos que estão na escola para a construção de um ambiente segura.

Sugestão de Filme: Filadélfia, o filme mostra a necessidade de se combater o preconceito no ambiente de trabalho. O julgamento pode trazer problemas sérios, principalmente somados a falta de informação e conhecimento.

FIGURA 44 – Filme Filadélfia



Fonte: Filmow, 2022.

8ª SESSÃO DE CINECLUBE

Roteiro da Atividade

Temática: Lugar de Fala

Objetivos:

Geral:

- Permitir ao aluno vivenciar a situação-problema sendo um professor e debatendo essa temática em sala.

Específicos:

- Compreender a importância de falar sobre as questões LGBTQIAP+;
- Identificar a origem do preconceito;
- Refletir a importância que o acolhimento da causa pode trazer para o ambiente;
- Debater a liberdade como direito e garantia constitucional.

Sugestão de Filme: **Milk – A Voz da Igualdade**, O filme pode servir como um disparador para debater a questão da luta pelos direitos humanos e civis da comunidade LGBTQIAP+.

FIGURA 45 – Filme Milk: A Voz Da Igualdade



Fonte: Adoro Cinema, 2022.

9ª SESSÃO DE CINECLUBE

Roteiro da Atividade

Temática: Realidade e Experiências

Objetivos:

Geral:

- Permitir ao aluno refletir sobre as temáticas e debates.

Específicos:

- Compreender a importância dessa atividade para todos, participantes e comunidade, inclusive para LGBTQIAP+;
- Refletir sobre os preconceitos e seus danos;
- Entender que o acolhimento pode salvar de diferentes formas;

Sugestão de Filme: **Sobre Vivências – Documentário LGBT**, o relato de pessoas contando suas histórias e as vivências com o preconceito. A ideia é dar voz para as pessoas.

Nesta última sessão de Cineclube, sugere-se que os participantes preencham um questionário de autoavaliação em que poderão dizer como se percebem após essas 8 Sessões de Cineclube. Também serão convidados a fazer uma reflexão crítica sobre como se viam antes das sessões e agora com os filmes apresentados, debates realizados e ideias compartilhadas. Esse questionário ajudará o professor fazer uma análise contínua sobre a realização dessa atividade de Cineclube e

possibilitará ao professor se prevenir de possíveis problemas, otimizar o tempo das sessões e ainda aproveitar melhor as temáticas e filmes sugeridos.

Para facilitar a Roda de Debates após os filmes exibidos, cabe ao professor fomentar discussões com base em perguntas (Roteiro) relacionadas à película e sua temática.

QUADRO 5 – Roteiro Para Debate

ROTEIRO
• Como podemos sintetizar a história do filme?
• O que você entendeu sobre o filme?
• Você assiste filmes dessa temática? O que pensa sobre?
• Por acredita que esse filme foi escolhido para esse encontro?
• Você teria outro filme para sugerir?
• O que podemos aprender com o filme?
• Que ensinamentos você leva para a sua vida, após assistir ao filme?

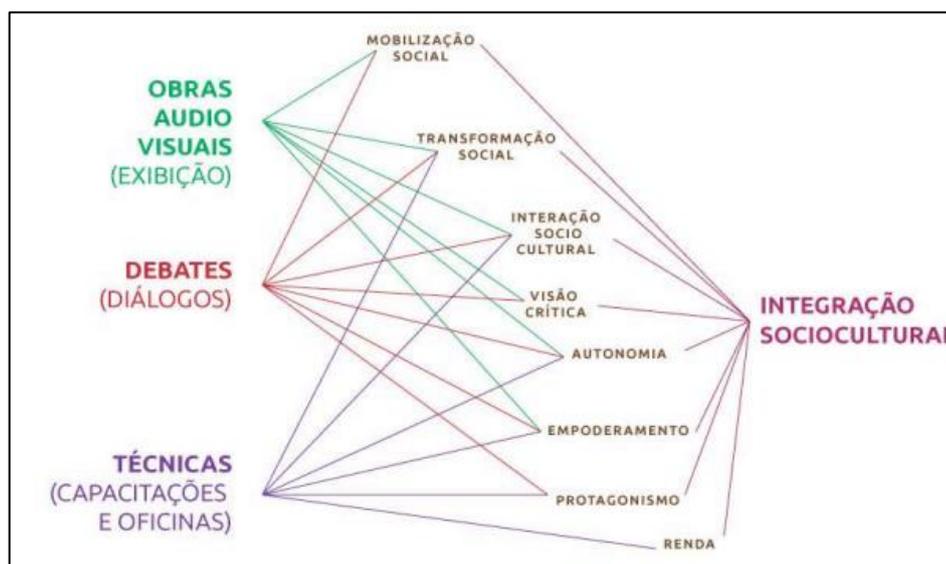
Fonte: Autor, 2022.

Santos (2016) mostra as dimensões prático-formativas do cinema, quando diz que:

como o nome já revela, diz respeito aos resultados subjetivos e/ou práticos dos processos de aprendizagem desencadeados nas atividades realizadas nos cineclubes. As dimensões formativas estão ligadas ao aspecto subjetivo, não tangível desse processo: as experimentações lúdicas propiciadas pela apreciação das obras cinematográficas; os debates suscitados pelos temas discutidos; a transformação social e de atitudes do cotidiano; o protagonismo e autonomia; e a interação sociocultural (SANTOS, 2016, p. 41).

A mesma autora comenta que essas práticas formativas acontecem devido o processo de diálogo, exibição das obras cinematográficas, debates acerca do filme exposto e as temáticas trabalhadas anteriormente. E, à medida que essas ações acontecem, o professor acaba por possibilitar a integração sociocultural. Essas interações socioculturais acontecem de forma fluida e sem um direcionamento determinado ou esperado, a própria autora cita alguns indicadores dessa interação, como retratado na imagem.

FIGURA 46 – Dimensões Prático-Formativas do Cinema e os Indicadores da Integração Sociocultural.



Fonte: Santos (2016, p.43).

Saber como o cinema atua nos leva a admitir que a transmissão/produção de saberes e conhecimentos não é prerrogativa exclusiva da escola (embora ela tenha um importante papel a desempenhar nesse processo), mas que acontece também em outras instâncias de socialização. Pensar o cinema como uma importante instância “pedagógica” nos leva a querer entender melhor o papel que ele desempenha junto àqueles com os quais nós também lidamos, só que em ambientes escolares e acadêmicos. (Duarte, 2009, p.81)

A autora reforça, ainda, que:

[...] é tarefa dos meios educacionais oferecer recursos adequados para a aquisição desse domínio e para a ampliação da competência para ver, do mesmo modo como fazemos com a competência para ler e escrever. (DUARTE, 2009, p.81)

O filme pode ser um recurso pedagógico de grande valia para a sala de aula e o processo de ensino-aprendizagem pode ganhar com esse modelo de atividade que permite novas reflexões acerca dos temas aqui apresentados. O filme além de ser um entretenimento, deve ser observado sob o aspecto do recurso tecnológico como ferramenta de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indicamos essa caminhada falando de um jovem de 38 anos que precisou entrar no mestrado para se encontrar enquanto pessoa e profissional. Foi o mestrado que permitiu compreender o meu lugar de fala como homem, cis, gay, casado e professor... que temia ser descoberto, ser excluído ou discriminado simplesmente por ser gay. E que de todos os medos que um indivíduo LGBTQIAP+ pode sentir, ainda sente o receio de sair de casa e não voltar mais, o temor de ser assassinado ou agredido simplesmente por ser homossexual e morar no país que mais mata LGBTQIAP+ no mundo.

País que se por algum tempo foi aparentemente permissivo e tolerante, atualmente se mostra demasiadamente segregador, discriminatório, intolerante, opressor, violento e ignorante. Vivemos uma fase em que toda uma comunidade busca ocupar seu papel de direito na sociedade, mas que se depara com tensões, agressões e resistências principalmente quando a luta é por igualdade e dignidade. Preceitos presentes em nossos ordenamentos jurídicos e que há muito tempo nos são negados. Políticas públicas e Educação podem ser a chave para que movimentos LGBTs possam atuar de forma a combater as barreiras que grupos antagonistas, conservadores, reacionários e opositores a ideia de igualdade.

Assim, consideramos ser necessário que a temática diversidade de gênero e sexual esteja constantemente presente na formação de professores e dos alunos de diversos níveis escolares, bem como a inclusão nos currículos escolares afim de informar e combater o problema da discriminação. Seria um sonho uma escola inclusiva e não discriminatória, onde diferentes grupos de gênero, sexo, raça, nacionalidade e qualquer outra diferença seja um elemento de discussão e aprendizado pela diferença apenas, não pela segregação. Um tratamento igualitário, respeitando a lei e as diferenças, por menores que sejam ou mais visíveis que se apresentem, deve ser um dever do Estado e da sociedade, pois só assim podemos construir uma sociedade mais justa e plena na construção de uma cidadania para todos.

Hunt (2009) lembra que os direitos humanos são o resultado de lutas, com sangue derramado na busca do reconhecimento e assim, com ações coletivas e individuais esses direitos devem ser proclamados pela e para a sociedade. Logo,

nasceram de muitas ações coletivas e individuais para serem proclamados pela e para a humanidade como um todo. Os direitos da população LGBTQIAP+ devem ser os mesmos dos assegurados a todas as pessoas. Precisamos sair da teoria e fazer valer todos os direitos, principalmente direitos como igualdade e a dignidade da pessoa humana, não se pode negar ou negligenciar a existência dessa população e com isso reconhecer seus direitos e benefícios enquanto população é necessário para uma sociedade mais justa.

O Movimento LGBTQIAP+, em especial o homossexual, viu sua estigmatização com o surgimento da AIDS, mas, ao mesmo tempo, ganhou destaque em jornais, revistas, televisões e no mundo possibilitando as discussões sobre a doença, a sexualidade e a orientação sexual. Bem como permitiu, também, a criação de políticas públicas e sanitárias para essa epidemia. Quando falamos do apoio da imprensa, tivemos jornais como O Snob e Lampião, entre outros, que além de informar, entretinham e denunciavam questões de uma sociedade ainda resistente a essa população e seus hábitos. Foi por diversas vezes um canal ou ponto para essa população estar preparada para as questões políticas. O Lampião quem permitiu a formação política de muitos, além do desenvolvimento das redes de comunicação, de movimentos pela causa e da militância.

A naturalização da realidade vivida pela população LGBTQIAP+ é responsável por colocar o Brasil na posição que ocupada quanto ao número de mortes dessa população. Independente dos números retratarem homicídios, suicídios ou outras violências temos uma sociedade mergulhada na crueldade, no preconceito, no sangue de inocentes muitas vezes e que tem a escola como parte causadora desses números. A educação é uma ferramenta de combate à homofobia, à intolerância de identidade de gênero, aos estereótipos de masculino e feminino. Infelizmente o conservadorismo ganha forças no país com o discurso de defender a família tradicional brasileira, a moral e os bons costumes, mas todo LGBT têm uma família, vem de uma família com mãe, pai, irmãos, avós, tios e outros membros que fazem dele um ser com uma família. Inviabilizar suas escolhas, sua forma de amar ou ser, só os obriga a reinventarem sua existência e quando não conseguem pela ausência de afeto ou pela violência, o suicídio se torna a única saída.

Pequenos avanços foram assegurados para a população, mas os desafios ainda são enormes. O que não queremos é que esses avanços sejam sempre conquistados pela via judicial ou por brigas e sim pela livre iniciativa da sociedade

como um direito de todos e para todos. Essa igualdade de direito deve começar com a educação em todos e qualquer período escolar, não podemos permitir, reproduzir e aceitar pensamentos e ações heteronormativas e sexistas.

A discussão no ambiente escolar de assuntos como igualdade de gênero e diversidade sexual tem resultados positivos quando iniciado nos anos iniciais da escola. Quando a homofobia está presente nas escolas ela atua de modo a deseducar e prejudicar a formação de todos ali presentes, mas essa conta é cara demais para diversos alunos LGBTQIAP+ que todos os dias enfrentam isolados um mundo que não os apoia ou recolhe como deveria.

Precisamos aceitar a sexualidade nas escolas de modo a entender como ela se apresenta para LGBT's e Heterossexuais, não permitindo que invisibilizem os LGBTQIAP+ e sua sexualidade. Quando enfrentada a demanda e trabalhada de forma natural nosso ambiente educacional é capaz de educar e fortalecer a todos que buscam mais que educação nos bancos da escola. Percebe-se que a sexualidade e orientação sexual é, para educadores e membros do ambiente educacional, uma barreira, muitas vezes causada pela ausência de informação na sua formação como professor ou educador, mas também pela dificuldade de aceitação do tema em sua vida pessoal, ou ainda pelas famílias religiosas. Negligenciar essa temática compromete o bem-estar social dessa população, assim como seu direito à educação, à cidadania, à saúde, à dignidade e pôr fim à vida. Porém, a discussão sobre diversidade sexual e de gênero precisa ser incentivada, reconhecida e reproduzida na formação dos profissionais da educação, em geral, e em sua prática pedagógica e educacional. Trazendo a transversalização e interdisciplinaridade do tema ao ensino, afinal, não discutir e compactuar com o silêncio é permitir que a opressão aconteça. Dinis (2012) lembra que é necessário que haja uma resistência ao currículo heteronormativo por parte de novos professores, porém para isso o tema da diversidade sexual e de gênero deve ser incluído nos currículos de formação.

A sexualidade e suas questões como visto vão muito mais do que os documentos curriculares apresentam ou determinam, muitas vezes não havendo comunicação entre eles. A própria BNCC aborda o tema com uma superficialidade, se objetivando a formar cidadãos com foco mais em cuidar da própria saúde do que em compreender e respeitar as diferenças de comportamento ou do corpo. Afinal, essa compreensão, dentre outras ligadas à temática, exigem uma abordagem de direitos humanos, emancipatórios e sexuais que não são tratados nos currículos escolares,

mas que se espera que os professores tenham. Ou seja, o professor precisa ser capaz de trabalhar temas como sexualidade e gênero, e ainda possibilitar que os alunos sejam capazes de dialogar e debater a temática. Mas o que consta nos currículos escolares está muito longe dessa realidade, pois o que vemos é um conteúdo superficial e que destoa das necessidades do nosso tempo.

A formação docente precisa ser adequada para possibilitar que se trabalhe em sala de aula de forma a preparar cidadãos conscientes do seu papel, livres de preconceito e tabus, capazes de conviver com as diferenças independente de classe social, sexo, raça ou crença. A ausência de instrução ou formação adequada ao docente gera muito mais o preconceito do que o respeito as diferenças já mencionadas, excluindo alunos que fogem do padrão heteronormativo. Padrão esse responsável pela falta de informação e por gerar a homofobia, daí a importância em tratar da temática diversidade sexual e de gênero em sala de aula, isso para cursos de formação de professores ou em outros cursos que possibilitem a transversalidade do tema num primeiro momento como respeito a cidadania e depois relativo à sexualidade, sempre com base nos direitos humanos superando preconceito e refletindo que a sexualidade é referente a vida do ser humano.

Podemos dizer que nossa principal consideração aqui é que a educação sexual, gênero e sexualidade são questões necessárias e urgentes na nossa sociedade. Arrisco afirmar que devem ser trabalhadas ao longo da vida, introduzida pela família, seguindo de forma sistemática, contínua e crítica no ambiente escolar e conduzida pelos professores. Assim, a ideia é que se possa discutir as relações de gênero, sexualidade, a diversidade e outros com o propósito de fomentar ideias, conceitos e interpretações na sala de aula.

Para tanto, a proposta de produto apresentada com atividades propostas de sessões de Cineclube com diversos temas do universo LGBTQIAP+ pretende oferecer recursos aos professores, educadores e alunos com atividades que envolvam discussões, sessões de filmes e debates.

Portanto, espera-se que este estudo contribua para novas pesquisas e práticas na formação e atuação docentes, promovendo o respeito aos direitos humanos e colaborando para eliminação do estigma da discriminação pela homofobia. Espera-se ainda que os resultados desta pesquisa possam contribuir para a promoção da cidadania e da inclusão da população LGBTQIAP+, por meio da articulação com as diversas políticas sociais, de educação, trabalho, segurança; e que com o seu

conhecimento científico e tecnológico vise melhorar a condição de saúde e vida da dessa população, bem como as demais pessoas que compõem o ambiente escolar.

O preconceito, a generalização e a desinformação sobre diversidade de gênero, sexual e orientação sexual, permanece no pensar e agir dos professores em formação inicial e depois dela, seja esse professor de nível básico, fundamental ou superior. Muitos apresentam uma definição epistemológica das palavras ou ainda exploram somente o seu sentido biológico, reprodutivo e científico. Reforçando a opinião de que muitos professores possuem uma formação fraca, rasa e deficitária pois a própria formação para a docência não possibilita trabalhar e abordar esses temas em sala de aula. Cenário esse que corrobora com o despreparo em relação ao tema e sua importância no contexto escolar, possibilitando um silenciamento e ausência de debates sobre o tema, além de evidenciar a heteronormatividade masculina como modelo a ser seguido, naturalizando a homofobia e ações preconceituosas.

Nesse sentido, o produto “Cineclube da Diversidade” vem auxiliar a atividade docente no que tange a temática, bem como facilitar a formação docente com um recurso tecnológico muito presente no dia a dia dos alunos, o filme. A formação docente precisa de atenção e a ideia não é dizer que diversidade sexual e de gênero são mais importantes que outros temas na formação, mas sim que são temas que precisam de mais atenção, inclusão e permanência nos currículos de formação. Quando trabalhado nos currículos esse tema estará sempre ligado às questões biológicas entre homem e mulher, justificada por conceitos morfológicos e anatômicos, resultando em uma única expressão de gênero possível, a heterossexualidade.

Faz parte do trabalho docente combater com a discriminação e outras formas de violência, principalmente quando associada à identidade sexual e/ou gênero. Esse combate além de ser uma questão moral e ética também está estabelecida no nosso ordenamento jurídico e em normas que legislam sobre o exercício da atividade de professor. A atividade docente ultimamente tem sofrido uma influência conservadora fundamentalista com ideais religiosos, o que representa uma intimidação aos direitos humanos e a própria ação de educar de forma livre de qualquer intervenção religiosa. Com a justificativa de defender os bons costumes e a tradicional família, a ciência está sendo questionada, a diversidade sexual e de gênero reprimida, professores sendo criminalizados pelas suas práticas educacionais e as políticas públicas cada vez mais ineficientes diante desse cenário.

Debater e repensar sobre a formação docente nos possibilita sonhar ou ainda desejar novos caminhos para a educação. A inclusão deve ser uma constante na vida dos professores bem como que ele busque se capacitar de forma teórica e prática quase que constantemente, possibilitando assim que possua as competências adequadas para a docência. Não podemos excluir o poder público dessa responsabilidade, incentivos governamentais são necessários para que cada vez mais professores se interessem em se qualificar ainda mais e de forma a fazer isso com qualidade visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem e a inclusão de todos no ambiente escolar e universitário.

Sendo assim, precisamos desconstruir alguns conceitos machistas e preconceituosos, rever valores e padrões sociais, debater as questões de sexualidade, orientação, identidade e gênero principalmente no ambiente educacional. Esse produto nos permite que a temática seja debatida e discutida de forma pedagógica e instrutiva, possibilitando uma prática ampliada da temática no ambiente escolar. Professores podem trabalhar de forma mais dinâmica as questões e possíveis situações que podem surgir com os debates e o Cineclube. Mesmo que professores e responsáveis pela educação não debatam o tema, esse encontro é certo que vai acontecer em algum momento, impedir que se fale ou debata vai somente gerar mais preconceito e desconhecimento, além de separar os alunos, discriminá-los ou excluídos de um ambiente que deveria educar e acolher.

Logo, a inclusão da temática diversidade sexual e de gênero precisa fazer parte das disciplinas de graduação (formação) e pós-Graduação (especialização) de forma fundamental, professores atuantes e capacitados são capazes de absorver a realidade do mundo a orientar alunos, familiares, e corpo docente da importância do tema, a garantia do direito à vida digna. Pois, quando trabalhado de forma transversal em disciplinas como, matemática, artes, música e outras consegue construir um mundo mais justo, uma sociedade humana e estudantes mais conscientes da importância de si respeitar e respeitar o próximo independente de religião, valores, crenças, cor, raça, etnia, sexualidade ou outra diferença visível ou não.

Escolas e currículos precisam repensar suas ações e práticas pedagógicas, revendo conteúdos, condutas, posturas e atividades para que diminua o preconceito e a discriminação. Além disso, o combate à injustiça, à discriminação, à homofobia, ao preconceito precisa acontecer da escola básica a superior e principalmente na formação dos professores. Afinal, o ambiente escolar pode ser um canal de

disseminação de informação acerca de diversidade sexual e de gênero, mas para isso os professores precisam estar preparados para enfrentar uma realidade preconceituosa, homofobia, racista e sexista.

Sugere-se que novas pesquisas aconteçam para que se possam verificar constantemente a realidade escolar, a capacitação docente e suas práticas. A temática é atual e relevante para a sociedade como um todo, portanto os professores precisam estar motivados e preparados para trabalharem esse tema em diversas disciplinas e de forma variada.

REFERÊNCIAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Manual de Comunicação LGBT**. Curitiba: ABGLT, 2010.

ABGLT. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: <https://atlasdajuventudes.com.br/biblioteca/pesquisa-nacional-sobre-o-ambiente-educacional-no-brasil-2016/>. Acesso em: 10 de agosto de 2022.

ALBERNAZ, Lady Selma; LONGHI, Márcia. Para compreender gênero: uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres. In: SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion Teodósio de. **Gênero, diversidade e desigualdades na Educação: interpretações e reflexões para a formação docente**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009, p. 75-95.

ALONSO, Antônio. **Parada LGBT de São Paulo começou em 1997 e está no Guinness**; fpabramo, 2019. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2019/06/23/parada-do-orgulho-lgbt-de-sao-paulo-comecou-em-1997-e-esta-no-guinness/> Acesso em 09 ago. 2022.

ALTMANN, Helena. **Diversidade Sexual e Educação: Desafios para a Formação Docente**. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana ISSN 1984-6487 / n.13 - abr. 2013 - pp.69-82 / Altmann, H. / Disponível em: www.sexualidadsaludysociedad.org Acesso em: 12 ago. 2022.

ALVES, Elaine Jesus; SILVA, Bento Duarte da. **Estratégia de Formação de Professores com foco no desenvolvimento das Competências Digitais**. Processos formativos, tecnologias imersivas e novos letramentos – convergências e descobrimentos.1.ed. Curitiba: Collaborativa, 2020.

ALVES, Giovanni. **Tela Crítica: A Metodologia**. Londrina: Práxis, 2010.

BAJUBÁ memória. LGBT s/d. **Edições Chana com Chana**. Disponível em: <https://acervobajuba.com.br/tag/chanacomchana/> Acesso em: 03 ago. 2022.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENTO, B. **O que é Transexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 2008

BEZERRA, Juliana. Gêngis Khan. **Toda Matéria**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/genghis-khan/>. Acesso em 22 jul. 2022.

BOTELHO, Isabella. **Orgulho LGBTQI+: Conheça a História do Movimento por Direitos**; Mercadizar.com, 2020. Disponível em: <<https://mercadizar.com/noticias/orgulho-lgbtqi-conheca-a-historia-do-movimento-por-direitos/>>. Acesso em 22 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Brasil Sem Homofobia**: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais Da Educação Básica**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). **Caderno de Gênero e Diversidade Sexual na Escola: Reconhecer Diferenças e Superar Preconceitos**. Brasília, 2007.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 2, nº de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: MEC/CNE/CP, 2015.

BRASIL. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual**; Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: SEDH, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural: Orientação Sexual**. 3 ed., Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**: Memórias reveladas. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/>> Acesso em: 03 ago. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 03 ago. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei n.º. 1151/1995**. Disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências. Brasília, 1995. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16329>> Acesso em: 03 ago. 2022.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Resolução n.º 1/99, de 23/03/1999**. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf> Acesso em: 03 ago. 2022.

BRASIL. **Dossiê: Riscos e Limitações ao Direito à Educação**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2016. Disponível em: <https://generoeducacao.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-do-dossi%C3%AA_REVISADO.pdf> Acesso em: 09 ago. 2022.

BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares**. Caderno 2: O Conselho Escolar e a Aprendizagem na Escola. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/ce_cad2.pdf> Acesso em: 08 ago. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 13.663, DE 14 DE MAIO DE 2018**. Lei para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13663.htm> Acesso em: 12 ago. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 13.185, de 06 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm> Acesso em: 12 ago. 2022.

BOKANY, Vilma (org.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Tradução Renato Aguiar, Rio de Janeiro – Civilização Brasileira, 2003.

CAETANO, Marcio; NASCIMENTO, Cláudio; RODRIGUES, Alexsandro. Do Caos Reemerge a força: AIDS e Mobilização LGBT. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa; (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018.

CAMARGO, A. M. F.; Ribeiro, C. **La Educación Sexual en lo Cotidiano de la Escuela**. Educar, p. 67-85, 2003.

CAMARGO, Gilson. **O Viadinho da Escola: Uma História de Ódio e Preconceito**. Extra Classe, 2018. Disponível em: <<https://www.extraclasse.org.br/geral/2018/06/um-lugar-de-preconceito-odio-e-homofobia/>> Acesso em: 12 ago. 2022.

CANABARRO, R. História e direitos sexuais no brasil: o movimento LGBT e a discussão sobre a cidadania. **Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional** (2013) – ISSN 2318-6208. Disponível em: <<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/historiaedireitoscanabarro.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2022.

CANDAU, Vera Maria (et al). **Educação em Direitos Humanos e formação de professores (as)**. 1ª ed. São Paulo. Cortez, 2013.

CARRARA, S.; FRANÇA, I. L.; SIMÕES, J. A. Conhecimento e práticas científicas na esfera pública: antropologia, gênero e sexualidade. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 61, n. 1, p. 71-82, 2018.

CARRARA, Sérgio. **Educação, diferença, diversidade e desigualdade**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: <http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf> Acesso em: 03 ago. 2022.

CARVALHO, M. E. P de; ANDRADE, F. C. B. de; JUNQUEIRA, R. D. **Gênero e Diversidade Sexual**. Um Glossário. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2009.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Direitos Humanos das Mulheres e das Pessoas LGBTQI: Inclusão da Perspectiva da Diversidade Sexual e de Gênero na Educação e na Formação**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

CARVALHO, Renata Innecco Bittencourt de. **Universidade Midiatizada: O Uso da Televisão e do Cinema Na Educação Superior**. Brasília: Editora Senac-DF, 2007.

CARVALHO, Vicente. **Veja como a Alemanha explica a Homossexualidade para as Crianças**. Razões para Acreditar, 2015. Disponível em: <<https://razoesparaacreditar.com/veja-como-a-alemanha-explica-a-homossexualidade-para-as-criancas/>> Acesso em: 12 ago. 2022.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernardes. **Juventudes e Sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

CAVA, Joseph Bianchi. **Na Escuridão da Censura, Surgiu uma Luz: Lampião da Esquina e a Imprensa Alternativa (1978-1981)**. Humanidades diálogo, v. 10, São Paulo, 2021.

CAVALLEIRO, Eliane. Introdução. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CHAVES, Marianna. **Homoafetividade e Direito: Proteção Constitucional, Uniões, Casamento e Parentalidade**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

CONDE, Michele Cunha Franco. **O Movimento Homossexual Brasileiro, sua Trajetória e seu Papel na Ampliação Do Exercício Da Cidadania**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

COSTA, Rogério da Silva Martins da. **Sociabilidade homoerótica masculina no Rio de Janeiro na década de 1960**: relatos do jornal O Snob. 2010. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

<<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6564>> Acesso em: 03 ago. 2022.

COSTA, J. F. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

CUNHA, Maria Isabel. **Trajetórias e lugares da formação da docência universitária da perspectiva individual ao espaço institucional**. Araraquara. Junqueira & Marin, 2010.

DAWSON, James. **Este Livro é Gay**. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

DIAS, Maria Berenice. **Legislação Brasileira e Homofobia**. IN: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

DIAS, Maria Berenice. **União Homossexual: o Preconceito e a Justiça**. 2. ed. rev. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

DINIS, Nilson Fernandes. **Educação, relações de gênero e diversidade sexual**. Educação & Sociedade, Campinas. v. 29, n. 103, p. 477-492, 2008.

DINIS, Nilson Fernandes. **Homofobia e Educação: Quando a Omissão também é Signo de Violência**. Educar em Revista, v. 27, n. 39, p. 39-50, jan/abr. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/vPn3QsCqr7HXykJ5TbzL6tr/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: 12 ago. 2022.

DIÓGENES, E. M. N.; ROCHA, M. C. J.; BRABO, T. S. A. M. **Os Movimentos Feministas Brasileiros na Luta pelos Direitos das Mulheres**. In: BRABO, T. S. A. M. Educação, Mulheres, Gênero e Violência. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 305-322.

DUARTE, Rosália. **Cinema & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica. 2009.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a Questão Gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FÁBIO, André Cabette. **A Trajetória e as Conquistas do Movimento LGBTI+ Brasileiro**. Nexojornal, 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/explicado/2017/06/17/A-trajet%C3%B3ria-e-as-conquistas-do-movimento-LGBTI-brasileiro>>. Acesso em 30 jul. 2022.

FACCHINI, Regina. **Movimento Homossexual no Brasil: Reconstituindo um Histórico**. Cad. AEL, v.10, n.18/19, 2003.

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? Movimento Homossexual e Produção de Identidades Coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.

FATOS MILITARES (2018) **Triângulos**. Disponível em: <<https://fatosmilitares.com/triangulos-do-holocausto-o-que-significavam/>> Acesso em: 03 ago. 2022.

FERNANDES, Cláudio. **A Máquina de Guerra de Gêngis Khan**. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/guerras/a-maquina-guerra-gengis-khan.htm>> Acesso em 22 jul. 2022.

FERNANDES, N. **O Núcleo Macio da AIDS**. Revista TripUOL. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/tpm/ativistas-soropositivos-usam-a-arte-para-combater-o-preconceito-em-torno-do-hiv>> Acesso em: 03 ago. 2022.

FERRAZ, Thaís. **Movimento LGBT: A Importância da sua História e do seu Dia. Politize, 2017**. Disponível em: <<https://www.politize.com.br>> Acesso em: 03 ago. 2022.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FISCHER, T. Residência Social. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). **Dicionário Para a Formação em Gestão Social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014, p. 159-161

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber**. 13º Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FRANÇA, Fabiane Freire. **Representações sociais de gênero na escola: diálogo com educadoras. 2014**. 186 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2014.

FRY, P. MACRAE, Edward. **O que é Homossexualidade?** São Paulo: Editora Brasileira, 1985. Disponível em: < <https://cursosextensao.usp.br/> > Acesso em: 15 ago. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários a Prática Educativa**. São Paulo. Cortez: 1996.

FREIRE, N.; HADDAD, F.; RIBEIRO, M. **Construindo uma Política de Educação em Gênero e Diversidade**. In: PEREIRA, M. E. et al. (Org.). **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2007; Brasília: SPM, 2009.

FURLANI, J. **Sexos, Sexualidades e Gêneros: Monstruosidades no Currículo da Educação Sexual**. Educação em Revista (UFMG), v. 01, p. 269-285, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil: Inovações em Processo**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GARCIA, C. Marcelo. **A Formação de Professores: Novas Perspectivas baseadas na Investigação sobre O Pensamento do Professor**. In NÓVOA, António (Coord.). **Os professores e sua formação**. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1997. p. 51-76.

GATTI, Bernadete Angelina. **Formação de Professores no Brasil: Características e Problemas**. Educação & Sociedade, v. 31, n. 113, p. 1355- 1379, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/16>. Acesso em: 03 ago. 2022.

GAY BLOG BR @gayblogbr. Deivid PAZATTO, Deivid. (2022). **Chana com chana: Uma Trajetória de Resistência e Visibilidade Lésbica**.

GOHN, Maria da Glória. **500 anos de Lutas Sociais no Brasil: Movimentos Sociais**,

GOHN, Maria da Glória. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: a Construção da Cidadania dos Brasileiros**. Edições Loyola. São Paulo, Brasil, 1995.

GONÇALVES, Mateus Henrique Siqueira. **Triângulo Rosa: A Perseguição nazista aos homossexuais na Europa**; Café História, 2022. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/a-perseguiacao-nazista-aos-homossexuais-na-europa/>>. Acesso em 22 jul. 2022.

GOMES, Karina. **Educação Sexual é Lei nas Escolas Alemãs**. Made for Minds, 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/educa%C3%A7%C3%A3o-sexual-%C3%A9-lei-nas-escolas-alem%C3%AAs/a-46136026>> Acesso em:12 ago. 2022.

GREEN, James N. **Além do Carnaval: A Homossexualidade Masculina no Brasil do Século XX**. 3ª.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2022.

GREEN, James N.; QUINALHA R. **Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistências e a Busca da Verdade**. São Carlos: EdUFScar; 2021.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa; (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Boletim do Grupo Gay da Bahia**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, n. 5, dez. 1982.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil – Relatório 2021**. Grupo Gay da Bahia, 2021. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/02/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>> Acesso em: 12 ago. 2022.

GUERCH, C. A. **Formação Docente Para A Diversidade: Um Saber Plural**. Holos, 2019. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/6272>> Acesso em 10 ago. 2022.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: Problematizações sobre a Homofobia nas Escolas**. Brasília, DF, 2009.

IANNING, Gilson. **Caro Dr. Freud: Respostas do Século XXI a uma Carta sobre Homossexualidade**. 1ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Pesquisar com Imagens, Pesquisar sobre Imagens: Revelar aquilo que Permanece Invisível nas Pedagogias da Cultura Visual**. In: MARTINS, Raimundo, TOURINHO, Irene (orgs.). *Processos & práticas de pesquisa em cultura visual & educação*. Santa Maria: UFSM, 2013. p. 77-95.

HUNT, Lynn. **A Invenção dos Direitos Humanos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

KER, João. **5 Vezes Que Pessoas Lgbti+ Foram Perseguidas Na Ditadura Militar**. Revista Híbrida, 2021. Disponível em: <<https://revistahibrida.com.br/historia-queer/5-vezes-que-pessoas-lgbti-foram-perseguidas-na-ditadura-militar/>> Acesso em 22 jul. 2022.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Rio de Janeiro: Lampião da Esquina**, n.0, abr. 1978. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>> Acesso em 22 jul. 2022.

LIMA, Cláudia de Castro - RODRIGUES, Humberto. **“Quando Ninguém era Gay: Uma História da Homossexualidade”**; Aventuras na História, 2019. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-da-homossexualidade.phtml>> Acesso em 22 jul. 2022.

LIMA, Cláudia de Castro. **As Tentativas de Achar uma “Cura Gay” foram uma História de Horror**; Aventuras na História. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-cura-gay-nazismo.phtml>>. Acesso em 22 jul. 2022.

LIMA, Regina Campos. AKIYOSHI, Lidamar Maria Navarro. **União Homossexual: uma Relação de Amor. Serviço Social em Revista: Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina**. Londrina, vol.5, n.1, jul/dez, 2002.

LIMEIRA, M. **O cineclube e a Educação Emancipatória**. Universitas Humanas, Brasília, v.12, n.1, p.91-97, jan./dez, 2015.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, Não Desiguais: A Questão de Gênero na Escola**. 1ª Ed. São Paulo: Reviravolta, 2016.

LMTANABE. (2010). **Campanha de Combate a Aids, do Ministério da Saúde (1993)** Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lc_sbLoggRE> Acesso em: 03 ago. 2022.

LOBO, Emy. **No dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+, Veja a importância da Diversidade na Educação**. Futura, 2021. Disponível em: <<https://www.futura.org.br/no-dia-internacional-do-orgulho-lgbtqia-veja-a-importancia-da-diversidade-na-educacao/>> Acesso em: 13 ago. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós Estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho: Ensaio Sobre Sexualidade e Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado – Pedagogias da Sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013b.

MACRAE, E. **Em Defesa do Gueto**. In: A Construção da Igualdade: Identidade Sexual e Política no Brasil da Abertura. Salvador: EDUFBA, 2018, pp. 51-66.

MACRAE, Edward. **A Construção da Igualdade: Identidade Sexual e Política no Brasil da Abertura**. Unicamp, 1990.

MAIA, A. C. B; RIBEIRO P. R. M. **Educação Sexual: Princípios para Ação**. Doxa, v. 15, n. 1, p. 75-84, 2011.

MARTIN, MARCEL. **A Linguagem Cinematográfica**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MEMÓRIAS da ditadura.org s/d. **LGBT**. Disponível em: <<https://memoriasdeditadura.org.br/lgbt/>> Acesso em: 03 ago. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MIRANDA, Lury Mayra Amorim de. **Homofobia na Escola**. JusBrasil, 2017. Disponível em: <<https://lurymirandadelta18.jusbrasil.com.br/artigos/512961154/homofobia-na-escola>> Acesso em 22 jul. 2022.

MISKOLCI, Richard. **Pânicos Morais e Controle Social Reflexões sobre o Casamento Gay**. In. Dossiê: Sexualidades Disparatadas, **Cad. Pagu** n. 28, Campinas: Jun 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/tWFyRWkCdWv4Tgs8Q6hps5r/?lang=pt>> Acesso em 22 jul. 2022.

MORAES, Alexandre de. **Constituição do Brasil Interpretada e Legislação Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2002.

MULLEN, Matt. **O Triângulo Rosa: Do Rótulo Nazista ao Símbolo do Orgulho Gay; History**. Disponível em: <<https://www.history.com/news/pink-triangle-nazi-concentration-camps>>. Acesso em 22 jul. 2022.

NAPOLITANO, Marcos. **Como Usar o Cinema na Sala de Aula**. São Paulo: Contexto, 2013.

NARDI, H. C., & QUARTIERO, E. (2012). **Educando para a Diversidade: Desafiando a Moral Sexual e Construindo Estratégias de Combate à Discriminação no Cotidiano Escolar**. Sexualidad, Salud y Sociedad, (11), 59- 87.

OLIVEIRA, Rosa Maria Rodrigues de. O Ensino Jurídico como Violência Simbólica. In:

RODRIGUES, Horácio Wanderley. **Ensino Jurídico para que(m)?** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso Em: 03 ago. 2022.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro 5 Tit. 49: **Dos que resistem ou desobedecem aos Oficiais da Justiça, ou lhes dizem palavras injuriosas**. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5p1197.htm> > Acesso em: 15 ago. 2022.

PARÁ. Ministério Público. **LGBT: Conceitos, Direitos e Conquistas**. / Ministério Público do Estado do Pará; Organizado por Lílian Viana Freire, Oziléa Souza Costa e Rodrigo Sampaio Marques de Souza. – 2. ed. rev. atual. ampl. - Belém: Ministério Público do Estado do Pará, 2016.

PEREIRA, Júlia. **Documentário reconta a História da AIDS no País**. Esquina. Revista digital laboratório da Faculdade Cásper Líberty. Disponível em: <<https://revistaesquinas.casperliberty.edu.br/arte-e-cultura/cinema/documentario-reconta-a-historia-da-aids-no-pais/>> Acesso em: 03 ago. 2022.

PEREIRA, G. R.; BAHIA, A. G. M. F. **Direito Fundamental à Educação, Diversidade e Homofobia na Escola: Desafios à Construção de um Ambiente de Aprendizado Livre, Plural e Democrático**. Educar em Revista (Impresso), v. 39, p. 51-72, 2011

PERES, William Siqueira. Cenas de Exclusões Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília. p. 221-234. MEC/UNESCO, 2009.

PÉRET, Flávia. **Imprensa Day no Brasil: Entre a Militância e o Consumo**. Publifolha, 2011.

PIEPER, Oliver. **Os 25 Anos do Fim do “Paragrafo Gay” na Alemanha**. DW, 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/os-25-anos-do-fim-do-par%C3%A1grafo-gay-na-alemanha/a-49140326>>. Acesso em 28 jul. 2022.

PORFÍRIO, Francisco. **Direitos Humanos; Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/direitos-humanos.htm>>. Acesso em 28 jul. 2022.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: Uma Breve História do Século XIX aos Nossos Dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

REIS, Toni. (Org.). **Manual de Comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018.

REIS, Toni. **Homofobia no Ambiente Educacional: O Silêncio está Gritando**. – 1. Ed. Curitiba: Appris, 2015.

REZENDE, Milka de Oliveira. **Movimento sufragista**; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/movimento-sufragista.htm>> Acesso em 05 ago. 2022.

RICH, Adrienne. **Compulsory heterosexuality and lesbian existence**. Signs, vol.5 n.4, 1980, p. 631-60.

RODRIGUES, José Luís Pinto. **Impressões de Identidade: histórias e Estórias da Formação da Imprensa Gay no Brasil**. [Tese de Doutorado] apresentada na Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Gerais, 2007.

SANTOS, Márdel Pereira Dos. **Cineclube Comunitário: As Dimensões Prático Formativas do Cinema como Estratégia de Integração Sociocultural**. [Tese de Mestrado] apresentada na Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A Eficácia Dos Direitos Fundamentais**. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de Professores: Aspectos Históricos e Teóricos do Problema no Contexto Brasileiro**. Rev. Bras. Educ., Abr 2009, vol.14, no.40, p.143-155. ISSN 1413-2478

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico Crítica: Primeiras Aproximações**. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SCHWAB, Jean-Luc; BRAZDA, Rudolf. **Triângulo Rosa: Um Homossexual no Campo de Concentração Nazista**. São Paulo: Mescla, 2011.

SETTINGINGTON, Ken. **Marcados pelo Triângulo Rosa**. São Paulo: Melhoramentos, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: Uma Introdução às Teorias do Currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do Arco-Íris: do Movimento Homossexual ao LGBT**. Editora Fundação Perseu Abramo. 2009.

SILVA, M. E. F. da; BRABO, T. S. A. M.; MORAIS, A. de. **Educação em Direitos Humanos e Desenvolvimento Moral na Formação Docente: A Influência da Religiosidade em Tempos de “Ideologia de Gênero”**. Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, p. 1260–1282, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/10173>> Acesso em: 11 ago. 2022.

SEFFNER, F. **Equívocos e Armadilhas na Articulação entre Diversidade Sexual e Políticas de Inclusão Escolar**. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org). Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade,

UNESCO, 2009. SILVA, V. M.. A Diversidade em Sala de Aula: Um desafio sempre Atual. UNB, Universidade Aberta do Brasil. Brasília: UNB. (2015)

SINESPP. **Anais do III SINESPP 2020**. Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas. Teresina-PI: EDUFPI/LESTU, 2020.

Disponível versão digital:< <http://www.sinespp.ufpi.br/> > Acesso em: 15 ago. 2022.

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. **Formação de Professores/as em Gênero e Sexualidade: Possibilidades e Desafios**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 73, p. 287-305, jan./fev. 2019.

SODRÉ, Lu. **Há 50 Anos, AI-5 Dava Início Aos Tempos Mais Sombrios Da Ditadura**. Brasil de Fato, 2018. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2018/12/13/ha-50-anos-ai-5-dava-inicio-aos-tempos-mais-sombrios-da-ditadura>> Acesso em: 03 ago. 2022.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **História da Homossexualidade**; História do Mundo, 2022. Disponível em:<<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/historiahomossexualidade.htm>> Acesso em 22 jul. 2022.

SOUZA, Marcos Lopes de; FERRARI, Anderson. **Diversidade de Gênero e Sexual e Formação Docente: O PIBID como Lugar de Travessia e Aventura**. Revista Teia. v. 18, n. 50 (2017). Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/29486>. Acesso em: 11 ago. 2022.

STOLER, A. L. **Race and Education of Desire**. Durham. Duke University Press, 1995.

SOUTO, Ricardo dos Santos. A dignidade da pessoa humana como um valor absoluto no Brasil. **Rev. NUFEN**. Belém , v. 11, n. 3, p. 170-186, dez. 2019 . Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php>>. acesso em: 15 ago. 2022. <http://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol11.nº03ensaio53>.

TANNO, Maria Ângela dos Reis Silva. **Projeto Educativo: O Combate a Homofobia no Curso de Formação de Professores e a Promoção da Educação Afetivo Sexual no Ensino Fundamental**. In: Enciclopédia Biosfera, N.03, Janeiro – junho 2007. Disponível em: <<http://www.conhecer.org.br/enciclop/7.pdf>> Acesso em 12 ago. 2022.

TAVASSI, Ana Paula Chudzinski; MORAIS, Pamela. Igualdade **De Gênero – O Que Diz A Constituição?** Politize, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/lgbt-historiamovimento/?https://www.politize.com.br/&gclid=Cj0KCQjw8uOWBhDXARIsAOxKJ2HBQqt8AR_poQFfxpKjkcxSblVA0wiy1ujBTrBEWTeXXbrWx7-mFrkaAtfBEALw_wcB> Acesso em: 03 ago. 2022.

TOKARNIA, Mariana. **Mais de um Terço dos Alunos LGBT sofrem Agressão física na escola, diz pesquisa**. Agência Brasil, 2016. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-11/mais-de-um-terco-de-estudantes-lgbt-ja-foram-agredidos-fisicamente-diz>> Acesso em 10 ago. 2022.

TORRES, Marco Antônio. **A Diversidade Sexual na Educação e os Direitos da Cidadania LGBT na Escola**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

WELLE. Deutsche. **Ex-guarda nazista de 101 anos é condenado à prisão**. Globo.com. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/06/28/ex-guarda-nazista-de-101-anos-e-condenado-a-prisao.ghtml/>. Acesso em: 10 out. 2022.

WUSTHOF, R. **Descobrir o sexo**. Série Jovem Hoje. São Paulo: Ática, 1998.

UNESCO. **UNESCO Discute Sexualidade e Gênero na Formação de Professores**. 2015. Disponível em: <https://unicrio.org.br/unesco-discute-sexualidade-e-genero-na-formacao-de-professores/>. Acesso em: 09 ago. 2022.

VASCONCELLOS, Hygino. **Prova com Questões Homofóbicas causa revolta entre Alunos de Escola no Pará**. Educação Uol, 2019. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/11/19/prova-com-questoes-homofobicas-causa-revolta-entre-alunos-de-escola-no-para.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 12 ago. 2022.

VIEIRA, Alexandre Tomaz; ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de; ALONSO, Myrtes. **Gestão educacional e tecnologia**. São Paulo: Avercamp, 2003.